

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aline Kárem Santos Carvalho

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ANÁLISE
QUANTITATIVA SOB A PERCEPÇÃO DOS CUIDADORES
NA REGIÃO DO MEIO NORTE DO PIAUI.**

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Aline Kárem Santos Carvalho

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ANÁLISE
QUANTITATIVA SOB A PERCEPÇÃO DOS CUIDADORES
NA REGIÃO DO MEIO NORTE DO PIAUI.**

Dissertação apresentada ao curso Mestrado em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador por professora Dr.^a Kalinca Léia Becker

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

CARVALHO, ALINE

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA SOB A PERCEPÇÃO DOS CUIDADORES NA REGIÃO DO MEIO NORTE DO PIAUÍ. / ALINE CARVALHO.- 2023.

110 p.; 30 cm

Orientadora: KALINCA BECKER

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, RS, 2023

1. Programa Criança Feliz 2. Primeira infância 3. Políticas Públicas 4. Cuidadores 5. Piauí I. BECKER, KALINCA II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ALINE CARVALHO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Aline Kárem Santos Carvalho

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ANÁLISE
QUANTITATIVA SOB A PERCEPÇÃO DOS CUIDADORES
NA REGIÃO DO MEIO NORTE DO PIAUI.**

Dissertação apresentada ao curso Mestrado em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Aprovada em 01 de setembro de 2023

**Kalinca Léia Becker, Doutora em Economia Aplicada, (UFSM)
(Presidente/orientadora)**

Luciana Flores Battistella, Doutora em Engenharia da Produção, (UFSM)

Carolina Freddo Fleck, Doutora em Administração (UNIPAMPA)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui desenvolvido constitui o resultado de um longo caminho percorrido, mas seria impossível superar todos os desafios inerentes ao processo sem a ajuda de várias pessoas.

Agradeço a Deus por todas as oportunidades que me foram dadas.

Agradeço a meu esposo Ronielle Medeiros, minha mãe e minhas irmãs Alana e Ariane que me apoiaram nesta jornada e realização de sonho.

Agradeço a todos os professores que dividiram seus conhecimentos comigo, em especial a Professora e orientadora Kalinca Léia Becker por todo o apoio e paciência durante a produção desta dissertação e a coordenadora do PPG Kelmara Mendes Vieira pelo compromisso com a função de educar e mostrar os caminhos da pesquisa.

Agradeço aos colegas da turma PPGAP 2021 pela convivência durante o curso, os desafios enfrentados, vocês são especiais.

Agradeço aos gestores e secretários municipais que aceitaram participar da pesquisa e que foram extremamente importantes na conclusão deste trabalho. E em especial, agradeço aos(as) visitantes(as) que apoiaram a pesquisa e tanto auxiliaram para sua execução.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma forma para a concretização deste sonho chamado mestrado!

RESUMO

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA SOB A PERCEPÇÃO DOS CUIDADORES NA REGIÃO DO MEIO NORTE DO PIAUÍ.

AUTORA: Aline Kárem Santos Carvalho

ORIENTADORA: Kalinca Léia Becker

O programa Criança Feliz (PCF) foi criado como reforçador da implementação do Marco Legal pela Primeira Infância e busca contribuir para a quebra do ciclo da pobreza, redução da violência e diminuição da evasão escolar objetivando promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. Todavia, a efetividade do programa é um dos grandes questionamentos que circundam entre as políticas públicas para primeira infância no Brasil. Desse modo, o objetivo do estudo é avaliar a percepção dos cuidadores das crianças usuárias do Programa Criança Feliz quanto as atividades e o resultado do programa no Meio Norte Piauiense. Para isso, aplicou-se 283 questionários em três municípios no meio norte do Piauí, os quais foram analisados através de estatística descritiva e análise fatorial. Os principais resultados revelam a predominância de cuidadores mulheres e mães, com nível educacional intermediário, com sazonalidade empregatícia e salarial que acarreta na dependência financeira dos programas do governo. A análise fatorial resultou em seis constructos, sendo eles: Presteza do Programa Criança Feliz e visitantes; Tangibilidade materiais lúdicos; Empatia e Confiabilidade do visitante; Segurança e resultado do PCF; Tangibilidade dos materiais informativos e Satisfação com o Programa Criança Feliz. Através dos resultados conclui-se que de maneira geral, os cuidadores estão satisfeitos com as atividades do PCF, as percepções mais positivas estão compreendidas na dimensão Empatia e Confiabilidade do visitante, enquanto que, Presteza do PCF e visitantes possui menor média. Quanto ao grau de satisfação dos cuidadores de cada município com os seus programas, mostraram estarem totalmente satisfeitos com as atividades do PCF. Ao avaliar o grau de satisfação geral dos cuidadores acerca dos resultados do Programa Criança Feliz, constatou-se uma avaliação positiva. Nesta seara, os resultados obtidos dentro de uma perspectiva geral não demonstram discrepâncias entre as opiniões dos cuidadores dos três municípios, tanto o resultado das médias como o das medianas mostram-se relativamente similares entre os três, demonstrando que ambos tem conseguido satisfazer os usuários do programa Criança Feliz. Tais dados, refletem a semelhança entre os municípios, fato esse que pode ser justificado pela proximidade geográfica, as características econômicas, culturais e sociais da região estudada. Além disso, espera-se que os resultados possam contribuir com avanços científicos sobre o tema, ao resultar em um instrumento de avaliação da satisfação dos agentes cuidadores do programa Criança Feliz, que poderá ser utilizado pelos municípios participantes e pelo Ministério da Cidadania. À vista disso, a investigação acerca da satisfação das famílias usuárias do Programa Criança Feliz, pode representar para os próprios gestores um panorama atual de como estão as atividades do programa perante os seus agentes beneficiários.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz. Primeira infância. Políticas Públicas. Cuidadores. Piauí.

ABSTRACT

EVALUATION OF THE HAPPY CHILD PROGRAM: A QUANTITATIVE ANALYSIS FROM THE PERCEPTION OF CAREGIVERS IN THE MID-NORTH REGION OF PIAUÍ.

AUTHOR: Aline Kárem Santos Carvalho

ADVISOR: Kalinca Léia Becker

The Happy Child program (PCF) was created to reinforce the implementation of the Legal Framework for Early Childhood and seeks to contribute to breaking the cycle of poverty, reducing violence and reducing school dropout rates, aiming to promote the integral development of children in early childhood. However, the effectiveness of the program is one of the biggest questions surrounding public policies for early childhood in Brazil. Therefore, the objective of the study is to evaluate the perception of caregivers of children using the Criança Feliz Program regarding the activities and results of the program in Meio Norte Piauí. To this end, 283 questionnaires were administered in three municipalities in the north of Piauí, which were analyzed using descriptive statistics and factor analysis. The main results reveal the predominance of female caregivers and mothers, with an intermediate educational level, with employment and salary seasonality that leads to financial dependence on government programs. The factor analysis resulted in six constructs, namely: Readiness of the Happy Child Program and visitors; Tangibility of playful materials; Visitor empathy and trustworthiness; PCF safety and results; Tangibility of informative materials and satisfaction with the Criança Feliz Program. Through the results, it is concluded that in general, caregivers are satisfied with the PCF's activities, the most positive perceptions are included in the Empathy and Reliability dimension of the visitor, while, Readiness of the PCF and visitors has a lower average. Regarding the degree of satisfaction of caregivers in each municipality with their programs, they showed that they were completely satisfied with the PCF's activities. When evaluating the level of general satisfaction of caregivers regarding the results of the Criança Feliz Program, a positive evaluation was found. In this area, the results obtained from a general perspective do not demonstrate discrepancies between the opinions of caregivers from the three municipalities, both the average and median results are relatively similar between the three, demonstrating that both have managed to satisfy users of the Happy Child program. Such data reflect the similarity between the municipalities, a fact that can be justified by the geographic proximity, economic, cultural and social characteristics of the region studied. Furthermore, it is expected that the results can contribute to scientific advances on the topic, by resulting in an instrument for evaluating the satisfaction of caregivers in the Criança Feliz program, which can be used by participating municipalities and the Ministry of Citizenship. In view of this, the investigation into the satisfaction of families using the Criança Feliz Program can represent for the managers themselves a current panorama of how the program's activities are compared to its beneficiary agents.

Keywords: Happy Child Program. Early childhood. Public policy. Caregivers. Piauí.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 - Cálculo da amostra.....	55
-------------------------------------	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Gráfico com taxa de retorno do investimento em capital humano	24
Figura 02- Modelo de Governança do Programa Criança Feliz.....	35
Figura 03-Mapa do Brasil com municípios que aderiram ao Programa Criança Feliz	37
Figura 04- Mapa das Macrorregiões do Piauí.	46
Figura 05- Mapa do Território de Desenvolvimento dos Cocais	48
Figura 06- Mapa Território dos Cocais e área geográfica dos municípios do estudo	54
Figura 07- histograma fator satisfação com programa Criança Feliz	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Dados socioeconômicos referente ao PCF no Território de Desenvolvimento dos Cocais.....	54
Tabela 02- Perfil dos respondentes	62
Tabela 03- Ocupação e renda do grupo familiar	64
Tabela 04- Perfil acerca da relação da família com o PCF	65
Tabela 05- Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes	66
Tabela 06- Estatística descritiva Tangibilidade dos materiais lúdicos.....	68
Tabela 07- Estatística descritiva Empatia e confiabilidade do visitador.....	69
Tabela 08- Estatística descritiva Segurança e Resultado do Programa Criança Feliz	69
Tabela 09- Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos	70
Tabela 10- Estatística descritiva Satisfação com o programa Criança Feliz.....	71
Tabela 11- Análise fatorial a partir dos fatores extraídos com suas cargas fatoriais, variância explicada e alpha de cronbach	72
Tabela 12- Estatística descritiva dos constructos	75
Tabela 13- Perfil do respondente e da família, por municípios.....	76
Tabela 14- Ocupação e renda do respondente e da família.....	78
Tabela 15- Perfil dos respondentes, variável programa Criança Feliz.....	80
Tabela 16- Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes município Alfa	81
Tabela 17- Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes município Beta.....	82
Tabela 18- Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes município Gama	83
Tabela 19- Estatística descritiva Tangibilidade materiais lúdicos município Alfa	84
Tabela 20- Estatística descritiva Tangibilidade materiais lúdicos município Beta.....	84
Tabela 21- Estatística descritiva Tangibilidade materiais lúdicos município Gama.....	85
Tabela 22- Estatística descritiva Empatia e Confiabilidade do visitador município Alfa.....	85
Tabela 23- Estatística descritiva Empatia e Confiabilidade do visitador município Beta	86
Tabela 24- Estatística descritiva Empatia e Confiabilidade do visitador município Gama	86
Tabela 25- Estatística descritiva Segurança e Resultado do PCF município Alfa.....	87
Tabela 26- Estatística descritiva Segurança e Resultado do PCF município Beta.....	87
Tabela 27- Estatística descritiva Segurança e Resultado do PCF município Gama	88
Tabela 28- Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos município Alfa	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 29- Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos município Beta.....	89
Tabela 30- Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos município Gama.....	89
Tabela 31- Estatística descritiva Satisfação com o PCF município Alfa.....	90
Tabela 32- Estatística descritiva Satisfação com o PCF município Beta.....	91
Tabela 33- Estatística descritiva Satisfação com o PCF município Gama.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Autoria, objetivos e principais resultados dos estudos.....	39
Quadro 02- Dimensões do modelo SERVQUAL, descrição e variância explicada.....	56
Quadro 03- Resumo do instrumento de coleta de dados.	56
Quadro 04- Questões excluídas mediante variância baixa	59

LISTA DE SIGLAS

AFE- Análise Fatorial Exploratória
AFC- Análise Fatorial Confirmatória
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico- Cadastro Único
CAFe- Comunidade Acadêmica Confederada
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSH - Centro de Ciências Sociais e Humanas
CDC- Cuidados para o Desenvolvimento da Criança
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CEPRO- Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí.
CF- Constituição Federal
CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
FNAS- Fundo Nacional de Assistência Social
GAP- Portal de projetos, do Gabinete de Projetos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KMO- Kaiser-Meyer-Olkin
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento de Combate a Fome
OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde
PAIF- Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PCF- Programa Criança Feliz
PIM- Primeira Infância Melhor
PNPI- Plano Nacional pela Primeira Infância
PPA- Plano Plurianual
RNPI- Rede Nacional da Primeira Infância
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SISNEP- Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos
SPSS - *Software Packages Social Science*
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
TD- Território de Desenvolvimento
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	107
Apêndice B - Termo de Confidencialidade.....	108
Apêndice C - Instrumento de Coleta de Dados	109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	Objetivo geral.....	19
1.2.2	Objetivos específicos	19
1.3	JUSTIFICATIVA	20
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA ..	24
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL.....	27
2.3	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	32
2.4	PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	39
3	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DO MEIO NORTE PIAUIENSE	45
4	MÉTODO	51
4.1	TIPOLOGIA E NATUREZA DA PESQUISA	51
4.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	52
4.3	INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS	55
4.4	ASPECTOS ÉTICOS	57
4.4.1	Riscos e benefícios.....	57
4.4.2	Critérios de inclusão e critérios de exclusão	58
4.5	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	58
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	61
5.1	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS GERAIS.....	61
5.1.1	Características socioeconômicas do respondente e da família.....	61
5.1.2	Perfil da família variáveis do Programa Criança Feliz	65
5.2	ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES.....	67
5.3	ANÁLISE FATORIAL.....	72
5.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS POR MUNICÍPIOS.....	76
5.4.1	Estatística Descritiva Dos Fatores Por Município.....	81
5.4.1.1	Presteza do Programa Criança Feliz e dos visitantes.....	81
5.4.1.2	Tangibilidade dos materiais lúdicos.....	84

5.4.1.3 Empatia e Confiabilidade do visitador.....	85
5.4.1.4 Segurança e Resultado do programa Criança Feliz.....	86
5.4.1.5 Tangibilidade materiais informativos.....	88
5.4.1.6 Satisfação com o programa Criança Feliz.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	106
APÊNDICE B- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	107
APÊNDICE C- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade econômica e social acometida pelo Brasil é um dos principais fatores decorrentes da pobreza e da extrema pobreza. Essa diferenciação entre classes sociais é consequência de uma longa conjuntura histórica, que parte desde a colonização do país, passando pelo regime fundiário e o período republicano até chegar aos dias atuais com o sistema capitalista (SILVA, 2013; DEDECCA, 2014; YAZBEK, 2012).

Essa desigualdade se reflete em todas as dimensões da vida, na educação, saúde, moradia, saneamento, alimentação, cultura, entre outras áreas. Mudar esse cenário é um dos grandes desafios que o país vivencia desde a sua colonização, tendo sido impulsionado pelas mudanças nas relações econômicas que o capitalismo impôs. Assim, um progressivo avanço nas desigualdades sociais fomentou a necessidade de criação de leis e políticas sociais que regulamentem o trabalho, serviços e apoiem os indivíduos que vivem em vulnerabilidade social (SILVA, 2021).

Nesse contexto de transformações, encontra-se, também, a família e a posição que a criança vai ocupando no cenário da sociedade brasileira. Somente a partir da Constituição Federal de 1988, que os direitos fundamentais, como educação, saúde, trabalho, assistência social foram normatizados e estabelecidos, e assim a criança passa a ser vista como ser repleto de direitos (CAVALCANTI; RIVEROS, 2020).

Nesse âmbito, a Constituição Federal de 1988 marca um novo olhar político, social e pedagógico dado as crianças no Brasil, considerando-as como sujeito de direitos, incumbindo ao Estado, a sociedade e a família o dever de se amparar com prioridade as crianças, os adolescentes e os jovens, de forma que o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao fazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária sejam assegurados. Além de resguardá-los da violência, negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão que o sistema socioeconômico pode oferecer (BRASIL, 2019).

À vista disso, em 1990 um novo passo é dado pelo Brasil com o desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mediante aprovação da Lei nº 8.069/1990 que institui um sistema de Garantia dos Direitos, a criação de conselhos paritários para que seja realizada a formulação, o acompanhamento e o controle social da Política de Atenção à Criança e ao Adolescente. Contudo, somente em 2016, com a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância, que estabeleceu os princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de

políticas públicas para a primeira infância no país, que a temática ganhou expressividade (BRÁZ, 2020).

Para Sasson (2019), o fato de a interpretação do papel da criança na sociedade ter mudado, fez com que o Estado assumisse, constitucionalmente e por meio de políticas públicas, responsabilidades para com a criança e sua educação. O autor ainda destaca que essa conquista teve conexão com as demais esferas sociais como a família, a escola e a sociedade. Por conseguinte, adentrando no viés intersetorial, surge o Programa Criança Feliz que articula as políticas públicas voltadas para a primeira infância com as áreas da saúde, educação e assistência social.

O Programa Criança Feliz (PCF) foi criado como reforçador da implementação do Marco Legal pela Primeira Infância e busca contribuir para a quebra do ciclo da pobreza, redução da violência e diminuição da evasão escolar objetivando promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, idade que vai dos meses até os 6 anos (BRASIL, 2019).

Nesta seara, alguns autores defendem que o investimento na primeira infância deve ser realizado, em primeiro lugar, na família. A explicação desses autores é que a relação entre as duas gerações traz melhores indicadores no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças na primeira infância, do que propriamente, outras políticas públicas pontuais (ESPING-ANDERSEN, 2007; IRWIN ET. AL., 2007).

Nesse sentido, o programa é desenvolvido por meio de visitas domiciliares, cuja finalidade é promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, buscando envolver ações intersetoriais de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos (ALMEIDA, 2019).

Dessa forma, os visitantes possuem uma meta, em âmbito municipal, com atendimento periódico dos beneficiários do programa, que englobam: as gestantes e crianças de até 36 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); as crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no ECA (BRASIL, 2017a; GAIA, CANDIDO E BARBOSA JÚNIOR, 2019).

Ademais, o Brasil tem aproximadamente 19 milhões de crianças com idades entre 0 e 6 anos, esse montante constitui 8,91% da população total, que, em 2022, a projeção atingiu o número de 214 milhões de pessoas, o que representa uma população mais numerosa do que as de 133 dos 197 países do mundo (IBGE, 2022; BRASIL, 2020). Ainda segundo o Plano Nacional da Primeira Infância (2020), cada uma dessas 19 milhões de crianças é única, e

insubstituível enquanto pessoa, com nome e uma dignidade que sob circunstância alguma pode ser negada.

Nessa lógica, o PCF é um programa recente, com características inovadoras, que demandam a realização de pesquisas e estudos avaliativos, de tal modo que seja possível conhecer melhor suas dificuldades e limitações, permitindo seu aprimoramento para melhor alcance dos objetivos propostos (BRASIL, 2019). Assim, é essencial estudar e identificar como está a atuação do programa em nível municipal, visto que, são eles os entes federados responsáveis por executar as diretrizes propostas pelo Comitê Gestor Interministerial.

Por conseguinte, reitera-se a importância do referido estudo, visto que o investimento em políticas públicas voltadas para a primeira infância é uma maneira eficaz de acompanhar o desenvolvimento das crianças, conseqüentemente, das economias futuras. Logo, a análise da satisfação das famílias usuárias do Programa Criança Feliz possibilita uma compreensão do posicionamento dos usuários da política, acerca das atividades realizadas pelo programa.

Além disso, as políticas públicas se organizam a partir de uma demanda social e preconizam o desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, torna-se relevante avaliar as atividades do PCF em território Piauiense, em razão da expressiva adesão do programa pelo Piauí, tornando-o o estado brasileiro com maior número de municípios elegíveis que possuem o Programa Criança Feliz (BRASIL, 2022). Nessa seara, delimitou-se o estudo a macrorregião Meio Norte Piauiense, especificamente ao Território de Desenvolvimento dos Cocais, em virtude da grande atuação no PCF, visto que, os 22 municípios pertencentes ao território possuem o Programa Criança Feliz.

Para isso, fez-se importante investigar como os usuários do PCF avaliam as atividades do programa junto a seus municípios. Portanto, o presente estudo, está vinculado as Políticas Públicas para Primeira Infância, com ênfase nas famílias usuárias do Programa Criança Feliz da Macrorregião Meio Norte Piauiense, com intuito de identificar como as cuidadoras das crianças atendidas pelo Criança Feliz avaliam as atividades do programa.

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa, aborda uma avaliação de políticas públicas, em específico, avaliação de resultados, ao investigar de forma exploratória a percepção dos cuidadores quanto aos resultados do Programa Criança Feliz. Assim, através de uma metodologia quantitativa verificou-se junto aos usuários do PCF a satisfação quanto as atividades realizadas pelo programa, através de uma pesquisa de campo com as famílias beneficiárias da política nos municípios piauienses.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Apesar da evolução da abordagem do tema Primeira Infância e da conjuntura legislativa e política que resguarda os programas voltados para o desenvolvimento infantil. Alguns desafios ainda perpassam a temática. Montoya, Silvestre e Souto (2018) destacam que essas adversidades são derivadas da complexidade do tema da primeira infância, assim como o desconhecimento sobre ele. Nesse sentido, a atenção à primeira infância pode ser considerada complexa devido à quantidade de atores envolvidos: níveis federal, estadual e municipal, além das diferentes secretarias e ministérios necessários para a realização de atendimento das diretrizes estabelecidas.

No mesmo sentido, Jurdi, Teixeira e De Sá (2017) relatam que apesar de uma crescente atenção remetida à primeira infância, a sociedade ainda é inativa no tocante à mudança do cenário atual. Com isso, muitas crianças residentes da zona urbana e rural seguem em moradias precárias, vivenciando a fome, a falta do que vestir e a ausência de recursos tanto físicos quanto sociais.

Diante desses desafios, que perpassam a primeira infância, a presente pesquisa propôs analisar o caso do Programa Criança Feliz, uma política do governo federal, coordenado pelos estados e implementado pelos municípios, que propõe a articulação de políticas, planos, programas e ações voltados para a primeira infância, integrados a outras pastas, como a saúde, educação e assistência social. Dessa forma, por meio de visitas domiciliares o PCF, busca promover a articulação intersetorial para o encaminhamento das demandas familiares identificadas nas visitas. Além de orientar os responsáveis pela criança a importância do fortalecimento dos vínculos familiares para o desenvolvimento infantil.

Pimentel (2005) corrobora com tal perspectiva ao informar que, considerando os pais como os principais responsáveis pela criança e os mais importantes decisores, a opinião destes quanto ao sucesso ou insucesso de um programa prestado é imprescindível para o desenvolvimento de serviços de melhor qualidade e prevenção da rejeição do programa.

No entanto, várias críticas circundam a metodologia proposta pelo PCF. Autores como Almeida et.al. (2022), Neris e Momma (2019), Rodrigues e Cruz (2020), Capilheira; Mota e Lockmann (2021), Almeida (2019), Arcoverde; Alcantara e Bezerra (2019) apresentam um viés negativista da política do PCF, enfatizando as fragilidades da operacionalização do programa que, segundo os autores, se traduz em uma regressão de direitos, ao transferir a responsabilidade da primeira infância para as famílias, adotando uma forma de culpabilização das famílias na

conjuntura da regressão de direitos. Dessa forma, o PCF passa a ser abordado pelos autores como estratégia para intensificar a desresponsabilização do Estado, pois institui uma metodologia de atendimento pautada em princípios da política de saúde e da assistência social, no entanto, tais atividades divergem dos serviços socioassistenciais, onde a responsabilização para o provimento de Proteção Social e o bem-estar dos filhos são destinados aos pais/responsáveis, abstraindo-se do contexto social vivenciado pelas famílias.

Em virtude desse viés negativista apresentado por alguns estudos, faz-se importante investigar como os usuários do programa avaliam a metodologia do programa, através das suas atividades proposta. Ademais, é por meio da consulta e da extração de informações com os cuidadores das crianças que se consegue averiguar o alcance dos resultados, o processo de implementação. Logo, para que uma política consiga alcançar resultados e impacto é preciso realizar acompanhamento e a avaliação.

Dessa forma, é por meio da investigação da percepção dos cuidadores das crianças usuárias do programa Criança Feliz, que se pode verificar se as atividades do programa estão suprimindo as demandas do público-alvo. Nessa seara, a presente pesquisa propõe-se a responder: Qual a percepção dos cuidadores do Programa Criança Feliz acerca da operacionalização da política?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivos geral

Avaliar a percepção dos cuidadores das crianças usuárias do Programa Criança Feliz quanto as atividades e o resultado do programa no Meio Norte Piauiense.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Conhecer a trajetória histórica das Políticas Públicas para primeira infância no Brasil;
- b) Entender a estrutura e atividades do Programa Criança Feliz;
- c) Analisar as características socioeconômicas dos municípios no Meio Norte Piauiense;
- d) Realizar um comparativo das atividades do programa Criança Feliz nos municípios do território investigado.
- e) Avaliar a satisfação geral dos cuidadores acerca das atividades do Programa Criança Feliz e dos resultados do Programa Criança Feliz;

1.3 JUSTIFICATIVA

A preocupação com a primeira infância está cada vez mais em voga no cenário político, público e acadêmico, tanto em países desenvolvidos, como também emergentes. Segundo Montoya, Silvestre e Souto (2018) a etapa da primeira infância vai da gravidez até os 6 anos de idade, é fundamental para o desenvolvimento humano porque é nessa fase que acontecem as maiores conexões cerebrais, facilitando a aprendizagem.

Assim, para que haja o desenvolvimento pleno infantil, faz-se necessário investimentos e ações que estimulem adequadamente a criança. Os autores Montoya, Silvestre e Souto (2018) ainda reiteram que, investir na primeira infância pode gerar economias futuras e diminuir, inclusive, as desigualdades existentes no país. Nesse âmbito, investir desde cedo no desenvolvimento infantil faz-se fundamental em vistas a diminuir as desigualdades sociais vivenciada pelos países.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Essa desigualdade se reflete em todas as dimensões da vida das crianças: moradia, saneamento, água potável, alimentação, saúde, educação, acesso às manifestações artísticas, esporte e lazer.

Desta forma, o começo da vida já vem marcado pela diferença nas chances de sobreviver e de desenvolver seu pleno potencial humano. Para exemplificar os extremos, a Rede Nacional da Primeira Infância, por meio do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) 2010/2020 e 2020/2030 destaca que 95,2% das crianças que nascem na região Metropolitana de São Paulo têm acesso aos três serviços básicos de saneamento, água limpa distribuída pela rede, coleta de lixo e esgotamento sanitário, ao passo que na capital do estado do Piauí, Teresina, apenas 7,4% das famílias contam com esses serviços públicos (BRASIL, 2020).

Tal prerrogativa evidencia o cenário em que o estado do Piauí se encontra em níveis de subdesenvolvimento, quando comparada a outras regiões. Se for levado em consideração que as experiências vivenciadas na infância acarretam consequências irreversíveis para o desenvolvimento das pessoas (físicas e cognitivas). Logo, mostra-se de extrema relevância investigar como as famílias beneficiárias das políticas sociais avaliam as atividades dos programas junto aos municípios piauienses.

A esse respeito tanto o Programa Bolsa Família, como o Programa Criança Feliz são as referências para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estão associados a temática da primeira infância (BRASIL, 2020). Além disso, o PCF se mostrou excelente canal de ligação e informação entre a população vulnerável e os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, de forma que foi relatado aumento da procura dos serviços da assistência, por meio da

ação dos visitantes de prestação de informação e encaminhamentos, que contemplam também outras áreas de políticas públicas, como a saúde e a educação (BRASIL, 2019).

Dada à relevância do tema, o foco nos usuários do Programa Criança Feliz pode ser considerado um dos argumentos para justificar o presente estudo, visto que atualmente, a temática da primeira infância tem ganhado destaque em nível nacional e internacional, podendo serem expostos os esforços para fortalecimento e/ou criação de programas para Primeira Infância em diversos países, além das atuações das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Unicef (BRASIL, 2017a).

Os dados apresentados na Síntese de Indicadores Sociais realizada pelo IBGE em 2017, expressam a grande porcentagem de brasileiros que vivem na pobreza, e conseqüentemente que fazem parte da população a serem beneficiárias de programas sociais. Ainda segundo o Instituto, cerca de 50 milhões de pessoas, em 2017, viviam na linha da pobreza, essa quantidade equivale a 25% da população brasileira, dentre as quais mais da metade vivem na extrema pobreza, equivalendo a 26,9 milhões de indivíduos (IBGE, 2017).

Além do foco nos usuários do Programa Criança Feliz, a pesquisa ainda se justifica por outros dois aspectos. Primeiramente, pela localidade onde o estudo se propõe a acontecer. Segundo Montoya; Silvestre e Souto (2018) quanto a cobertura do Programa Criança Feliz nas regiões brasileiras, observa-se uma maior predominância da região do Nordeste, onde 89,22% dos municípios aderiram ao PCF.

Tal informação vai ao encontro com os dados do Ministério da Cidadania (2022), onde o Piauí apresenta uma cobertura quase integral do PCF, de forma que o programa só não está presente nos 20 municípios não elegíveis para a implantação do PCF (BRASIL, 2022). Tal prerrogativa destaca a abrangência e cobertura absoluta do Programa Criança Feliz no Estado do Piauí. Reiterando assim, a importância de pesquisar a percepção da população piauiense acerca das atividades realizadas pelo Programa Criança Feliz.

A terceira justificativa contempla o fato de a pesquisa abordar um panorama acerca da satisfação das famílias usuárias pelo Programa Criança Feliz, englobando aspectos ligados a operacionalização e as atividades do programa. Assim, acredita-se que compreender a percepção da população alvo dessa política, em seus territórios agrega em diversos elementos, tanto para depreender e avaliar as práticas dos órgãos públicos, como possibilitando ouvir e entender os anseios das famílias, proporcionando uma prestação de contas com a sociedade para com o delineamento dos investimentos nas políticas públicas.

É relevante destacar que as políticas públicas se organizam a partir de uma demanda social e preconizam o desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, torna-se possível e coerente

avalia-las, em busca de identificar como elas se relacionam e afetam no desenvolvimento humano, social e nos índices econômicos do país.

No que se refere à primeira infância, dispõe-se que é nessa fase que acontece o principal contato da criança com o mundo externo (OLIVEIRA; BRAGA; PRADO, 2017). Especificamente, são nos primeiros anos de vida que esse fenômeno acontece, e quem media esse processo de conhecimento do mundo à criança é a família. São eles os responsáveis por traduzir para a criança sensações, emoções e sentimentos, assim como também orienta como viver em sociedade. Por isso, é essencial que o vínculo entre a criança, seu responsável e seus familiares sejam fortalecidos (BRASIL, 2017a).

Destarte, reitera-se a importância do referido estudo, visto que o investimento em políticas públicas voltadas para a primeira infância, que mobilizam as condições favoráveis para o desenvolvimento infantil é uma maneira eficaz de acompanhar o desenvolvimento das crianças, das economias futuras e minimizar as desigualdades sociais a médio e longo prazo.

Logo, é nesse estágio da vida que as experiências e os estímulos recebidos durante esse período impactam e definem o resto da vida de uma pessoa. Além de ser nessa faixa etária que os indivíduos têm as maiores conexões cerebrais e constroem suas habilidades sociais, emocionais e culturais, além de se desenvolverem fisicamente (MONTROYA, SILVESTRE e SOUTO, 2018).

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, o presente projeto está apresentado em seis capítulos. Inicialmente é apresentado um panorama geral sobre os aspectos a serem investigados por meio da introdução, do problema de pesquisa, dos objetivos e da justificativa. No segundo capítulo é exposto o referencial teórico, o qual oferece embasamento para fundamentar a temática da primeira infância e do Programa Criança Feliz, assim como expõe um panorama acerca dos estudos dentro da temática do PCF realizados nos últimos 10 anos. Ainda no segundo capítulo.

Por conseguinte, no terceiro capítulo é apresentado as principais características socioeconômicas da macrorregião do Meio Norte Piauiense, cenário onde aconteceu a pesquisa. Já o capítulo quatro descreve os procedimentos metodológicos que orientaram o estudo, abordando a estratégia de pesquisa, o método adotado, a população e a amostra, os aspectos éticos do estudo, além do instrumento de pesquisa seguido da técnica de coleta e análise de dados.

Ademais, o capítulo cinco traz os resultados da coleta dos dados, o perfil da amostra, representado por meio de variáveis socioeconômicas e demográficas, além de características das crianças e famílias participantes do programa Criança Feliz. Ressalta-se, que os dados apresentados a seguir são resultantes da pesquisa de campo, realizada através da coleta dos dados em três municípios localizados ao leste do território dos Cocais, no meio norte piauiense através da estatística descritiva é apresentado a percepção dos cuidadores em relação a cada um dos fatores estudados.

Ainda no capítulo cinco, é apresentado um comparativo das atividades do programa Criança Feliz nos municípios do território investigado, através da estatística descritiva. Por fim, o capítulo seis do presente trabalho contempla as considerações finais da pesquisa, enfatizando as principais impressões do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de desenvolver conhecimento empírico que norteie a análise dos resultados busca-se compreender de maneira mais aprofundada a temática de interesse desse estudo. Dessa maneira o referencial teórico está subdividido em quatro seções: a primeira versa sobre as políticas públicas internacionais para primeira infância; a segunda discute acerca da importância das políticas públicas para a primeira infância no Brasil; a terceira por fim adentra-se no programa Criança Feliz, a última seção apresenta o panorama de estudos sobre o tema Programa Criança Feliz.

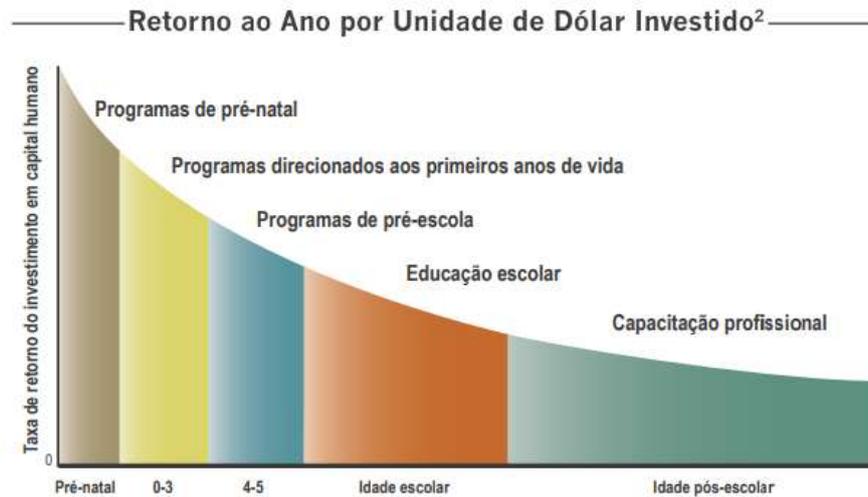
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

É na primeira infância que importantes aquisições acontecem, ou deixam de acontecer, devido às relações que se estabelecem entre a criança e seu mundo. (FREITAS; SHELTON, 2005). De acordo com o Comitê dos Direitos da Criança em seu Comentário Geral nº 75 de 2006, a primeira infância inclui todas as meninas e meninos: desde o nascimento e ao longo do primeiro ano de vida, nos anos pré-escolares e durante o período de transição que culmina com a escolarização.

Nesse sentido, pesquisas na área econômica têm sugerido que os programas destinados a primeira infância devem ser entendidos pela sociedade e pelo governo como um excelente investimento, e não como despesa.

Nesta seara, estudos realizados em todo mundo versam sobre a relevância e impacto das políticas públicas voltadas para primeira infância. Em vista disso, Heckman (2012) defende veemente que a educação na primeira infância é um investimento eficiente e eficaz para o desenvolvimento econômico e da força de trabalho. Para ele, quanto mais cedo o investimento, maior o retorno sobre o investimento. A figura 01 expressa tal afirmativa do autor, ao estabelecer essa equação de investimento e retorno.

Figura 01- Gráfico com taxa de retorno do investimento em capital humano.



Fonte: Heckman, James J. "Schools, Skills and Synapses", *Economic Inquiry*, 46(3): 289-324. 2008.

Em virtude disso, o autor realizou uma análise do programa *Perry Preschool* realizado nos Estados Unidos e mostra um retorno sobre o investimento de 7 a 10% ao ano, com base no aumento da escolaridade e do desempenho profissional, além da redução dos custos com reforço escolar, saúde e gastos do sistema de justiça penal (HECKMAN, 2008). O *Perry Preschool Program* beneficiou crianças de forma aleatória e constatou-se melhora no desempenho, além de melhores rendimentos e menor encarceramento depois de adultos dos participantes do programa (CURRIE, 2001).

Por sua vez, os analistas do estudo do *Chicago Child-Parent Center* estimaram em \$48.000 os benefícios por criança para o povo, a partir de uma pré-escola pública em meio período destinada a crianças em risco. Estima-se que ao atingir 20 anos de idade, os participantes apresentem maior probabilidade de conclusão do ensino médio, e assim terão menor probabilidade de repetência, de necessitar de reforço escolar ou de serem presos. O retorno estimado sobre o investimento foi de sete dólares para cada dólar investido. (CONYERS; REYNOLDS; OU, 2003).

Ainda com relação a programas voltados para primeira infância nos Estados Unidos, a cidade do Novo México possui um programa com metodologia bastante semelhante com o Criança Feliz e Primeira Infância Melhor, do Brasil. O programa de Visita Domiciliar dos Serviços de Primeira Infância oferece suporte ao desenvolvimento das crianças e apoio emocional aos pais. Nesse programa, um membro da equipe visita a família regularmente desde o período pré-natal até a criança completar cinco anos para fornecer suporte com base nos objetivos pré-determinados pela própria família (HARMEYER; WEISENFELD; FREDE, 2023).

Uma das principais diferenças do programa de visita domiciliar do Novo México para o Criança Feliz, refere-se ao fato daquele ser um programa voluntário e as famílias podem aderir ou retirar-se a qualquer momento. Já o Criança Feliz possui um vínculo direto com as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Contínua, além de atender as crianças que estão afastadas do convívio familiar. Para Klein (2021) O PCF visa fortalecer a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com redução de vulnerabilidades e desigualdades e potencializa a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas voltados para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

Perpassando a América do Sul, no Chile, os programas de intervenção na primeira infância surgiram em 1974, inicialmente o *Programa Piloto de Estimulação Precoce para Crianças de Baixo Nível Socioeconômico*, era voltado para crianças entre 0 e 2 anos. A criação do programa no país foi influenciada pelo primeiro programa de desenvolvimento infantil do mundo “*O Começar na frente*”, foi implementado pelo governo dos Estados Unidos em 1965 e tinha como objetivo oferecer serviços psicoeducacionais e sociais a crianças e famílias em situação de pobreza, envolvendo ativamente os pais em cada etapa do processo de intervenção. Em suas origens atendia crianças de 3 e 4 anos e com o tempo se espalhou a população precoce e as gestantes (CALQUIN DONOSO, 2019).

No entanto, foi apenas em 2006 que foi institucionalizado o Subsistema de Proteção Integral à Criança “*Chile Cresce Com Você*”, doravante (CCC) a criação do programa objetivava proporcionar uma oferta integrada de múltiplas intervenções que procurassem diminuir o fosso de defasamentos no desenvolvimento infantil, seja ele motor, cognitivo, social ou emocional, entre grupos socioeconômicos extremos (MOLINA; CORDERO E SILVA, 2008). Dessa forma o CCC enfatizava o acompanhamento e controle da trajetória de desenvolvimento das crianças, através das antigas ações de estimulação precoce.

Programas na América Latina como Proyecto Integral de Desarrollo Infantil (PIDI), na Bolívia e o Oportunidades no México, também apresentaram resultados favoráveis a pré-escola (SCHADY, 2006). Todavia, através da literatura, autores como Lassalle, Croso e Magalhães (2020) afirmam que ao analisar especificamente a situação do direito humano à educação infantil na América Latina e no Caribe, que perpassam as tendências da privatização, o que acabam por comprometer a própria concepção da educação como direito humano fundamental, uma vez que a educação passa a ser vista e tratada como mercadoria (CLADE, 2014; CROSO, MAGALHÃES, 2016).

As políticas públicas para Primeira Infância na Colômbia possui como órgão máximo, o Sistema Nacional de Bem-Estar Familiar da Colômbia (SNBF), que é uma entidade a serviço das famílias colombianas, vinculada ao Ministério da Proteção Social. Entre os vários projetos sob amparo do SNBF, destacam-se os Observatórios da Infância e da Família (OIF), como estratégia de investigação e participação comunitária, que envolve os cidadãos nos processos de informação, formação e gestão sobre o cumprimento dos direitos da criança. Além do programa Primeira Infância, que busca garantir atendimento à população de 0 a 6 anos, como ponto de partida para a cobertura integral em segurança alimentar (QUINTERO VELÁSQUEZ, 2011).

Não obstante, o panorama acerca de políticas públicas voltadas para primeira infância em cenário mundial nem sempre obteve destaque e relevância. Segundo Howard e Cols (2001) as primeiras organizações destinadas ao atendimento de crianças pequenas surgiram no início do século XIX em função dos movimentos migratórios e do crescente processo de industrialização. Na época, as crianças eram vistas como o produto da competência e atenção de seus pais, que tinham a responsabilidade de educá-las para que se tornassem bons cidadãos. Nas cidades, encontravam-se muitas crianças cujos pais passavam boa parte do dia no trabalho e tinham pouco tempo para dedicar a seus filhos. Através dessa perspectiva surgiu a convicção de que o governo deveria intervir na educação dessas crianças foi estimulada por um movimento para manter a integração cultural.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL

As políticas públicas desempenham um papel bastante importante na sociedade, principalmente em setores como educação, saúde, habitação, previdência social e saneamento. Elas resultam em um conjunto de ações em âmbito municipal, estadual e federal, que objetivam desenvolver o bem-estar social e assegurar os direitos de cidadania, em busca de atender as necessidades de segmento sociais, culturais, econômicos ou étnicos (SILVA, 2021).

Nesta seara, as políticas públicas fazem parte de um conjunto de iniciativas, programas, campanhas e decisões políticas tomadas mediante a participação direta e indireta dos entes públicos ou privados. Brasil e Capella (2016) definem políticas públicas a partir do seu aspecto processual e estrutural, sendo formada mediante a identificação de um problema, seguido do estabelecimento de possíveis soluções, a escolha de diferentes formas de atuação, e por fim, a

definição de um curso de ação específico, de forma que possibilite a implementação das decisões.

Em sua definição, Secchi (2015) apresenta as políticas públicas, de modo bastante objetivo, considerando-as como diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público. Os conceitos especificados acima, possuem como núcleo de significância o enfrentamento de um dado problema social, na qual faz-se necessárias ações intencionais e coordenadas para atender a problemática e a demanda social.

As Políticas públicas de grande cobertura e com incidência direta nas famílias socioeconomicamente mais vulneráveis, podem representar um mecanismo capaz de mudar o cenário da pobreza no Brasil. A importância das políticas públicas é enfatizada nos estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA no ano de 2019, ao constatar que o Programa Bolsa Família (PBF) reduziu em 15% a taxa de pobreza do país e em 25% a taxa de extrema pobreza. Dessa forma, em 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema (DE SOUZA ET.AL., 2019).

A grande desigualdade no Brasil é um dos principais fatores decorrentes da pobreza e da extrema pobreza. Essa desigualdade se reflete em todas as dimensões da vida: educação, saúde, moradia, saneamento, alimentação, cultura, entre outras áreas. Neste sentido, o começo da vida das crianças que se encontram em vulnerabilidade social já inicia marcado por essas desigualdades.

Assim, o desenvolvimento da primeira infância no Brasil se faz sob a marca da desigualdade, que se mostra ainda maior entre as crianças. (BRASIL, 2020). Com a finalidade de atender a essas desigualdades e proporcionar as crianças condições que possibilite seu desenvolvimento pleno, leis, estatutos e resoluções foram criadas mundialmente e no Brasil. Entre elas tem-se a Lei nº 13.257/2016, legislação essa que aprovou o Marco da Primeira Infância, em âmbito nacional, colocando a criança desde o nascimento até os seis anos de idade como prioridade no desenvolvimento de programas, formação dos profissionais e na formulação de políticas públicas.

De acordo com o Plano Nacional para a Primeira Infância (2020) nas últimas décadas do século passado e na primeira deste século XXI, o Brasil foi palco de amplas e profundas mudanças no quadro jurídico, nas políticas sociais, nas ações governamentais e na participação da sociedade brasileira em ações e projetos destinados à proteção, à promoção e à participação da criança. No entanto, o atendimento à infância no Brasil por muitos anos não se constituiu como um dever do Estado. As crianças permaneceram invisíveis às políticas públicas brasileiras até quase metade do século XX e as questões relacionadas à infância por muito tempo foram

tratadas como sendo unicamente da esfera privada, ou seja, de domínio familiar (ROSEMBERG, 2006).

O progresso que o Brasil fez na promoção do desenvolvimento na primeira infância nos últimos anos é reconhecido nacional e internacionalmente. Desde a aprovação de algumas políticas públicas, programas e planos voltados à criança, o tema da primeira infância também ganhou maior notoriedade no país. Dentre as várias normativas e políticas, destaca-se a Constituição Federal de 1988, que é o marco do novo olhar político, social e pedagógico dada as crianças no Brasil, considerando-as como sujeito de direitos, incumbindo ao Estado, a sociedade e a família o dever de assegurar os direitos como prioridade absoluta das políticas públicas (BRASIL, 2017a).

No ano de 1990, o Brasil dá um novo passo com o desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pela Lei nº 8.069/1990 que institui um sistema de Garantia dos Direitos, a criação de conselhos paritários para que seja realizada a formulação, o acompanhamento e o controle social da Política de Atenção à Criança e ao Adolescente (BRASIL, 1990).

Destarte, leis setoriais são elaboradas com o intuito de que as especificidades das crianças sejam consideradas nesse processo, atentando-se a aspectos como: saúde, educação, assistência social, entre outras. A partir de então as políticas públicas sociais são formuladas e programas setoriais são criados para a primeira infância (BRASIL, 2020). De modo que, entre 2009 a 2010, a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) construiu o PNPI- Plano Nacional pela Primeira Infância, que é um documento político e técnico que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e de promoção dos direitos das crianças na primeira infância.

Em 2015, foi instituído pelo Ministério da Saúde, o Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, um documento que preza pela organização de políticas para o público de zero a seis anos (SILVA, 2021). Já em 2016 teve-se a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância, resultando na inclusão e modificação de dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 13. 257/2016 o Marco Legal pela Primeira Infância (2016) objetiva “[...] estabelecer princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento humano [...]”.

O documento do Marco Legal da Primeira Infância ressalta e reafirma outros artigos da evidenciar a necessidade da articulação multisetorial nos programas de apoio às famílias e visitas domiciliares. A partir de então, o Governo Federal criou em 2016, o Programa Criança Feliz, com o intuito de proporcionar o desenvolvimento integral das crianças na primeira

infância levando em consideração seus familiares e sua condição de vida. O programa é desenvolvido através de visitas domiciliares, cuja finalidade é promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, buscando envolver ações intersetoriais de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos (ALMEIDA, 2019).

Paralelo, outras políticas, planos e programas setoriais para a primeira infância ou que a incluem em seu escopo foram criados, a dizer: o Plano Nacional de Educação (2014-2024), os Planos Decenais de Assistência Social (2016-2026) e dos Direitos Humanos de Crianças e de Adolescentes (2010-2020), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, entre outros (BRASIL, 2020).

Todo esse arcabouço jurídico de documentos legais expressam o avanço conceitual, técnico, profissional e político que ocorreu no mundo e particularmente no Brasil, desde a década de 1980, sobre a primeira infância e o potencial de aprendizagem, desenvolvimento e participação que o ser humano possui nessa faixa etária da vida.

Embora o Brasil tenha avançado em ações ligadas a primeira infância, os estudos de Lari, Lourenço e Della Barba (2018) realizaram um levantamento das práticas de atenção intersetorial e integral ao Desenvolvimento infantil nos documentos relacionados às políticas públicas para a primeira infância. De acordo com as políticas, portarias e legislações vigentes no Brasil, as autoras concluíram que existe um avanço para a prevenção e promoção do que os documentos nacionais preconizam como cuidado. Em contrapartida, afirmam que embora possam ser identificados avanços nas políticas voltadas à infância no Brasil e mesmo possibilidades de repercussão a nível local, os mesmos não atingem um nível de sistematização necessário para se traduzirem em recursos ou estratégias a serem seguidas pelos municípios a fim de guiarem suas ações.

Logo, torna-se imprescindível investir em políticas, planos e programas voltados aos cuidados primários das crianças nos primeiros anos de vida, de forma que seja possível proporcionar condições favoráveis de desenvolvimento infantil nas crianças que vivem em vulnerabilidade social.

Segundo Montoya, Silvestre e Souto (2018) investir na primeira infância é mais eficaz do que outras iniciativas, pois gera economias futuras, assim como diminui as desigualdades estruturais. Os autores ainda estabelecem que a primeira infância é composta pela combinação dos desenvolvimentos físico (intervenções de nutrição e saúde), mental (intervenções de caráter cognitivo) e social (intervenções de interação social e criação de vínculos) nos primeiros anos de vida. Assim, é uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano, uma vez que é durante ela que acontecem as maiores conexões cerebrais, facilitando a aprendizagem.

A importância de políticas públicas voltadas para a primeira infância também possui referência econômica-social. Em pesquisas de âmbito mundial desenvolvidas para avaliar a eficácia dos programas sociais, Heckman (2012) corroborou que a taxa de retorno do investimento em capital humano é maior se feito na etapa que vai dos 0 aos 6 anos. Nesse sentido, investir em educação, saúde e assistência social na primeira infância pode ajudar a diminuir gastos com doenças crônicas, melhorar o aprendizado das crianças, diminuir a evasão escolar e reduzir a criminalidade.

Além dos fatores econômicos e sociais, a vulnerabilidade social em que as crianças, objeto das políticas públicas de primeira infância, são expostas reiteram a existência problemas afetivos e mentais na criança e em todo o seio familiar. É estimado que no Brasil, 13% da população de seis anos tenha diagnóstico de algum transtorno mental (ABUCHAIM, 2016).

Em estudo realizado no Brasil, em que avaliaram os fatores socioeconômicos, familiares e individuais associados ao desenvolvimento infantil no primeiro ano de vida de 3242 crianças que vivem nas cinco regiões do país. Os resultados da pesquisa evidenciaram que os escores de desenvolvimento infantil no primeiro ano de vida foram menores em filhos de mães com baixa escolaridade, que não tiveram apoio do pai da criança durante a gestação, que possuem duas ou mais crianças menores de sete anos residindo no domicílio e em mães com sintomas de depressão (MUNHOZ, ET.AL., 2022).

As ações voltadas para a promoção da primeira infância buscam reduzir também a taxa de mortalidade infantil. Nos últimos anos, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida significativamente no Brasil, em 2010, o percentual de mortes infantis estava em 17,2 por mil nascidos vivos, já em 2018, o índice baixou para 12,4. Entre os menores de cinco anos, também houve uma redução: de 19,8, em 2010, para 14,4, em 2018. No entanto ainda é preciso registrar as desiguais chances de viver nos diversos estados brasileiros, no Espírito Santo, de cada mil nascidos vivos, 8,1 morrem antes de completar um ano, já no Paraná, 8,6. Os índices de mortalidade infantil são ainda maiores no Maranhão, em que 19,4 das crianças não festejam sequer o aniversário de um ano e, no Amapá, o número é ainda maior, a cada mil nascidos vivos, 22,8 morrem antes de completar os 12 meses de vida (IBGE, 2019).

Dos óbitos de crianças menores de um ano por causas evitáveis, 56,3% poderiam ser evitados mediante a atenção à mulher na gestação, durante o parto ou ao recém-nascido, e mais 11% se fossem feitos o diagnóstico e o tratamento adequados ou fossem realizadas ações de promoção da saúde (BRASIL, 2020).

Dessa forma, investimentos em programas voltados para primeira infância podem dar um retorno bastante positivo para as crianças e para sociedade como um todo. As crianças que

tiveram boas oportunidades escolares, afetivas e sociais na infância tendem a apresentar um melhor desempenho acadêmico e profissional, um maior ajuste social e uma menor propensão à criminalidade, ao uso de drogas e doenças físicas ou mentais (ABUCHAIM, 2016).

Neste sentido, as experiências da criança nos seus primeiros anos de vida dão fundamento ao processo subsequente e cada fase do desenvolvimento infantil depende da anterior (BRASIL, 2017a). Assim, para que funções mais complexas possam ser desenvolvidas e realizadas, numa sequência de aquisições de novas habilidades e capacidades é importante que seja investido em políticas públicas para a primeira infância. De forma que cada criança seja vista e compreendida como um ser único e repleto de direitos.

O respeito aos contextos de vida de cada criança e a construção identitária de sua família também devem ser colocados em pauta nas discussões sobre a promoção da primeira infância no Brasil. Abuchaim (2016) define a criança como um ser de direitos, embora ainda frágil para exercê-los, e que perante essa vulnerabilidade cabe aos a todos os adultos se comprometerem a agirem em prol da proteção e defesa das crianças, nos contextos institucional, familiar e social.

Assim, ao Estado cabe a criação de mudanças, programas e políticas a serem desenvolvidas nos estados e municípios do Brasil, de maneira sistematizada, de forma que possa contribuir para os cuidados primários das crianças nos primeiros anos de vida.

2.3 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz (PCF) foi instituído pelo Governo Federal, através do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016 e possui como fundamento a Lei nº 13.257 que discorre sobre o Marco Legal da Primeira Infância, (BRASIL, 2017a). O PCF tem como principal finalidade “promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida” (BRASIL, 2016).

Nesse âmbito, destaca-se que o PCF tem como referência metodológica o “Programa Primeira Infância Melhor” (PIM/RS), que é considerado como Política Pública Estadual do Rio Grande do Sul, implantada oficialmente pela Portaria n. 15/2003, instituído como Lei Estadual n. 12.544/06 (RIO GRANDE DO SUL, 2006). Esta por sua vez, foi baseada no Programa “Educa a tu hijo” de Cuba e o manual de “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC)”, elaborado e cedido ao Brasil pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (BRASIL, 2017b).

Em decorrência disso, a metodologia do trabalho do PCF é baseada no modelo de Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) – UNICEF/OPAS” (BRASIL, 2017b). O método tem como fundamento o cuidado à criança nas diferentes idades e os vínculos

estabelecidos entre ela e seus cuidadores. É, portanto, uma metodologia pautada na orientação e no apoio aos esforços das famílias sobre vinculação e cuidados para o desenvolvimento da criança.

As ações do Programa Criança Feliz estão inseridas no Programa Governamental Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que contempla atividades destinadas as ações socioassistenciais complementares e integradas, assim como serviços e benefícios socioassistenciais. O SUAS é operado de forma municipalizada, diretamente pela Prefeitura ou desta em parceria com Organizações da Sociedade Civil reconhecidas (BRASIL, 2014).

Gaia, Candido e Barbosa Júnior (2019) afirmam que dentre as diversas conquistas do PCF, destacam-se o processo de qualificação, melhora e incentivo ofertado de forma integrada e complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), junto aos CRAS. O PCF também proporcionou um avanço no que tange as ações socioassistenciais, de modo que determinadas barreiras e desafios são superados, gerando uma rotina cotidiana no viés de intersectorialidade e interdisciplinaridade. Assim, o PCF promoveu uma discussão acerca do cofinanciamento, não só interfederativo (Federal + Estadual + Municipal), mas também intersectorial, incluindo políticas diversas.

O público-alvo do programa são gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; as crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada. Assim como, as crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2017a).

Por conseguinte, alguns critérios de priorização foram definidos para situações em que os municípios não consigam incluir inicialmente todas as famílias no programa. Segundo o Guia para Visita Domiciliar (2017) as orientações dadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social levam em consideração a situação de vulnerabilidade das famílias e os fatores que podem interferir negativamente no desenvolvimento integral das crianças, sendo eles: o baixo peso ao nascer, baixa escolaridade materna, o uso de álcool e outras drogas, depressão materna, gravidez na adolescência, assim como as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, entre outros.

Contudo, os objetivos do Programa Criança Feliz concentram-se em:

- Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

- Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem;
- Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias (BRASIL, 2017b, p. 19).

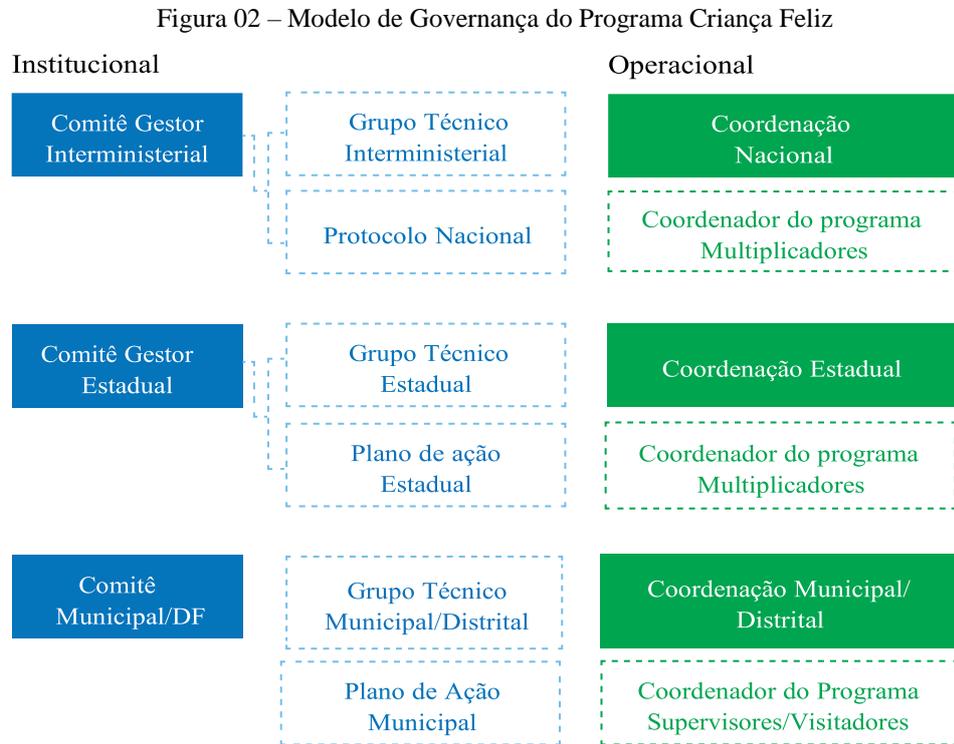
Nesse sentido, para atender tais objetivos, o Decreto 9.579 de 22 de novembro de 2018 especifica alguns elementos necessários para que o PCF consiga cumprir tais propósitos. Dentre os principais componentes do Programa Criança Feliz, destacam-se: I - a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissionais capacitados, assim como a prática de ações complementares que apoiem as gestantes e as famílias, favorecendo o desenvolvimento da criança na primeira infância; II- a capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância, em prol da qualificação do atendimento e do fortalecimento da intersetorialidade; III- a concepção de conteúdo e de materiais que apoiem o atendimento intersetorial à família de crianças na primeira infância e à gestantes;

Outro aspecto considerado como primordial para o alcance dos objetivos do PCF são: IV - o apoio e a mobilização dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em prol da implementação do Programa Criança Feliz e da articulação intersetorial do mesmo. Por fim, tem-se o componente relacionado a: V- promoção de conhecimento acerca da temática, de forma que estudos e pesquisas contemplem o desenvolvimento infantil integral (BRASIL, 2018a).

Nessa seara, para articular os componentes do PCF e atender seus objetivos faz-se necessário uma estrutura organizacional, que contemple todos os entes federados (União, Estados, DF e Municípios). À vista disso, o decreto nº 9.855, de 25 de junho de 2019 dispõe sobre o comitê gestor do Programa Criança Feliz, cujas atribuições destinam-se ao: planejamento e articulação dos componentes do PCF, ao acompanhamento e execução do Programa, assim como a promoção das ações setoriais voltadas para o atendimento do público-alvo do PCF (BRASIL, 2019).

Além do comitê gestor, que deve ser implantado a nível federal, estadual e municipal, o modelo de governança do Programa Criança Feliz conta com a presença de grupos técnicos de formação intersetoriais e coordenações do programa em cada esfera federativa. Os Grupos Técnicos são os responsáveis por executar e apoiar as decisões tomadas pelos Comitês Gestores. Já as coordenações do Programa assumem o papel de operacionalizar o Criança Feliz, através da organização das atividades das instâncias decisórias e técnicas, da articulação entre

os parceiros das políticas setoriais locais e da disseminação das decisões e encaminhamentos realizados nessas esferas (BRASIL, 2017a). Ainda segundo o documento A intersectorialidade na Visita domiciliar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em 2017, a Figura 02 representa o modelo de governança do PCF



Fonte: (BRASIL, 2017a).

Nesse âmbito vale destacar que o modelo de governança do PCF tem como elemento caracterizador a intersectorialidade. Para Montoya, Silvestre e Souto (2018) a intersectorialidade trouxe um novo olhar na área de gestão pública, sendo considerada como uma estratégia para melhor efetivação dos programas e de políticas. O Ministério da Saúde, na Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014 conceituou intersectorialidade como “processo de articulação de saberes, potencialidades e experiências de sujeitos, grupos e setores na construção de intervenções compartilhadas, estabelecendo vínculos, corresponsabilidade e cogestão para objetivos comuns” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Dessa forma, a intersectorialidade propõe uma nova maneira de abordar os problemas, a partir de uma visão holística da criança. No entanto a temática da intersectorialidade do Programa Criança Feliz é alvo de várias discussões, Cruz (2017) destacar em seus estudos que a intersectorialidade não corresponde necessariamente à ideia de articulação de ações. Isto

porque, no plano da ação, o desenvolvimento de tais políticas tem se dado por vezes de forma fragmentada.

Rodrigues e Cruz (2020) complementam que no Programa Criança Feliz, o caráter intersetorial distribui para diferentes áreas e órgãos a responsabilidade de desenvolver integralmente as crianças na primeira infância, ao mesmo tempo em que descentraliza o papel da educação nesse processo. Nesse sentido, a intersetorialidade tem sido um grande desafio para o PCF, já que ela se constitui em um dos eixos principais do programa, mas exige que seus gestores tenham capacidade e autonomia para realizar articulações nas diversas áreas das políticas públicas e sociais e que suas ações sejam, de fato, realizadas (CAVALCANTI; RIVEROS, 2020).

Portanto, para que aconteça a efetivação da intersetorialidade é necessária uma agenda articulada em âmbito local. Nesse sentido, merece destaque o papel do Comitê Gestor Intersetorial municipal do PCF juntamente com a figura dos supervisores e visitadores. Visto que, o programa é desenvolvido através de visitas domiciliares, buscando envolver ações intersetoriais de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos (ALMEIDA, 2019). Nessa perspectiva o visitador é a ponte entre as famílias, que por intermédio dos supervisores e da coordenação executam o planejamento realizado pelo Comitê Municipal.

Os visitadores devem atender as famílias seguindo uma periodicidade mínima, conforme a Cartilha de Guia para Visitas Domiciliares (2017), que estabelece que deve ser realizada uma visita domiciliar mensal para gestantes e suas famílias beneficiárias do PBF; quatro visitas mensais para as crianças de 0 a 36 meses e suas famílias beneficiárias do PBF e do BPC e para as famílias beneficiárias do BPC, que possuem crianças de 37 a 72 meses, devem ser realizadas duas visitas mensais (BRASIL, 2017b).

No que tange ao perfil profissional dos visitadores, exige-se que possua a escolaridade de nível médio ou superior. Os supervisores, por sua vez, devem possuir o nível superior, preferencialmente com formação como psicólogo, assistente social, pedagogo ou terapeuta ocupacional. Eles figuram como pontos de apoio dos visitadores, acompanhando o trabalho das visitas, orientando e estimulando nas demandas provenientes das famílias atendidas.

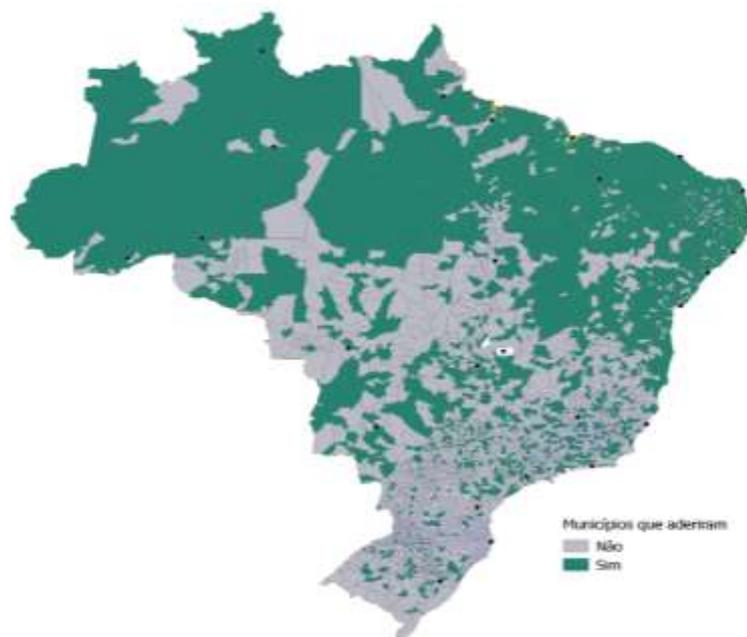
A Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 07, de 22 de maio de 2017, destaca os critérios que os municípios devem atenderem para se tornarem elegíveis a adesão do Programa Criança Feliz. Dentre os requisitos destacam-se a presença de pelo menos 01 (um) CRAS no município, além de ser necessário possuir no mínimo 140 indivíduos do público prioritário do Programa (BRASIL, 2017c)

De acordo com a Portaria Nº. 2.496 de 2018 o valor de repasse aos municípios é de R\$ 75,00 mensais por beneficiário do Programa, realizado por meio do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS de acordo com as metas aderidas para cada município. Para ter acesso ao recurso, os municípios precisam estar com as equipes completas: 1 supervisor para cada 15 visitantes e 15 visitantes para cada 30 usuários do PCF (BRASIL, 2018b). Cavalcanti e Riveros (2020) reiteram que essa forma de financiamento permite um controle por parte do governo federal em relação aos municípios, visto que todas as visitas precisam estar preenchidas no Prontuário Eletrônico do SUAS, além do fato dos municípios poderem realizar novo termo de aceite para ampliar as metas e conseqüentemente, o recurso a ser recebido.

Segundo os dados levantados pelo Ministério da Cidadania, em 2021, do total de 5.570 municípios brasileiros, o PCF está presente em 3028 cidades, o que é apontado pela gestão do programa uma grande representatividade na realidade brasileira, levando em consideração o fato do Brasil ser um país de proporção continental, com inúmeras dificuldades de acesso a vários territórios. Ainda de acordo com o Ministério da Cidadania, o Programa Criança Feliz superou o número de 57 milhões de visitas, o que significa acesso de um programa social nos territórios e domicílios brasileiros, de maneira sistemática e periódica (BRASIL, 2022).

Por conseguinte, em relação a adesão das regiões brasileiras ao Programa Criança Feliz, tem-se uma maior predominância da região do Nordeste, onde 89,22% dos municípios aderiram ao PCF. Em contraste a região Sul, possui apenas 13,26% de municípios que aderiram ao Programa Criança Feliz (MONTROYA; SILVESTRE; SOUTO, 2018) A Figura 03 apresenta através do mapa do Brasil, os municípios que aderiram ao PCF.

Figura 03 – Mapa do Brasil com municípios que aderiram ao Programa Criança Feliz



Fonte: (BRASIL, 2022).

O mapa retratado na Figura 03 reitera a expansão do PCF na região Nordeste, assim como o baixo índice de adesão dos municípios da região Sul. Uma das motivações que fundamentam a não adesão dos municípios do Sul ao PCF, se dá em virtude, da existência do Programa Primeira Infância Melhor na região. Segundo Esmeraldo (2018) O PIM iniciou-se como ação no Município do Rio Grande do Sul, em 2006 e foi ganhando importância e reconhecimento em mais da metade dos municípios gaúchos, em vários estados e países, estimulando e orientando cerca de 200 mil crianças e 50 mil gestantes entre as mais de 180 mil famílias.

Nessa seara, segundo a Rede Nacional para Primeira Infância (2020) tanto o Programa Bolsa Família, como o Programa Criança Feliz são as referências para o SUAS em face da primeira infância. Eles agem fortalecendo as possibilidades de articulação com outras iniciativas públicas e privadas no território, assim como reforçam a abordagem intersetorial e em busca de impactos sociais no rompimento do círculo da pobreza.

2.4 PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Com o intuito de realizar uma análise sobre o tema Programa Criança Feliz, foi efetuada uma busca de estudos já realizados nos últimos 10 anos, utilizou-se a metodologia do Estado do Conhecimento, que segundo Morosi (2015), o Estado do Conhecimento trata da identificação, registro e categorização que levam a reflexão e síntese acerca da produção científica de determinado tema, em um espaço de tempo. Sendo assim, objetiva-se analisar o conhecimento científico em artigos publicados em periódicos sobre o tema Programa Criança Feliz, abrangendo o período de 2012 a 2022, assim, será possível compreender quais pesquisas vêm sendo investigados dentro da temática.

O corpus de análise foi selecionado a partir da busca de artigos feita na base de dados Periódico Capes, através do CAFe (Comunidade Acadêmica Confederada), que possibilita o acesso a um maior número de base de dados, incluindo a base Scopus (Elsevier) e Web of Science, com a disponibilização dos textos completos dos periódicos.

A palavras-chave utilizada na busca foi “Programa Criança Feliz” podendo estar presente no título ou assunto dos artigos em qualquer idioma. A pesquisa originou um total de 12 artigos presentes em diferentes periódicos. Todos os artigos encontrados abordavam a

temática na integra. No entanto, após uma análise dos estudos encontrado, detectou-se que 03 artigos estavam duplicados, resultando assim, em um total de 09 estudos para serem analisados nessa seção. O quadro 01 traz os principais resultados da pesquisa realizada, abordando a autoria dos estudos, objetivo da pesquisa e principais resultados.

Quadro 01- Autoria, objetivos e principais resultados dos estudos.

Autor	Objetivos	Principais resultados
Almeida (2019)	Demonstrar como os instrumentos participativos impedem a regressão dos direitos adquiridos pela sociedade, principalmente no que tange às parcelas mais vulneráveis da população, através do caso do programa Criança Feliz.	A pesquisa enfatizou a repercussão negativa do Programa Criança Feliz, em instâncias participativas federadas e suscitou debates e ações encima de sua implementação. Evidenciando que a formulação e a tomada de decisão dos formuladores de políticas públicas e dos políticos foram concretizadas sem a participação e opinião popular, cabendo aos instrumentos como os conselhos e os sindicatos agirem em prol dos interesses sociais e da defesa dos direitos adquiridos.
Arcoverde, Alcantara e Bezerra (2019)	Identificar as especificidades do processo de desresponsabilização do Estado diante das necessidades sociais, desenvolvendo estratégias que exigem maior atuação da família no provimento da proteção social.	Os principais resultados do estudo expõem que o Programa Criança Feliz e suas particularidades vão na contramão dos direitos e da assistência social como um direito, promovendo um sucateamento dos mesmos. Isso acontece uma vez que o conteúdo do programa e sua operacionalidade constituem-se em mais um passo para a construção de um viés ideológico e político que restringem e eliminam direitos. Dessa forma, a intersetorialidade na articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social, fundamental ao atendimento com qualidade das múltiplas expressões da questão, termina sendo atribuída a um único programa, que de fato não possui potencial. Portanto, a intersetorialidade do Programa Criança Feliz fica apenas no discurso vazio, porquanto torna-se, na gênese, inviabilizado.
Gaia, Candido e Barbosa Júnior (2019)	Realizar reflexões acerca do Programa Criança Feliz (PCF) e suas contribuições para o desenvolvimento da criança na primeira infância.	Concluiu-se que o Programa Primeira Infância no SUAS, Programa Criança Feliz– (PCF), tem entre outros duas conquistas muito relevantes: primeiro, qualificar, melhorar e incentivar de forma integrada e complementar o PAIF junto aos CRAS/SUAS, melhorando a resolutividade do atendimento para as famílias e indivíduos que acompanha; e, segundo, levar a ação socioassistencial a vencer determinadas barreiras e desafios, na perspectiva de atuar com mais amplitude, tranquilidade e rotina cotidiana no viés de intersetorialidade e interdisciplinaridade, passando a discutir o cofinanciamento, não só interfederativo (Federal + Estadual + Municipal), mas também Intersetorial(políticas diversas).
Neris e Momma (2019)	Este trabalho faz uma reflexão sobre Programa Criança Feliz, bem como	Em relação aos resultados, o estudo expõe que o Programa Criança Feliz apresenta-se como uma política compensatória e paliativa, de cunho

	sobre a aprovação de emenda constitucional (55/2016 – PEC do teto dos gastos públicos) que prevê congelamento das despesas primárias do governo federal	assistencialista, que vai na contramão das ações que visam a promover a cidadania; os direitos sociais, bem como às reivindicações dos movimentos sociais e de produção acadêmica de cunho progressista. O que significa um retrocesso, dado o avanço que se renunciou com a CF 88, a LDB 9.394/96 no sentido de contemplar a educação infantil como primeira etapa da educação básica.
Campos (2020)	Discutir o Programa Criança Feliz em busca de apreender o papel da família e do Estado.	O programa compõe a agenda conservadora do atual Governo Federal e implica não apenas uma regressão na concepção e na execução de políticas de assistência social e educativa, como também é a difusão de uma lógica higienista – disciplinadora destinada às famílias pobres. Os resultados ratificam a importância da Educação Infantil como direito das crianças e de suas famílias, dever do Estado e não como uma política focal de cunho emergencial ou de disciplinamento das famílias.
Rodrigues e Cruz (2020)	Refletir acerca do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto nº 8.869 do governo federal brasileiro, articulando essas reflexões a história do atendimento à infância no país.	A pesquisa reiterou que a criação desse Programa se constitui muito mais numa política de governo pontual e segmentada, do que propriamente uma política de Estado, sobrepondo-se, a políticas setoriais já existentes, como os serviços socioassistenciais e educacionais. É possível, então, identificar uma transferência de responsabilidade para a família em relação à educação da criança. Observa-se que o manual do programa não aponta a formação mínima exigida para a atuação do visitador.
Capilheira, Mota e Lockmann (2021)	O artigo problematiza as reconfigurações ocorridas nas políticas de assistência à infância no Brasil, a partir da análise de documentos oficiais do Programa Criança Feliz.	As análises empreendidas neste estudo apontam que a centralidade da educação via família, efetivadas no Programa Criança Feliz, configurando-se como um deslocamento que apresenta efeitos para a primeira etapa da Educação Infantil, principalmente no que diz respeito à educação das crianças de zero a três anos. Investe-se prioritariamente na família, a partir da lógica de estratégias de baixo custo. Situação observada pelo fato do visitadoras(es) não possuírem necessariamente formação específica em nível superior e que as orientações realizadas às famílias se baseiam em prescrições pautadas em cursos rápidos. Notou-se que o Programa Criança Feliz estabelece uma estreita vinculação com a Teoria do capital humano funcionando como investimentos que são desenvolvidos sobre <i>capitais humanos infantis</i> .
De Almeida et.al (2022)	Analisar a convergência da governança e do planejamento no âmbito Intergovernamental, a partir da abordagem de política pública para a primeira infância, denominada “Programa Criança Feliz”.	Os resultados evidenciaram planos e práticas em sua maioria distanciados de uma perspectiva estratégica, bem como mecanismos de governança incipientes, orientados predominantemente para o cumprimento do formalismo legal. As práticas identificadas em governos locais, embora ainda incipientes, podem referenciar novos estudos e práticas similares em outros municípios. Vários municípios elaboraram os PPA desconectados de

		uma abordagem estratégica, de governança ou ambos. Com poucas exceções, os municípios mencionam ações específicas para assistência às crianças e adolescentes e alguns sequer mencionam ações para a primeira infância. Dois municípios, Japi (RN) e Baraúna (PB), devem ser destacados quanto ao objeto da pesquisa, por terem apresentado um conjunto de requisitos alinhados com os métodos de planejamento estratégico e de práticas de governança multinível.
Munhoz et al. (2022)	Avaliar os fatores socioeconômicos, familiares e individuais associados ao desenvolvimento infantil no primeiro ano de vida, entre famílias em vulnerabilidade social.	Os resultados destacam a importância dos determinantes socioeconômicos (escolaridade materna), da saúde mental materna e do crescimento intrauterino no desenvolvimento das crianças durante o primeiro ano de vida. Observou-se menores escores em filhos de mães com baixa escolaridade, com sintomas de depressão, com duas ou mais crianças menores de sete anos residindo no domicílio e que não relataram autopercepção de apoio/ajuda durante a gestação. Conclui-se que a oferta de ensino formal à população deve estar interrelacionada com políticas e programas da área da saúde.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Percebe-se, que as produções se encontram distribuídas no período de 2019 a 2022, revelando que nos primeiros anos de implantação do programa (2016 a 2018) não houveram publicações registradas na base de dados utilizada para pesquisa. O Programa Criança Feliz surgiu em 2016, trata-se de uma política do Governo Federal instituído pelo Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016. O programa é fundamentado no Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, e possui a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017a; MONTOYA; SILVESTE; SOUTO, 2018).

Dentre os estudos apresentados no quadro 01, observa-se uma predominância de trabalhos com eixo temático ligado ao planejamento e governança do Programa Criança Feliz. Nessa perspectiva, os estudos de Almeida (2019), Arcoverde; Alcantara e Bezerra (2019) e De Almeida et.al. (2022) apresentam um viés negativista da política do PCF, enfatizando as fragilidades da operacionalização do programa, nesse sentido, a política passa a ser abordada pelos autores como uma regressão de direitos, ao transferir a responsabilidade da primeira infância para as famílias, adotando uma forma de culpabilização das famílias.

Na pesquisa realizada por De Almeida et. al. (2022), mediante análises dos Planos Plurianuais do Governo Federal e de onze municípios que aderiram ao PCF no ano de 2020,

constatarem que os planos e práticas do Programa Criança Feliz, em sua maioria são distanciados de uma perspectiva estratégica, apresentando mecanismos de governança incipientes, sendo orientados predominantemente para o cumprimento de um formalismo legal. Corroborando com esse viés Almeida (2019) expõe a falta de participação da população na formulação e a tomada de decisão dos PCF, evidenciando que a política foi concretizada sem a participação e opinião popular.

Os estudos de Neris e Momma (2019), Rodrigues e Cruz (2020), Capilheira; Mota e Lockmann (2021) também vão ao encontro dos pensamentos de Almeida (2019), Arcoverde; Alcantara e Bezerra (2019) e De Almeida et.al. (2022), ao adotarem uma abordagem crítica diante dos aspectos ligados ao planejamento e a governança do PCF. Com diferentes enfoques, os autores debatem sobre financiamento das políticas públicas (NERIS; MOMMA, 2019), os efeitos da política que engloba o PCF na garantia dos direitos das crianças à educação na primeira infância (RODRIGUES; CRUZ, 2020), assim como a análise de estratégias de investimentos em capital humano colocadas em ação pelo Programa Criança Feliz, (CAPILHEIRA; MOTA; LOCKMANN, 2021).

O atendimento à infância no Brasil nem sempre foi tratado como um dever do Estado. Somente a partir do início do século XX, que profundas mudanças sociais ocorreram e o tema passou a ser percebido pelas políticas públicas de assistência e educação. Neste sentido, a pesquisa de Neris e Momma (2019, p. 01) define o programa Criança Feliz como “uma política compensatória e paliativa, de cunho assistencialista, que vai na contramão das ações que visam a promover a cidadania e os direitos sociais”. Os autores ainda destacam que o PCF significa um retrocesso, dado o avanço que se renunciou com a CF 88, a LDB 9.394/96 no sentido de contemplar a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Rodrigues e Cruz (2020) salientam que a crítica realizada não recai sobre a criação de políticas sociais para o atendimento a primeira infância, mas sim sobre a implementação de políticas que não atendem os reais anseios da população e competem com o direito à educação, contribuindo mais para os processos de desigualdade e exclusão social, do que propriamente para a garantia de direitos.

Uma crítica preponderante na pesquisa de Capilheira; Mota e Lockmann (2021) reflete a centralidade da educação via família, configurando-se como um deslocamento que apresenta efeitos para a primeira etapa da Educação Infantil, onde o investimento prioritariamente na família parte de uma lógica de estratégias de baixo custo, situação observada através do fato dos (as) visitantes (as) não possuírem necessariamente formação específica em nível superior

e que as orientações realizadas às famílias se baseiam em prescrições pautadas em cursos rápidos.

Outro eixo temático que pôde-se perceber nos estudos de Gaia; Candido; Barbosa Júnior (2019) e Munhoz et al. (2022) expostos no quadro 01, englobam as pesquisas realizadas com o enfoque nos efeitos que o Programa Criança Feliz proporciona no desenvolvimento da Criança na Primeira Infância. Munhoz et. al (2022) utilizou o PCF para analisar o desenvolvimento infantil no primeiro ano de vida das crianças participantes do programa, o que possibilitou uma avaliação do impacto da política. Neste sentido, o estudo não buscou destacar uma reflexão teórica sobre o programa, e sim averiguar os resultados do programa após os primeiros anos de implementação.

Já o estudo de Gaia; Candido; Barbosa Júnior (2019) destacou as contribuições do PCF no desenvolvimento das crianças, a partir de uma análise das experiências vivenciadas pelos visitantes do Programa Criança Feliz. Assim, discutiram o cofinanciamento do programa, a partir da intersetorialidade e interdisciplinaridade que o PCF propõe para a sociedade.

Por fim, no terceiro eixo temático, encontra-se o trabalho de Campos (2020), que buscou analisar o papel da Família e do Estado perante o PCF. No entanto, o autor ainda expõe a sua reflexão crítica perante o programa, destacando que o mesmo, compõe a agenda conservadora do Governo que implantou a política, o que implica em uma regressão na concepção e na execução de políticas de assistência social e educativa. Além de adotar uma difusão de uma lógica disciplinadora destinada às famílias pobres. Assim, os resultados da pesquisa ratificam a importância da Educação Infantil como direito das crianças e de suas famílias, de ver do Estado e não como uma política focal de cunho emergencial ou de disciplinamento das famílias.

Quanto aos aspectos metodológicos dos estudos elencados nessa seção, tem-se a predominância de pesquisas com dados secundários, realizados através de análise de documentos oficiais do programa Criança Feliz, Planos Plurianuais do governo, a PEC 241/55 e relatórios municipal do PCF, totalizando 05 trabalhos que seguiram essa perspectiva metodológica, sendo eles: Neris e Momma (2019), Campos (2020), Capilheira; Mota; Lockmann (2021), De Almeida et.al. (2022) e Gaia; Candido; Barbosa Júnior (2019). Ainda seguindo uma vertente, tem-se 03 estudos que utilizaram da pesquisa bibliográfica simples para realizar uma reflexão teórica crítica acerca do tema, destacando os trabalhos de Almeida (2019), Arcoverde; Alcantara; Bezerra (2019) e Rodrigues e Cruz (2020).

Neste sentido, apenas o estudo de Munhoz et. al. (2022), realizou uma abordagem com dados primários, que utilizou uma análise transversal com os dados da linha de base da Avaliação do impacto do Programa Criança Feliz, a pesquisa teve como principal desfecho a avaliação do desenvolvimento infantil realizadas por meio do *Ages and Stages Questionnaire* (ASQ-3). O instrumento foi aplicado com 3242 famílias com filhos de até 12 meses usuárias do programa, a amostra contemplou 30 municípios brasileiros, distribuídos em seis estados da Federação.

Mediante o corpus de análise dos trabalhos aqui investigados, reitera-se que este estudo coloca-se de forma inovadora na comunidade científica, pois além de analisar a percepção das famílias usuárias do programa Criança Feliz, traz um panorama acerca da satisfação da sociedade, especificamente, do público beneficiário, quanto a operacionalização do Programa Criança Feliz. Assim, acredita-se que compreender cada política e as ações, em seus territórios agrega em diversos elementos, tanto para depreender e avaliar as práticas dos órgãos públicos, como possibilitando ouvir e entender os anseios das famílias que vivem em vulnerabilidade social.

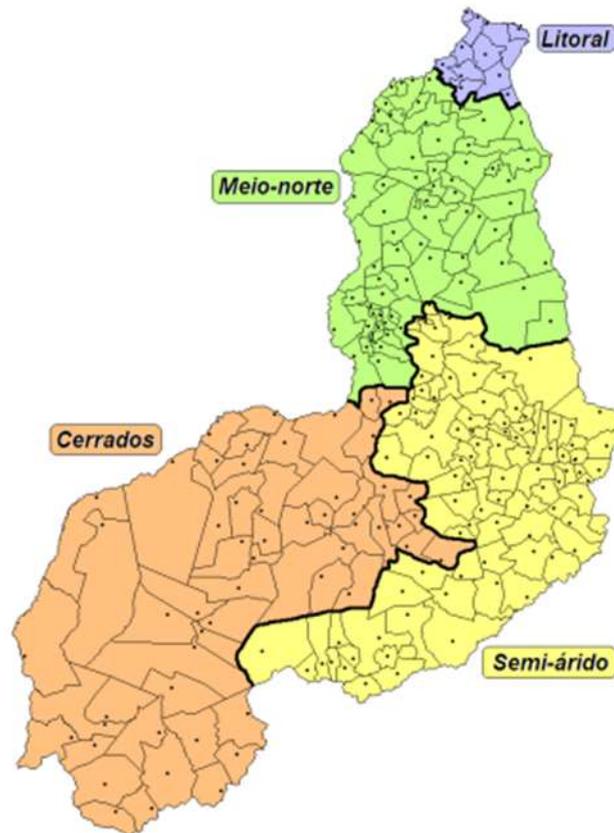
3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DO MEIO NORTE PIAUIENSE.

O Estado do Piauí está organizado de acordo com as características locais e regionais, a fim de garantir à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a melhoria da qualidade de vida da população e a redução das desigualdades sociais. Essa divisão estabelece unidades de planejamento da ação governamental, neste sentido, os municípios estão organizados em 04 macrorregiões, que compreendem 12 Territórios de Desenvolvimento (TDs) distribuídos entre 28 aglomerados de municípios (CEPRO, 2017).

Essa regionalização foi instituída com base na Lei Complementar nº 87, de 22.08.2007 e atualizada pela Lei nº 6.967/2017 em que o governo estadual sancionou medidas referentes ao Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí, decretando que os vários órgãos governamentais devem organizar sua estrutura e implementar as políticas públicas no âmbito do Piauí, tomando por base a regionalização estabelecida. A iniciativa do Estado em reorganizar o planejamento territorial, configura-se como uma inovação em termos de processo de construção e gestão de políticas públicas, uma vez que favorece a descentralização das ações do governo (CEPRO, 2017).

As quatro macrorregiões do Estado do Piauí se definem pelas suas características ambientais, vocações produtivas, dinamismo das regiões, relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades, regionalização político-administrativa e a malha viária existente (PIAUI, 2007). Nobre e Carvalho (2020) complementam que as Macrorregiões foram definidas a partir do cruzamento de critérios físico-ambientais e critérios socioeconômicos, tendo em vista que as próprias denominações das Macrorregiões fazem referência aos aspectos físico-ambientais: Macrorregião do Litoral; Macrorregião do Meio Norte; Macrorregião do Semiárido e Macrorregião do Cerrado. A Figura 04 representa a regionalização do Piauí, de acordo com as macrorregiões.

Figura 04 - Mapa das Macrorregiões do Piauí.



Fonte: (CEPRO, 2013).

Vale ressaltar que essa regionalização das macrorregiões, transcende os limites político-administrativos do Estado do Piauí, abrangendo parte do leste do Estado do Maranhão e parte do noroeste do Estado do Ceará, reforçando assim, a prevalência dos critérios físico-ambientais das macrorregiões (NOBRE; CARVALHO, 2020).

A junção dessas macrorregiões forma a região do Estado do Piauí, que possui uma área territorial de 251.755,481 km², ocupando a décima primeira colocação em área territorial no ranking dos Estados do Brasil. De acordo com o IBGE (2010) o Piauí conta com uma população de 3.118.360 pessoas, na qual 34% desse percentual vive na zona rural e 66% na zona urbana. Ainda segundo os dados do Ministério da Cidadania (2022) o Estado tem um total de 788.414 famílias inseridas no Cadastro Único- CadÚnico. Para Ferreira e Hongyu (2018) o Cadastro Único é um importante instrumento de planejamento de políticas públicas, que proporciona em uma só base, um retrato abrangente das condições de vida das famílias brasileiras mais vulneráveis, incluindo informação de renda, características do domicílio, escolaridade, entre outras (BRASIL,

Por conseguinte, o montante de famílias em situação de extrema pobreza é cinco vezes maior que o número de famílias com baixa renda. Segundo o Censo do IBGE (2010) considera-se família em extrema pobreza aquelas que perfazem uma renda entre R\$ 0 a R\$ 89,00, contabilizando-se assim uma somatória de 534.571 famílias que vivem nos mais baixos níveis de vulnerabilidade social. A estimativa de pessoas beneficiárias pelo Programa Bolsa Família no Estado do Piauí representa um percentual de 46% da população atendidas nos 274 CRAS distribuídos no território piauiense (BRASIL, 2022).

Não obstante, reitera-se que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do estado do Piauí no último censo do IBGE (2010) foi de 0,646, o mesmo encontra-se situado na faixa de Desenvolvimento Humano médio que vai de 0,6 a 0,699. Dentre as dimensões avaliadas para a definição do IDH estão considerados aspectos como educação, saúde e renda (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

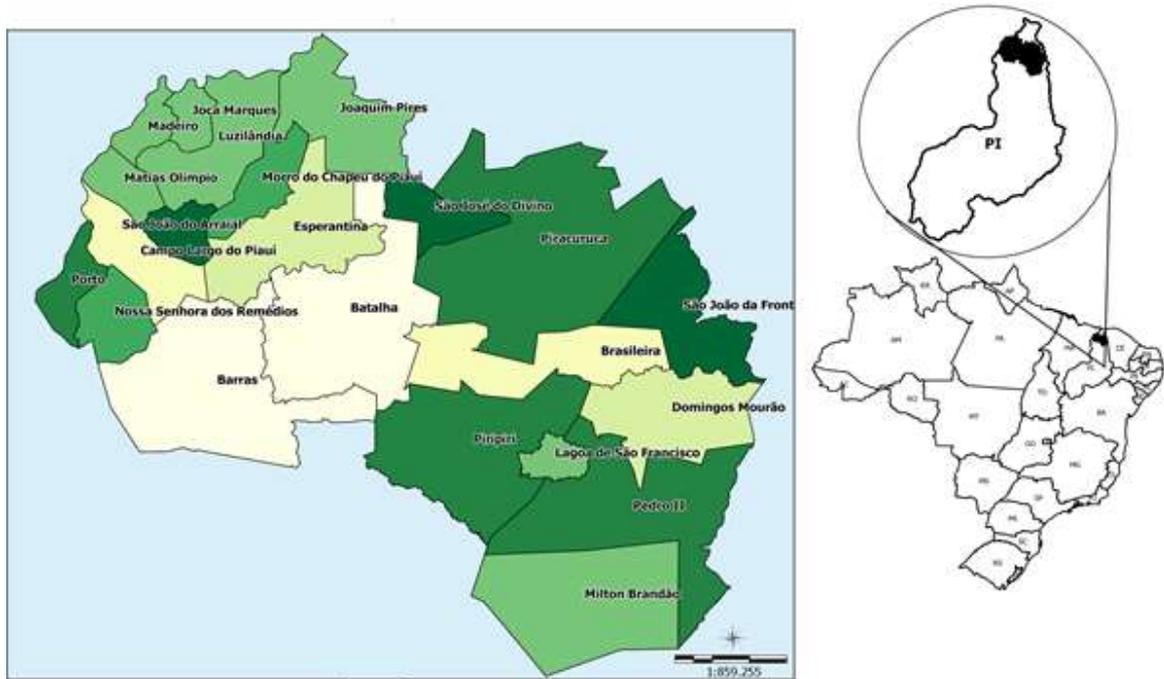
No que tange a divisão da macrorregião do Meio-norte, tem-se que a mesma é formada por três (03) territórios de desenvolvimentos, sendo eles: TDs do Cocais, TDs Carnaubais e TDs Entre Rios, juntos contém 69 municípios e compreendem a área territorial de 56.148,46 km², com uma população de 1.700.890 habitantes (IBGE, 2010). A principal característica ambiental da região Meio-norte é a vegetação composta por carnaúbas e babaçu. Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas na macrorregião ganha destaque a piscicultura, a agricultura irrigada, a produção de grãos, a produção do açúcar e etanol e a indústria de vestuário. (PIAÚÍ, 2022)

Enquanto a divisão das macrorregiões considerou os aspectos ambientais, conforme o Art.1º, § 2º, da Lei Complementar nº 87/2007, os Territórios de Desenvolvimentos- TDs reúnem os municípios segundo sua identidade histórica e cultural, também leva em consideração o patrimônio natural e a dinâmica das relações econômicas e organizacionais. Assim, os TDs são considerados as principais unidades de planejamento da ação governamental.

Nesta seara, a Macrorregião Meio Norte Piauiense, especificamente o Território de Desenvolvimento dos Cocais foram considerados como área territorial do presente estudo. O Território de Desenvolvimento dos Cocais é composto por 22 municípios: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Domingos Mourão, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Pedro II, Piracuruca, Piri-piri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial e São José do Divino (PIAÚÍ, 2007).

O aglomerado de municípios se destaca por suas posições estratégicas e pelos potenciais econômicos e funções polarizadoras, nesse sentido possui como principais atividades econômicas: a agricultura tradicional e irrigada, a extração vegetal, a indústria de vestuário e o comércio (CEPRO, 2017). A figura 05 demonstra o mapa territorial dos Cocais com identificação dos municípios.

Figura 05 - Mapa do Território de Desenvolvimento dos Cocais



Fonte: (CGMA, 2015, p. 1)

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística- IBGE (2010), o Território dos Cocais possui uma área territorial de 17.511,17, em quilômetros quadrados. E uma população de 374.119 mil habitantes, desse total, onde cerca de 46% da população residem na zona rural.

Com 27 unidades de Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) o Território dos Cocais possui 281.040 pessoas devidamente inseridas no CadÚnico, das quais 218.647 vivem em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 58,44% da população total da região. Deste montante, um total de 203.599 pessoas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2022).

Os CRAS representam uma das portas de entrada para população acessar as ações do SUAS que integram o Programa Criança Feliz, especialmente às visitas domiciliares (BRÁZ, 2020). Destarte, os CRAS dos municípios do TD dos Cocais, possuem uma grande atuação no

Programa Criança Feliz, visto que, os 22 municípios pertencentes ao território possuem adesão ao PCF. Fato este preponderante na definição do referido território como palco da presente pesquisa.

Além do TDs dos Cocais, a macrorregião do Meio-norte piauiense também é formada pelo TDs Entre Rios e pelo Território de Desenvolvimento dos Carnaubais, este é composto por 16 municípios, organizados em dois aglomerados. Todas as cidades do TD dos Carnaubais também realizam as atividades do PCF, no entanto, oferecem um número de vagas mais reduzido, de forma que cada município oferece entre 100 a 150 vagas ofertadas para as famílias que se enquadram nos requisitos do programa, condição desencadeada devido ao porte dos municípios do território. (BRASIL, 2022)

Dentre as Potencialidades exploradas do Território dos Carnaubais tem-se a produção de açúcar e álcool; a ovinocaprinocultura; a agricultura irrigada/fruticultura; o cultivo de grãos através do feijão; a agroindústria, com a produção da cachaça e rapadura. A principal atividade econômica do TDs Carnaubais é o extrativismo vegetal, através da carnaúba e a indústria de vestuário, com a produção do jeans (PIAUI, 2022).

Ainda segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico do Piauí (2022) o Território de Desenvolvimento Entre Rios é composto por 31 municípios, distribuídos em três (03) aglomerados. O TDs ganha destaque através dos negócios e eventos concentrados na capital do Estado, Teresina. Também é considerado o polo de saúde e educação de todo Estado. As potencialidades exploradas no território são: a produção de açúcar e etanol; a produção de aves e ovos; o extrativismo vegetal, através do babaçu. E a agroindústria é marcada pelos produtos oriundos do caju e da castanha, como a produção da cajuína, a comercialização da castanha de caju e a produção de doces. A principal atividade econômica da região é o comércio e serviços, seguido das indústrias de cerâmica, vestuário, química, bebidas e alimentos, móveis em madeira e metal.

Dentre os Territórios de Desenvolvimento da macrorregião do Meio-Norte Piauiense, o TD Entre Rios é o único que não possui toda a sua região atendida pelo Programa Criança Feliz, entre os 31 municípios pertencentes a essa microrregião, os municípios de Miguel Leão com 1.239 habitantes, Olho D'água do Piauí com 2.477 habitantes e Santo Antônio dos Milagres com uma população de 2.172 pessoas são considerados como não elegíveis para a implantação do PCF (IBGE, 2010; BRASIL, 2022).

As características socioeconômicas do Meio-Norte Piauiense abordadas nessa seção reforçam as peculiaridades e as riquezas da região, evidenciando a delimitação do Território dos Cocais como população alvo deste estudo. Visto que, segundo dados do Ministério da

Cidadania (2022), o Piauí representa uma maior expressividade em termos de municípios que aderiram ao Programa Criança Feliz, de forma que o programa só não está presente nos 20 municípios não elegíveis para a implantação do PCF. Tal prerrogativa destaca a abrangência e cobertura absoluta do Programa Criança Feliz no Estado do Piauí. Reiterando assim, a importância de pesquisar a percepção da população piauiense acerca das atividades realizadas pelo Programa Criança Feliz.

4 MÉTODO

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que foram necessários para realização do estudo. Dessa maneira, discutem-se a tipologia e a natureza da pesquisa, a população e a amostra investigada, os aspectos éticos contemplando os riscos e benefícios, o instrumento de coleta e tratamento dos dados e por fim a análise dos dados.

4.1 TIPOLOGIA E NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa científica é classificada conforme critérios estabelecidos por diversos autores que discorrem sobre método científico. Sendo assim, segundo Gerhardt e Silveira (2009) este estudo se classifica quanto a sua natureza como uma pesquisa aplicada, tendo como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Dessa forma, a presente pesquisa tem a finalidade de produzir um conhecimento acerca da ótica das famílias usuárias do Programa Criança Feliz nos municípios alvo do estudo.

Quanto aos seus objetivos, classifica-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Acevedo e Nohara (2006) afirmam que a pesquisa de cunho exploratório possibilita uma compreensão mais aprofundada do fenômeno que está sendo investigado, permitindo o delineamento do problema de forma mais precisa. Já as pesquisas do tipo descritiva, tem o propósito de explicar as causas e efeitos do tema proposto, registrando e descrevendo os fatos observados sem interferir nos mesmos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que se refere à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Sampieri, Collado e Lucio (2013) discorrem que os estudos com enfoque quantitativo, se utilizam da coleta de dados, podendo ser realizada através de questionários, de forma que seja possível estabelecer padrões de comportamento do grupo estudado. A avaliação quantitativa busca traduzir os resultados coletadas através de números, opiniões e informações para assim classificar e analisá-los. (MARCONI e LAKATOS, 2019). Malhotra (2011) ainda comenta que as pesquisas quantitativas procuram quantificar os dados para compreender o problema de pesquisa, utilizando técnicas estatísticas.

O procedimento técnico de condução do estudo tem ênfase na pesquisa de campo do tipo survey, que de acordo com Marconi e Lakatos (2019) esse tipo de pesquisa tem por finalidade buscar informações ou conhecimento sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou quando se pretende descartar uma hipótese, buscando sua comprovação e

assim gerando novas descobertas. Dessa maneira investigou-se in loco qual a percepção dos cuidadores do Programa Criança Feliz acerca da intervenção da política nos municípios da Macrorregião do Meio Norte Piauiense.

O procedimento da coleta de dados foi realizado através de um questionário estruturado. Para Gil (2019), nesse tipo de instrumento o entrevistado é submetido a responder perguntas estruturadas com um conjunto de alternativas como resposta, assim o pesquisado evidencia seus pontos de vista permitindo, ao pesquisador, conhecer as opiniões, crenças, interesses e situações vivenciadas pelo sujeito da pesquisa.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do presente estudo compreende os cuidadores das crianças usuárias do Programa Criança Feliz residentes na Macrorregião Meio Norte Piauiense, especificamente no Território de Desenvolvimento dos Cocais, sendo composto por 22 municípios predominantemente de pequeno porte, com exceção da cidade de Piripiri que é de médio porte. O interesse em investigar esse território se deu devido à forte atuação dos municípios, no que tange a adesão ao Programa Criança Feliz, visto que os 22 municípios pertencentes ao território possuem o PCF.

A ampla adesão dos municípios do TD dos Cocais vai ao encontro dos dados do estado, que expressam que o Piauí representa o estado com maior número de municípios que aderiram ao Programa Criança Feliz (BRASIL, 2022). Em razão disso, o PCF só não está presente em todo o estado piauiense devido, alguns municípios, que perfazem um montante de 20 cidades, não serem elegíveis para a implantação do Programa. Ou seja, estes municípios inelegíveis, não apresentam um total de 140 famílias que se enquadram como público-alvo do programa e conseqüentemente, não possuem Centro de Referência em Assistência Social - CRAS.

Nessa seara, estabeleceu-se critérios de inclusão e exclusão para delimitar uma amostra considerável dos municípios. Logo, determinou-se como parâmetros de inclusão da pesquisa, os municípios pertencentes ao Território de Desenvolvimento dos Cocais, que possuem uma quantidade de vagas ofertadas a partir de 300 famílias a serem beneficiadas mensalmente pelo PCF, conforme a meta estipulada no Termo de Aceite ao Programa Criança Feliz, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania/Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Todavia, isentou-se como população da pesquisa, os municípios do TD dos Cocais que possuem de um total de vagas de 100 a 299 famílias cadastradas e que são atendidos mensalmente pelos visitantes do PCF.

Dessa forma, diante dos 22 municípios pertencentes ao TD dos Cocais, sendo eles: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Domingos Mourão, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Pedro II, Piracuruca, Piri-piri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial e São José do Divino, todos aderiram e operacionalizam o Programa Criança Feliz. (PIAÚÍ, 2007).

Nesse âmbito, os municípios que se enquadraram nos parâmetros definidos, ou seja, que possuem a partir de 300 famílias cadastradas no PCF são: Barras, Esperantina, Luzilândia, Pedro II, Piracuruca e Piri-piri. A Tabela 01 apresenta a população estimada dos 22 municípios do Território de Desenvolvimento dos Cocais, assim como a quantidade de famílias inseridas no Cadastro Único; o número de vagas aceitas pelo PCF, por município; o valor repassado para o programa, além da quantidade de CRAS ativo.

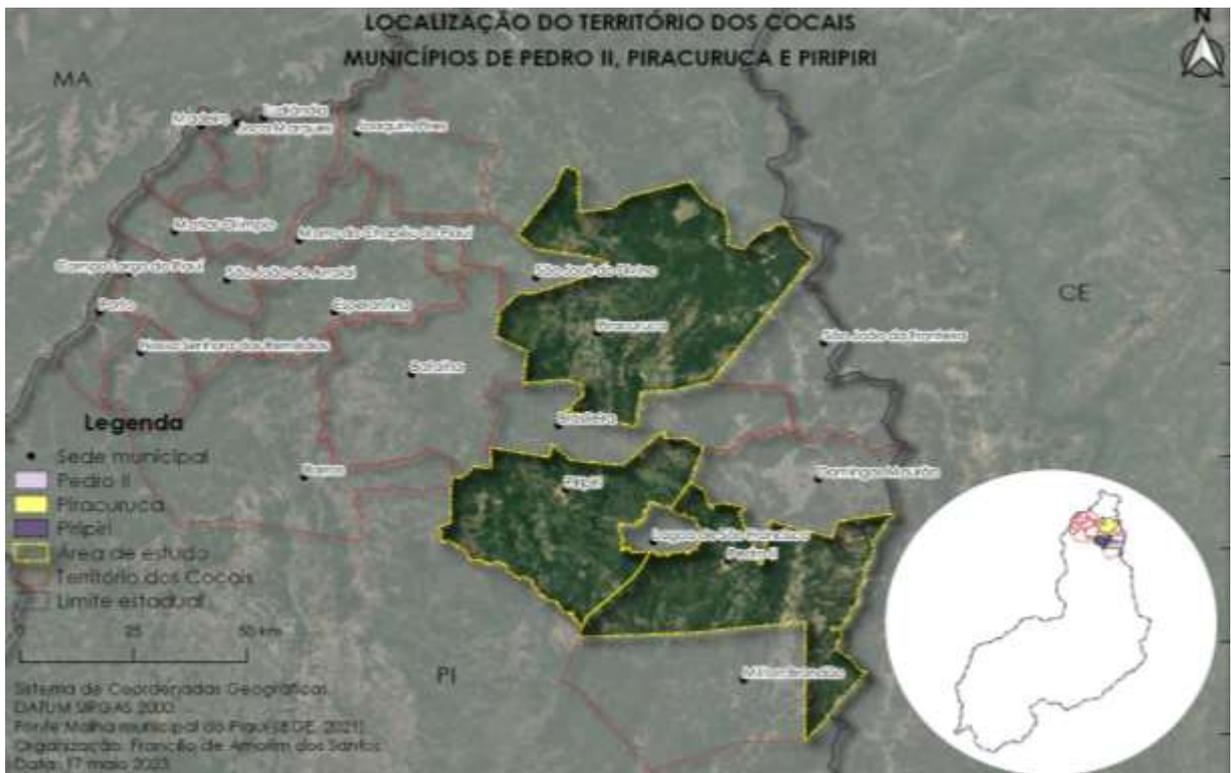
Tabela 01 – Dados socioeconômicos referente ao PCF no Território de Desenvolvimento dos Cocais

Municípios do TD dos Cocais	População estimada	Famílias no CadÚnico	Vagas aceitas (até aditivo 2019)	Valor repassado ao Município	Quantidade de CRAS
Barras	47.298	14.313	300	R\$ 22.500,00	3
Batalha	26.951	6.903	150	R\$ 11.250,00	1
Brasileira	8.364	2.195	200	R\$ 15.000,00	1
Campo Largo do Piauí	7.342	2.420	200	R\$ 15.000,00	1
Domingos Mourão	4.352	1.265	100	R\$ 7.500,00	1
Esperantina	39.953	9.220	300	R\$ 22.500,00	1
Joaquim Pires	14.396	3.442	200	R\$ 15.000,00	1
Joca Marques	5.488	1.556	100	R\$ 7.500,00	1
Lagoa de São Francisco	6.795	1.844	100	R\$ 7.500,00	1
Luzilândia	25.521	7.306	300	R\$ 22.500,00	1
Madeiro	8.372	2.218	200	R\$ 15.000,00	1
Matias Olímpio	10.979	2.881	200	R\$ 15.000,00	1
Milton Brandão	6.603	1.944	200	R\$ 15.000,00	1
Morro do Chapéu do Piauí	6.825	1.731	100	R\$ 7.500,00	1
Nossa S ^a dos Remédios	8.751	2.967	100	R\$ 7.500,00	1
Pedro II	38.812	11.014	300	R\$ 22.500,00	2
Piracuruca	28.952	7.729	300	R\$ 22.500,00	2
Piri-piri	63.829	13.328	400	R\$ 30.000,00	2
Porto	12.646	3.324	200	R\$ 15.000,00	1
São João da Fronteira	6.084	1.584	100	R\$ 7.500,00	1
São João do Arraial	8.085	2.503	200	R\$ 15.000,00	1
São José do Divino	5.361	1.592	100	R\$ 7.500,00	1
Total	391.759	103.279	4.350	R\$ 326.250,00	27

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados (IBGE, 2022; BRASIL, 2022).

Destarte, foi feito contato com os municípios localizados ao Oeste do Território delimitado, porém no momento da coleta dos dados, as dificuldades geográficas enfrentadas implicaram em uma nova delimitação da população do estudo, passando a ser os municípios que possuem a partir de 300 famílias cadastradas no PCF, e que estivessem localizadas ao Leste do Território dos Cocais, sendo elas: Pedro II, Piracuruca e Piriipiri. A Figura 06 apresenta os 22 municípios do TD dos Cocais e a área de estudo destacada.

Figura 06- Mapa Território dos Cocais e área geográfica dos municípios do estudo.



Fonte: Elaborado por Santos (2023).

Nesse cenário, a população do estudo é composta por 1.000 famílias distribuídas nos 06 CRAS dos três municípios que se enquadraram nos parâmetros elencados anteriormente. Ainda desse montante de 1000 vagas ofertadas as famílias público-alvo do PCF, destaca-se que o referido estudo irá se concentrar nas famílias beneficiárias do PCF, que possuem crianças de 0 até 36 meses e beneficiárias do Bolsa Família; crianças de 0 até 72 meses e suas famílias beneficiárias do BPC e as crianças de 0 até 72 meses (seis anos) afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando a natureza dessa população alvo, em que a população é baseada no número de famílias beneficiárias do PCF no território investigado, buscou-se verificar por meio do processo de amostragem, qual seria um número adequado de indivíduos a serem entrevistados (MATTAR, 2005). Dessa forma, adotou-se o método de Martins (2011) para verificar qual seria a amostra, sendo a estimativa apresentada na Equação 1.

$$n = \frac{(z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N)}{e^2 (N-1) + z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \quad (1)$$

em que:

n = tamanho da amostra;

z_g = abscissa da distribuição normal padrão, fixado um nível de confiança g ;

\hat{p} = estimativa da proporção p ;

$\hat{q} = 1 - \hat{p}$;

N = tamanho da população;

e = erro amostral (máxima diferença permitida entre p e \hat{p}).

Ao realizar o cálculo do processo de amostragem considerou-se um erro amostral de 5%, com 95% de confiança e uma população de 1.000 famílias, que representam o total de beneficiários da região escolhida para o estudo. Sendo assim, a amostra através do método de Martins resultou em um total de 278 cuidadores das crianças beneficiadas do PCF distribuídas entre os três municípios, denominados doravante de Alfa, Beta e Gama, do Território de Desenvolvimento dos Cocais do Piauí, a serem entrevistadas.

4.3 INSTRUMENTO E COLETA DOS DADOS

Quanto ao instrumento e a coleta de dados. A referida pesquisa buscou os dados mediante uma fonte primária, que consiste na coleta dos dados originais diretamente na fonte. Nessa perspectiva, os dados foram colhidos diretamente com as famílias beneficiárias do Programa Criança Feliz, nos municípios do Território dos Cocais.

O instrumento utilizado na coleta dos dados foi um *survey*. De acordo com Malhotra (2011), o método *survey* fundamenta-se em um interrogatório dos participantes realizado através de um questionário estruturado, tendo a finalidade de provocar informações específicas dos entrevistados. O instrumento utilizado foi uma adaptação dos estudos de Parasuraman et al. (1988); Battistella et. al (2021); Campara e Vieira (2016) e Bráz (2020).

Em sua íntegra, o modelo SERVQUAL de Parasuraman et al. (1988) possui 05 dimensões e busca avaliar a qualidade dos serviços através dos constructos: Elementos Tangíveis, Confiabilidade, Capacidade de Respostas (Presteza), Segurança e Empatia. O Quadro 02 apresenta as dimensões do modelo SERVQUAL, descrição e variância explicada.

Quadro 02- Dimensões do modelo SERVQUAL, descrição e variância explicada

Dimensão	Descrição	Variância
Elementos Tangíveis	Mede a aparência das instalações físicas, equipamentos e aparência dos funcionários.	11%
Confiabilidade	Mede a capacidade da organização em cumprir o que é prometido e fazê-lo sem erros.	32%
Capacidade de respostas (Presteza)	Mede a disposição em ajudar os usuários e a rapidez e agilidade do atendimento.	22%
Segurança	Mede o conhecimento e cortesia dos funcionários e sua capacidade de inspirar confiança.	19%
Empatia	Mede a atenção minuciosa e individual, a acessibilidade à informação, a capacidade de ouvir e compreender as necessidades.	16%

Fonte: Cuellar, Del Pino e Ruiz (2009, p. 11) e Parasuraman et al. (1988).

No entanto, o questionário adaptado e utilizado é composto 48 questões divididas em dois blocos. O primeiro bloco é composto por 16 questões sobre o perfil dos respondentes, como gênero, idade, grau de parentesco com o beneficiário, e perguntas gerias. O segundo bloco, visa avaliar a percepção das famílias usuárias acerca das atividades do Programa Criança Feliz, assim como a satisfação das famílias com o programa, sendo composto por 32 questões em escala tipo *likert* de cinco pontos de aceitação (1- Discordo Totalmente, 2-Discordo, 3- Indiferente, 4-Concordo e 5-Concordo Totalmente). O Quadro 02 abaixo demonstra um resumo das questões que foram abordadas, contendo o tema de cada bloco, a quantidade de variáveis ou componentes, assim como as referências dos instrumentos de onde as questões foram retiradas.

Quadro 03 - Resumo do instrumento de coleta de dados.

Tema	Questões	Referências
Perfil das famílias usuárias do PCF	16 questões iniciais	Adaptado de Campara e Vieira (2016) Adaptado de Battistella et. al. (2021)
Avaliação das famílias beneficiárias acerca das atividades do Programa Criança Feliz e satisfação com o programa.	Da questão 01 a 32	Adaptado de Battistella et. al. (2021) com base no modelo SERVQUAL de Parasuraman et, al, (1988); Adaptado de Bráz (2020)

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Destarte, ressalta-se que a adaptação dos instrumentos seguiu a integralidade das questões, realizando apenas mudanças na semântica, de forma que o público alvo investigado compreendesse o instrumento. Assim, as perguntas também foram enquadradas dentro da escala tipo *likert* de cinco pontos de aceitação.

Em virtude da dificuldade de receber os questionários respondidos em formato *websurvey*, foi adotado como procedimento para coleta de dados a abordagem *in locu* das famílias beneficiárias do Programa Criança Feliz, no Território de Desenvolvimento dos Cocais, especificamente nos municípios que se enquadraram nos critérios de inclusão definidos, sendo eles: Pedro II, Piracuruca e Piripiri. Assim, a aplicação dos questionários aconteceu por conveniência, entre os meses de dezembro de 2022 a junho de 2023, o que resultou em um total de 283 questionários, desse montante 273 foram através do *survey* aplicado presencialmente e apenas 10 questionários online, por intermédio do link disponibilizado no google formulário, enviado pelos visitantes.

Ressalta-se ainda, que a coleta dos dados aconteceu nos eventos festivos organizados pelas prefeituras, eventos organizados pela pesquisadora e abordagem presencial nos lares das famílias participantes, acompanhadas pelos visitantes, em suas visitas e/ou em visitas específicas para aplicação do questionário. Além disso, foi necessário o intermédio de um leitor e aplicador do questionário, para os cuidadores que não compreendiam a escala likert ou que não sabiam ler. Optou-se por essa estratégia, pois o público alvo da pesquisa são indivíduos carentes, na maioria das vezes com baixa escolaridade. O questionário completo está apresentado no Apêndice C.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Anteriormente ao processo de coleta de dados junto ao público investigado, fez-se necessário registrar este projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, de forma que o projeto tramite no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). Para isso, o projeto de pesquisa foi submetido a plataforma Brasil, através de uma emenda, cujo CAAE: 31328120.7.0000.5346. Dessa forma, a emenda foi aprovada em julho de 2022, e a partir de então iniciou-se os contatos com as prefeituras e secretárias dos municípios participantes da pesquisa.

Por conseguinte, os estudos que abrangem os seres humanos requerem a autorização dos entrevistados por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nesse âmbito, o Termo de Consentimento foi entregue aos respondentes, e após aceitação assinados. Uma minuta contendo o Termo de Consentimento referente a esta pesquisa encontra-se no Apêndice A.

4.4.1 Riscos e Benefícios

Tendo em vista o processo de coleta dos dados, um dos riscos encontrados na pesquisa foi a não aceitação dos indivíduos em participar da pesquisa, em virtude do receio de se tratar de atualizações cadastrais vinculadas ao programa bolsa família. Outro aspecto que representou um certo risco para o estudo, foi a estratégia de coleta dos dados adotada, onde o pesquisador se direcionou as casas e lares onde os cuidadores se encontravam, acompanhado pelos visitantes do programa Criança Feliz.

Por fim, acredita-se que a presença do entrevistador na aplicação dos questionários seja um fator que represente um risco para o estudo, o que pode influenciar na resposta dos respondentes, e gerando vieses na pesquisa.

Quanto aos benefícios do estudo, destaca-se que os resultados podem contribuir com o entendimento sobre o cenário que se encontra o Programa Criança Feliz no território estudado. Na medida em que a investigação acerca da satisfação das famílias usuárias do Programa Criança Feliz possa representar um instrumento de avaliação de impacto das atividades do Programa.

4.4.2 Critérios de inclusão e critérios de exclusão

Os critérios de Inclusão adotados da pesquisa, abordam: os cuidadores responsáveis pelas crianças beneficiárias do programa, sendo um representante por família, que participam do programa e que possuem crianças de 0 a 36 meses beneficiárias do bolsa família. Cuidadores das crianças de 0 a 72 meses integrantes do Benefício de Prestação Continuada e os responsáveis pelas crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Já os critérios de exclusão abrangem: cidades que ofertam o programa Criança Feliz que possuem menos de 300 famílias no termo de adesão do programa. Cuidadores menores de 18 anos. Usuárias grávidas.

4.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de realizar o tratamento e análise dos dados, os mesmos foram avaliados por meio de estatística descritiva e análise fatorial. No que tange às técnicas de análise, estas se darão com a utilização do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 23, os dados foram previamente organizados na base de dados criada na ferramenta do *Microsoft Excel*.

A técnica da estatística descritiva tem por finalidade reunir concepções equivalentes, proporcionando que se tenha uma perspectiva mais abrangente sobre os valores obtidos (GUEDES et al., 2005). Ainda por meio da estatística descritiva, buscou-se descrever o perfil da amostra, bem como a percepção dos cuidadores do Programa Criança Feliz com as atividades propostas pelo programa, buscando responder à questão problema investigada, e consequentemente atender ao objetivo primário do presente estudo.

Ainda através da estatística descritiva foi possível atender ao objetivo específico Realizar um comparativo das atividades do programa Criança Feliz nos municípios do território investigado; Avaliar a satisfação geral dos cuidadores acerca das atividades e a satisfação geral dos cuidadores acerca dos resultados do Programa Criança Feliz.

Na sequência, fez se uso da técnica multivariada denominada de Análise Fatorial Exploratória (AFE), que ainda segundo Hair et.al. (2009) mostra a estrutura de inter-relação e covariância entre as variáveis, objetivando identificar quais dimensões se assemelham a ponto de formar novos fatores. Assim, utilizar-se-á da análise dos componentes principais, que busca definir a menor quantidade de fatores que correspondem a variância máxima dos dados (MALHOTRA, 2011).

Dessa forma, para identificar a fatorabilidade dos dados será necessário verificar a adequação da amostra da análise fatorial obtida, onde foi aplicado os testes de esfericidade de Barlett e o teste de Kaiser Meyer Olkin. A estatística de Kaiser-Meyer-Olkin – KMO é uma análise fatorial que busca medir a qualidade das correlações, logo, valores resultantes nos testes acima de 0,50 implicam na realização da análise fatorial (FÁVERO, 2017).

Após averiguada se a AFE é apropriada para o referido estudo, e mensurar o nível de qualidade das correlações. Faz-se necessário identificar a quantidade de variância que uma variável possui em relação as demais, certificando assim, a comunalidade extraída. Por conseguinte, os resultados com variâncias menores expõem a baixa representatividade dessa variável com as outras. E os valores elevados de variância extraída indicam que as variáveis manifestas, representando assim as variáveis latentes. (HAIR et al., 2009).

Dessa forma, ao realizar a análise do KMO e suas correlações, nas tabelas de comunalidades no *spss*, identificou-se valores abaixo de 0,5, o que levou a exclusão de variáveis com baixa representatividade. Assim, foram excluídas inicialmente 05 variáveis, conforme Quadro 04.

Quadro 04- Questões excluídas mediante variância baixa

Nº	Identificação da variável	Variância
Q08	O visitador utiliza algum tipo de identificação do programa: crachá, uniforme, ou blusa personalizada.	0,4333

Q10	Quando você precisa de informações, se ele não a possui, ele consegue explicar na próxima visita.	0,380
Q20	Avalio de forma positiva o PCF.	0,424
Q21	Se sente à vontade com o visitador.	0,452
Q18	O visitador cumpre os horários combinados.	0,482

Fonte: Dados da pesquisa.

Após exclusões, os valores das variâncias encontravam-se ajustados e superiores a 0,5, inferindo que as variáveis se encontravam aceitáveis para análise fatorial.

Por conseguinte, para definição do processo de seleção dos fatores, foi considerado o método de rotação *varimax*. Hair et al. (2009) afirma que o *varimax* está entre os métodos mais populares de rotação ortogonal, de forma que este debruça-se na simplificação das colunas de uma matriz fatorial. Contudo, o número de valores será determinado com base no critério *Eigenvalue* (autovalores), de forma que será examinada apenas as variáveis com *eigenvalue* maiores do que 1,0 serão retidos. Logo, os demais fatores não serão incluídos no modelo. Após análise, gerou-se um total de 07 (sete) fatores distribuídos nas 27 (vinte e sete) questões do modelo.

Em seguida, analisou-se a confiabilidade dos sete fatores gerados na análise fatorial, observando a confiabilidade, através do *Alpha de Cronbach*. De acordo com Hair et. al. (2009) a confiabilidade indica o grau de consistência interna entre os múltiplos indicadores de um fator, ainda para os autores 0,70 é o limite inferior geralmente aceito. No entanto, os autores destacam que esse valor pode diminuir para 0,6 em casos de pesquisas do tipo exploratórias. Após análise identificou-se que o fator 7, composto por 03 itens, não apresentava confiabilidade aceitável, ao possuir *alpha de Cronbach* (0,580). Em seguida, analisou-se o *alpha de Cronbach* com a exclusão da Questão 19 “*Participo com frequência dos eventos, oficinas e grupos promovidos pelo PCF.*” Tal medida não expressou a confiabilidade do fator, o que levou a exclusão das variáveis Questão 13 “*De maneira geral, é fácil entender o que o visitador fala e explica*” e Questão 23 “*Eu sigo as recomendações e conselhos do visitador em relação à criança*”.

Em suma, após a exclusão das variáveis não ajustadas, a análise fatorial do presente estudo resultou em 6 fatores, distribuídos dentre 24 variáveis, todos com níveis de confiabilidade aceitáveis. Os dados referentes a estes fatores encontram-se na seção 5.3 deste trabalho.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo está dividido em quatro seções, sendo apresentado na primeira parte, o perfil da amostra, representado por meio de variáveis socioeconômicas e demográficas, além de características das crianças e famílias participantes do programa Criança Feliz. Na segunda seção buscou-se identificar a percepção dos cuidadores em relação a cada um dos fatores estudados, sendo estes a Presteza do PCF e visitantes; Tangibilidade materiais lúdicos; Empatia e confiabilidade do visitador; Segurança e Resultado do PCF; Tangibilidade materiais informativos e Satisfação com o Programa Criança Feliz. Na terceira etapa é apresentado os fatores individualmente. Por fim, a quarta seção deste capítulo apresenta um comparativo das atividades do programa Criança Feliz nos municípios do território investigado, através da estatística descritiva.

Ressalta-se, que os dados apresentados a seguir são resultantes da pesquisa de campo, realizada através da coleta dos dados em três municípios localizados ao leste do território dos Cocais, no meio norte piauiense. Assim, com o intuito de preservar a identidade dos municípios, adotou-se os nomes das letras do alfabeto grego “*Alfa*”, “*Beta*” e “*Gama*” para referir-se as cidades onde aconteceu o estudo.

5.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS GERAIS

A presente seção traz as informações referente ao perfil dos respondentes e suas características. Dessa forma, com o intuito de facilitar a apresentação e interpretação dos dados, as dezesseis questões relacionadas as perguntas gerais foram organizadas em questões duas partes, sendo as características socioeconômicas do respondente e da família (5.1.1) e Identificação da família no Programa Criança Feliz (5.1.2).

5.1.1 Características socioeconômicas do respondente e da família

Em relação ao número de respondentes, foram investigados ao total 283 cuidadores do Programa Criança Feliz distribuídos entre as cidades de: i) Alfa, que contou com a participação de 100 respondentes, ii) Beta, representada por 104 indivíduos e, iii) Gama, que contou com a participação de 79 beneficiários. A fim de melhor conhecer o perfil dos participantes da pesquisa elaborou-se a Tabela 02.

Tabela 02- Perfil dos respondentes

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Qual município seu CRAS está vinculado?	Alfa	100	35,3
	Beta	104	36,7
	Gama	79	27,9
Gênero	Masculino	7	2,5
	Feminino	270	95,4
	Prefiro não responder	6	2,1
Cor ou raça	Branca	87	30,7
	Preta	61	21,6
	Parda	132	46,6
	Amarela	2	0,7
	Indígena	1	0,4
Idade	de 15 a 19 anos	10	3,5
	de 20 a 24 anos	85	30
	de 25 a 35 anos	145	51,2
	de 36 a 46 anos	35	12,4
	A partir de 47 anos	8	2,8
Qual seu nível de escolaridade?	Nunca estudei	3	1,1
	Nunca estudei, mas sei ler e escrever meu nome	2	0,7
	Ensino fundamental incompleto	87	30,7
	Ensino fundamental completo	28	9,9
	Ensino médio incompleto	51	18
	Ensino médio completo	112	39,6
Qual seu grau de parentesco com a criança?	sou a mãe	260	91,9
	sou a avó, avô	12	4,2
	sou o irmão	2	0,7
	sou cuidador (a)	3	1,1
	sou pai	6	2,1
Quantas pessoas moram na casa da criança participante do programa?	duas a 3 pessoas	89	31,4
	4 a 5 pessoas	153	54,1
	6 a 7 pessoas	34	12
	8 a 9 pessoas	4	1,4
	A partir de 10 pessoas	3	1,1
Os residentes do domicílio em que a criança habita participam de algum outro programa governamental?	Sim	43	15,2
	Não	237	83,7
	Não sei responder	3	1,1

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao gênero da população entrevistada, observa-se a predominância do gênero feminino, com 95,4% e apenas um total de 07 respondentes são homens, essa característica ratifica a discussão acerca da priorização do Governo Federal em conceder o benefício do Programa Bolsa Família preferencialmente às mulheres, pois estas são consideradas mais conhecedoras das necessidades da família e tendem a utilizar o benefício em prol da alimentação e melhores condições de vida para seus filhos (TRALDI; ALMEIDA; FERRANTE, 2012).

Quanto ao questionamento sobre raça/cor, 46,6 % dos entrevistados se autodeclararam pardos, seguido de branco (30,7%), preto (21,6%), amarelos e indígena. A idade foi subdividida em cinco intervalos, nos quais a maioria dos entrevistados (51,2%), possuem de 25 a 35 anos, 30% encontram-se no intervalo de 20 a 24 anos, 12,4% encontram-se de 36 a 46 anos, percentual que equivale a 3,5% estão no intervalo de 15 a 19 anos e apenas 2,8% dos respondentes encontram-se na meia idade, apresentando acima de 47 anos. Os dados indicam que a maioria dos cuidadores estão na fase adulta da vida. A Organização Mundial da Saúde-OMS (2007) considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos, e enquadram as pessoas de 20 a 24 anos na classe de adultos jovens, essa faixa etária é representada na pesquisa por 30% dos entrevistados.

Quanto ao nível de escolaridade, constatou-se que 39,6% dos pesquisados possuem o ensino médio completo e 30,7% possuem o ensino fundamental incompleto, essa característica indica que a maioria dos entrevistados sabem ler e escrever. Tal característica vai de encontro os resultados encontrados quanto a faixa etária, onde a maioria, 81,2% dos pesquisados possuem entre 20 a 35 anos. Assim, ratifica-se a relação existente entre o nível educacional e o perfil de jovens e adultos dos cuidadores do PCF.

Ao observar o perfil familiar, 91,9% das entrevistadas e cuidadoras foram as mães das crianças usuárias do programa Criança Feliz. Os resultados de um estudo randomizado realizado por Santos et al. (2022) sobre a avaliação do PCF em 30 municípios do Brasil, corroboram com a presente pesquisa, ao ser constatado que a mãe era a cuidadora principal para mais de 90% das crianças. Quanto a quantidade de pessoas residentes com a criança, nota-se que o núcleo familiar é composto, em sua maioria por 4 a 5 pessoas residentes com a criança (54,1%), das quais 83,7% destes não participam de outro programa governamental. A Tabela 03 expõe outras informações acerca do núcleo familiar das crianças que participam do PCF.

Tabela 03 -Ocupação e renda do grupo familiar

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Ocupação	Assalariado (com CTPS)	2	0,7
	Assalariado (sem CTPS)	2	0,7
	desempregado	8	2,8
	Conta própria/free lance/bico	20	7,1
	funcionário público	1	0,4
	dona de casa	239	84,5
	Aposentado	2	0,7
	Estudante	4	1,4
	lavrador (a)	5	1,8
Renda	R\$ 700 a R\$ 1.000,00 reais	214	75,6
	R\$ 1.001,00 a R\$ 1.320,00 reais	45	15,9
	R\$ 1.321,00 a R\$ 2.640,00 reais	22	7,8
	R\$ 2.641,00 a R\$ 3.960,00 reais	1	0,4
	acima de R\$ 3.961,00 reais	1	0,4
Quantas pessoas que moram com a criança estão trabalhando?	Nenhuma	150	53
	uma pessoa	115	40,6
	duas pessoas	16	5,7
	três a quatro pessoas	2	0,8
Quais são as fontes de renda?	Trabalho	17	6
	aposentadoria/pensões	5	1,8
	programas do governo (bolsa família)	228	80,6
	outras fontes	33	11,7

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda com relação as características do grupo familiar das crianças usuárias do PCF, 84,5% das cuidadoras são donas de casa, onde 75,6% possuem uma renda familiar de R\$ 700 a R\$ 1.000,00 reais, o que corresponde a menos de um salário mínimo. Os respondentes ainda afirmaram que a principal fonte de tal renda é correspondente ao bolsa família (80,6%), pois nenhuma (53%) ou apenas uma pessoa (40,6%) do grupo familiar trabalham. Visualizando essas condições, Traldi, Almeida e Ferrante (2012) enaltecem em seus estudos a importância da transferência de renda do Programa Bolsa Família, ao verificaram que cerca de 64% da população de seus estudos também possuem a valor concedido pelo programa como principal fonte de renda da família.

5.1.2 Perfil da família variáveis do Programa Criança Feliz

Em busca de traçar o perfil dos entrevistados e da atuação do PCF nos municípios, os cuidadores também foram questionados com variáveis acerca da sua participação no programa Criança Feliz. A Tabela 04 apresenta as perguntas de perfil acerca da relação da família com o PCF.

Tabela 04- perfil acerca da relação da família com o PCF.

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Há quanto tempo sua família está no programa Criança Feliz?	menos de 3 meses	39	13,8
	entre 3 a 11 meses	86	30,4
	entre 12 a 24 meses	121	42,8
	entre 25 a 36 meses	21	7,4
	acima de 36 meses	16	5,7
Você participa de qual CRAS no seu município?	CRAS I	118	41,7
	CRAS II	28	9,9
	CRAS III	7	2,5
	Não sei responder	130	45,9
Qual das opções corresponde ao tipo de vínculo que possibilita sua família participar do programa Criança Feliz?	Criança 0 a 3 anos	278	98,2
	Criança de 0 a 6 anos	3	1,1
	Crianças do Programa de acolhimento familiar	0	0
	Não sei responder	2	0,7
Periodicidade das visitas	nunca recebi visitas	4	1,4
	uma vez por semana	151	53,4
	quinzenalmente	78	27,6
	mensalmente	50	17,7

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que 42,8% dos cuidadores estão no PCF em torno de 12 a 24 meses, e 45,9% dos respondentes não sabem responder a qual Centro de Referência de Assistência Social-CRAS estão vinculados. O PCF é um programa com ações executadas de forma descentralizada e integrada entre os três entes federativos: União, Estados e Municípios. Essas ações, de acordo com Santos et al. (2022), devem ser realizadas pelos municípios de forma articulada com os serviços socioassistenciais, via Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e com as demais políticas públicas setoriais, objetivando a atenção integral das demandas das famílias. Dessa forma, o CRAS representa o meio pelo qual as atividades do PCF devem acontecer.

Ao serem questionados sobre ao tipo de programa/benefício que a criança recebe para obter o direito a participação no PCF, um percentual quase unânime, 98,2% das crianças se enquadram no programa Criança Feliz através do bolsa família, sendo representadas pelo critério crianças de até 36 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2017a). Enquanto que nenhum dos cuidadores entrevistados eram responsáveis por crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no ECA.

Os respondentes dos três municípios da pesquisa, ainda afirmaram que recebem a visitada do PCF semanalmente (53,4%), outros 27,6% recebem visitas de 15 em 15 dias, 17,7% dos entrevistados são visitados mensalmente e um percentual de 1,4% nunca receberam visitas. Para Silva (2021) a atuação dos visitantes deve ocorrer atendendo a periodicidade mínima, conforme o público-alvo beneficiado, sendo uma VD mensal para as gestantes vinculadas ao programa Bolsa Família; quatro visitas mensais de zero a 36 meses e suas famílias do PBF e duas visitas mensais as crianças de 37 a 72 meses beneficiárias do BPC.

5.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES

Neste item são apresentadas às médias, medianas e percentuais válidos das variáveis formadoras dos fatores: Presteza do PCF e visitantes, Tangibilidade dos materiais lúdicos, Empatia do visitador, Resultado do Programa Criança Feliz, Tangibilidade dos materiais informativos e Satisfação com o Programa Criança Feliz. A Tabela 05 apresenta a estatística descritiva da Presteza do PCF e visitantes.

Tabela 05 - Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo totalmente	
Os serviços dos programas ajudam a sua família a transmitir da maneira correta as necessidades da criança.	4,10	4,00	7,0	,0	26,9	33,2	39,2
Os serviços dos programas ajudam a sua família a conhecer e a entender os seus direitos.	3,93	4,00	1,8	1,1	34,3	28,3	34,6
Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu aprendizado.	4,13	4,00	,4	,4	28,3	27,6	43,5
Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF.	4,17	4,00	,7	,7	25,4	26,9	46,3
Em caso de necessidade, o programa ou o visitador ajuda no encaminhamento para assistência de saúde.	3,36	3,00	18,7	1,4	30,7	23,7	25,4

Em caso de necessidade, o visitador (ou o programa) orienta como você pode conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros.	3,37	3,00	18,7	3,9	27,6	21,6	28,3
---	------	------	------	-----	------	------	------

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, identifica-se que há uma equiparidade entre as respostas dos entrevistados na dimensão Presteza do PCF e visitantes, de forma que suas percepções estão situadas com maior percentual entre indiferente, concordo e concordo totalmente. Observa-se ainda que 39,2% dos entrevistados concordam totalmente e concordam (33,2%) que “os serviços dos programas ajudam a sua família a transmitir da maneira correta as necessidades da criança”. Ainda com relação a como os serviços do PCF auxiliam as famílias, foi questionado sobre se “Os serviços dos programas ajudam a sua família a conhecer e a entender os seus direitos.”, um percentual bastante semelhante, de 34,6 % concordam totalmente e 34,3% mostram-se indiferente com relação a tal afirmativa.

Dentre os serviços que o PCF deve oferecer, tem-se o as ações que visam fortalecer o papel das famílias em relação ao cuidado, proteção e educação das crianças; e favorecer o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários; além de promover ações voltadas ao desenvolvimento integral na primeira infância. Entre as ações desenvolvidas pelo PCF, incluem-se visitas semanais para as crianças, visando a estimulação intelectual até a criança atingir 36 meses de idade (BRASIL, 2017a). Assim, quando questionados sobre se “Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu aprendizado.”, 43,6% dos cuidadores concordam totalmente que o PCF contribuiu e contribui com o desenvolvimento e aprendizado das crianças.

Resultado mais satisfatório da dimensão, com média 4,17 é verificado na pergunta referente a se “Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF”, em que 44,7% dos respondentes concordam totalmente que o programa Criança Feliz, influenciou satisfatoriamente no comportamento da família.

Pontualmente, verifica-se que as questões relacionadas a presteza do PCF ou do visitador, que tiveram percentuais mais insatisfatórios foram sobre: “Em caso de necessidade, o programa ou o visitador ajuda no encaminhamento para assistência de saúde.”, com média 3,36 e “Em caso de necessidade, o visitador (ou o programa) orienta como você pode conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros”. No que tange a escala, tais afirmativas situam-se, com mediana 3,00, enquadrando a percepção dos entrevistados como indiferente aos auxílios nos encaminhamentos aos serviços de saúde e assistência geral.

O Decreto 8.869 de 05 outubro de 2016, regulamenta e expõe que o Programa Criança Feliz tem como dois pilares fundamentais: as visitas domiciliares e a intersetorialidade. Assim, as visitas domiciliares são importantes para o desenvolvimento infantil, uma vez que estimula e fortalece vínculos (BRASIL, 2016). Porém as condições materiais de existência, a falta de acesso a direitos considerados básicos, impedem a promoção do desenvolvimento infantil, e sendo assim, pode inviabilizar a execução do PCF em alguns territórios (CAVALCANTI; RIVERAS, 2020).

Para compreender a percepção dos cuidadores em relação a tangibilidade dos materiais lúdicos levados pelos visitantes, a Tabela 06 exhibe a média, mediana e as porcentagens das respostas, distribuídas na escala de cinco pontos de concordância.

Tabela 06 - Estatística descritiva Tangibilidade dos materiais lúdicos

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo totalmente	
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza nas visitas são úteis.cava	4,43	5,00	2,47	3,53	10,60	15,19	68,20
Os brinquedos de materiais recicláveis e outros materiais usados pelo visitador desperta o interesse da criança.	4,41	5,00	2,83	4,24	9,54	15,55	67,84
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza estão em condições adequadas.	4,49	5,00	2,83	2,47	8,48	15,55	70,67
O visitador traz brinquedos ou os elabora a partir de materiais recicláveis que há na residência.	4,37	5,00	3,18	1,41	10,60	24,73	60,07

Fonte: Dados da pesquisa.

No fator Tangibilidade dos materiais lúdicos, a média das variáveis fixa-se em torno de quatro, ou seja, concordo, mostrando que a amostra possui uma boa percepção acerca dos materiais lúdicos utilizados nas visitas e disponibilizados para os cuidadores usarem com as crianças. Neste sentido, em todas as questões que compõem essa dimensão, os entrevistados concordaram totalmente (com média acima de 60%) que os visitantes levam os materiais (60,07%), que os materiais elaborados a partir de recicláveis são úteis (68,20%), que despertam o interesse das crianças (67,84%) e que estão em condições adequadas (70,67%).

De acordo com o Título V, do Decreto 9.759 de 22 de novembro de 2018, para que os objetivos do programa sejam cumpridos, o PCF apresenta como componentes para possibilitar atender tais objetivos. Dentre os componentes tem-se o desenvolvimento de materiais e conteúdos com vistas a apoiar o atendimento intersetorial à família de crianças na primeira infância. No entanto, o êxito de uma visita não pode ser mensurado apenas pelos instrumentos

utilizados nela, a figura do visitador é bastante relevante nesse processo. Dessa forma, fez-se importante entender a percepção dos cuidadores acerca dos visitadores que acompanham a família e criança. A Tabela 07 expõe as opiniões dos cuidadores acerca do fator Empatia e confiabilidade do Visitador.

Tabela 07- Estatística descritiva Empatia e Confiabilidade do visitador

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
O visitador está aberto para responder perguntas e tirar dúvidas.	4,56	5,00	0,7	0,4	11,3	17,3	70,3
O visitador dá a atenção que preciso.	4,66	5,00	0,7	0,0	7,8	15,2	76,3
O visitador tem interesse no desenvolvimento da criança.	4,60	5,00	0,4	0,0	12,4	14,1	73,1
O visitador cumpre os horários combinados.	4,58	5,00	0,4	0,4	12,4	14,5	72,4

Fonte: Dados da pesquisa

Respostas mais homogêneas são verificadas na dimensão Empatia do visitador, de forma que o conjunto de variáveis presentes nesse constructo apresentaram mediana 5,00 e médias acima de 4,50. Assim, a maioria dos entrevistados possuem uma boa percepção sobre o visitador do programa Criança Feliz. De forma que, o percentual das questões está compreendido em concordo totalmente, ao serem questionados se o visitador: “*está aberto para responder perguntas e tirar dúvidas.*” (70,3%), “*dá a atenção que preciso.*” (76,3%), “*tem interesse no desenvolvimento da criança.*” (73,1%) e se “*O visitador cumpre os horários combinados.*” (72,4%).

Para Lima e Campos (2022) as visitas buscam desenvolver nos familiares habilidades responsivas de cuidado, que consolidem uma relação de afeto entre criança e cuidador, isto é, os visitadores ensinam aos pais as atividades de desenvolvimento e estímulo, e os pais a realizam em sua frente para que recebam imediatamente as orientações necessárias para que as atividades possibilitem às crianças posteriormente bom desempenho na escola. (ENGLÉ; LUCAS, 2012). A Tabela 08 aborda a percepção dos entrevistados acerca da segurança e resultado do programa Criança Feliz.

Tabela 08- Estatística descritiva Segurança e Resultado do Programa Criança Feliz

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.	4,53	5,00	,4	2,5	11,3	15,2	70,7

O visitador contribui no desenvolvimento da criança.	4,65	5,00	0,4	0	7,4	19,1	73,1
O visitador deixa claro o motivo das visitas.	4,61	5,00	,7	1,4	8,1	15,5	74,2
Avalio de forma positiva o PCF.	4,73	5,00	,4	,4	5,7	12,7	80,9
Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.	4,45	5,00	,7	,4	15,5	19,8	63,6

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio das médias, poder-se-ia dizer que os respondentes concordam totalmente quanto as perguntas relacionadas aos resultados do Programa Criança Feliz. Quando questionados se “*A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.*” 70,7% concordam totalmente e 15,2% concordam com tal assertiva. Ainda 73,1% concordam totalmente que o visitador contribui no desenvolvimento da criança. O estudo de EICKMANN et al. (2003) com 156 crianças conduzido no interior de Pernambuco fortalece a importância das VDs, o estudo empregou visitas domiciliares e atividades em grupo realizadas por terapeutas ocupacionais. A diferença média entre os grupos intervenção e controle foi de 9,4 pontos em desenvolvimento cognitivo e 8,2 pontos em desenvolvimento psicossocial ($p < 0,001$ em cada caso).

Outras duas variáveis de destaque são, “*Avalio de forma positiva o PCF.*” (média 4,73) e “*Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.*” (média 4,45) revelando que estão satisfeitos com os resultados do programa, no que tange a evolução no comportamento da criança. No entanto, mesmo que eles concordem totalmente (63,6%) e concordem (19,8%) que houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF, ainda 15,5% dos cuidadores mostram-se indiferente com tal situação.

Para ser possível mensurar os resultados do programa, os cuidadores precisam entender o programa, qual sua finalidade, qual sua metodologia. Dessa forma, com o intuito de verificar a percepção dos cuidadores acerca dos panfletos, manuais e materiais informativos sobre o programa Criança Feliz, a Tabela 09 aborda as variáveis com questionamentos acerca dessa temática.

Tabela 09- Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Os panfletos, papéis, manuais e outros materiais que o visitador apresenta são de fácil entendimento.	4,04	4,00	7,8	1,1	18,7	24,0	48,4

O visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular.	3,90	4,00	9,2	1,4	20,5	27,6	41,3
Os panfletos, papéis, manuais e matérias que o visitador apresenta são atrativos e bonitos.	4,12	5,00	6,4	1,1	18,0	23,3	51,2

Fonte: Dados da pesquisa

No fator Tangibilidade dos materiais informativos, predominam as respostas concordo totalmente, indicando que os entrevistados possuem uma percepção satisfatória com relação aos materiais informativos. Dentre as variáveis, destaca-se que os cuidadores concordam totalmente (41,3%) e concordam (27,6%) que o “*visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular*”, e que tais materiais “... *são de fácil entendimento*” (48,4% concordam totalmente e 24% concordam), além de serem “... *atrativos e bonitos.*” (51,2% concordam totalmente e 23,3% concordam).

Os materiais impressos que os visitantes utilizam são disponibilizados pela Coordenação Nacional do programa Criança Feliz, que além de ser responsável pela metodologia de referência para as visitas domiciliares, elaboram outros materiais de apoio para ações de capacitações e educação permanente dos multiplicadores, supervisores e visitantes. Por fim, a Tabela 10 sintetiza as respostas dos cuidadores quanto ao seu nível de satisfação com o programa Criança Feliz.

Tabela 10- Estatística descritiva Satisfação com o programa Criança Feliz

O quão satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?								O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança?					
Média	9,54							9,39					
Mediana	10,00							10,00					
Desvio Padrão	1,105							1,181					
Mínimo	4							5					
Máximo	10							10					
O quão satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?								O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança?					
NOTAS	4	5	6	7	8	9	10	5	6	7	8	9	10
Frequência	2	5	2	8	21	19	226	8	2	15	26	29	203
Porcentagem	,7	1,8	,7	2,8	7,4	6,7	79,9	2,8	,7	5,3	9,2	10,2	71,7

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o constructo Satisfação com o programa Criança Feliz destaca-se que as famílias estão satisfeitas com as atividades que o PCF propõe para as crianças, de forma que,

em uma escala de satisfação de 10 pontos, a variável “O quão satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?” apresentou média 9,54, evidenciando um percentual 79,9% da amostra com os cuidadores atribuíram a nota 10 (dez) para a atuação do PCF no seu município.

Em seguida, indagou-se aos entrevistados “*O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança?*”, através da Tabela 10, pode-se verificar resultados também satisfatórios para esta variável, com média 9,39, e um percentual de 71,7% dos respondentes avaliaram como um bom nível de satisfação em relação a contribuição do PCF no desenvolvimento das crianças.

Por meio desses resultados, verifica-se que há um elevado nível de Satisfação dos cuidadores com as atividades do programa Criança Feliz nos municípios estudados. O elevado nível de satisfação dos beneficiários do PCF corrobora com resultados de uma abordagem qualitativa realizada nos municípios gaúchos, em que os cuidadores do Criança Feliz também afirmaram estarem totalmente satisfeitos com o programa (BATISTTELLA ET.AL, 2023).

5.3 ANÁLISE FATORIAL

Em busca da construção dos fatores, foi utilizada a análise fatorial exploratória dentre as técnicas estatísticas multivariadas. A análise fatorial é uma técnica estatística usada para entender a relação entre várias variáveis em um questionário aplicado, ajudando a identificar padrões e agrupamentos de perguntas que estão relacionadas entre si, o que auxilia a simplificar a interpretação dos resultados dos questionários nas cidades Alfa, Beta e Gama, localizadas no Leste do território dos Cocais.

Desta forma, após utilizar o método de extração utilizado foi o de análises de componentes principais, com base em autovalores maiores que 1. Em seguida foram retirados os itens que apresentaram comunalidades menores que 0,5. Para identificar a fatorabilidade dos dados fez-se necessário verificar a adequação da amostra da análise fatorial obtida através da aplicação dos testes de esfericidade de Barlett e o teste de Kaiser Meyer Olkin. No tocante a seleção dos fatores, foi aplicado o método de rotação varimax. O número de valores foi determinado com base no critério Eigenvalue (autovalores). Dessa forma, foram consideradas apenas as variáveis com eigenvalue maiores do que 1,0 são retidas. Nesse sentido, a Tabela 18 apresenta a carga fatorial das questões, a variância e o alpha de Cronbach das seis dimensões resultantes da análise fatorial.

Tabela 11- Análise fatorial a partir dos fatores extraídos com suas cargas fatoriais, variância explicada e alpha de cronbach.

	CARGA FATORIAL	VARIÂNCIA	ALPHA DE CRONBACH
Fator 1- Presteza do Programa Criança Feliz e visitantes			
Os serviços dos programas ajudam a sua família a transmitir da maneira correta as necessidades da criança.	,816	15,422	0,826
Os serviços dos programas ajudam a sua família a conhecer e a entender os seus direitos.	,798		
Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu aprendizado.	,763		
Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF.	,680		
Em caso de necessidade, o programa ou o visitador ajuda no encaminhamento para assistência de saúde.	,658		
Em caso de necessidade, o visitador (ou o programa) orienta como você pode conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros.	,611		
Fator 2- Tangibilidade materiais lúdicos			
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza nas visitas são úteis.	,883	27,605	0,869
Os brinquedos de materiais recicláveis e outros materiais usados pelo visitador desperta o interesse da criança.	,842		
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza estão em condições adequadas.	,835		
O visitador traz brinquedos ou os elabora a partir de materiais recicláveis que há na residência.	,548		
Fator 3- Empatia e Confiabilidade do visitador			
O visitador está aberto para responder perguntas e tirar dúvidas.	,798	39,465	0,815
O visitador dá a atenção que preciso.	,755		
O visitador tem interesse no desenvolvimento da criança.	,726		
O visitador cumpre os horários combinados.	,635		
Fator 4- Segurança e Resultado do PCF			
A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.	,705	51,007	0,760
O visitador contribui no desenvolvimento da criança.	,686		
O visitador deixa claro o motivo das visitas.	,590		
Avalio de forma positiva o visitador do PCF.	,564		
Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.	,500		
Fator 5- Tangibilidade materiais informativos			
Os panfletos, papéis, manuais e outros materiais que o visitador apresenta são de fácil entendimento.	,869	61,270	0,878
O visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular.	,853		
Os panfletos, papéis, manuais e matérias que o visitador apresenta são atrativos e bonitos.	,789		
Fator 6- Satisfação com o Programa Criança Feliz			
O quão satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?	,850	68,648	0,739
O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança.	,835		

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da matriz de componentes rotativa, nomeou-se os fatores, de forma que no primeiro fator, integrado por 06 questões, foi denominado de “Presteza do Programa Criança Feliz e visitantes”. Tal fator busca explicar a percepção dos cuidadores no que tange a presteza do PCF e dos visitantes com as crianças e cuidadores participantes do programa e apresenta a menor variância explicada, com 15,422%. Nesta seara, Presteza se refere à disposição em ajudar as crianças e fornecer os serviços com presteza e prontidão (SALOMI; MIGUEL e ABACKERLI, 2005).

O fator 2, por sua vez, é composto por 4 questões, as quais versam sobre a percepção dos cuidadores, no que diz respeito aos materiais utilizados pelos visitantes nos encontros, ou seja, prima-se neste fator, a análise da satisfação dos cuidadores/das crianças usuárias do PCF, com os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza nas visitas, por isso, tal fator recebeu o nome de “Tangibilidade dos materiais lúdicos”. Em sua essência, a dimensão Elementos Tangíveis do modelo SERVQUAL de Parasuraman et al. (1988) mensura a aparência das instalações físicas, equipamentos e aparência dos funcionários. No presente estudo, o constructo mede aspectos relacionados a aparência dos materiais recicláveis usados nas visitas, como pode-se observar na variável “Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza estão em condições adequadas.”

O terceiro fator determinante foi o “Empatia e confiabilidade do visitador”, o qual é composto por 04 variáveis e possui variância explicada 39,46% e busca analisar a atenção dos visitantes com as crianças usuárias do PCF, além de mensurar a confiabilidade dos cuidadores com os serviços prestados pelo visitador. Segundo Torres Fragoso e Luna Espinoza (2017) a empatia compreende aspectos como acessibilidade, comunicação e compreensão dos usuários do programa para com os seus agentes.

O Fator 4, é composto por 05 itens e foi intitulado como “Segurança e Resultados do PCF”. Conforme Parasuraman et al. (1988) a dimensão Segurança compreende o profissionalismo, cortesia, credibilidade e a segurança nos serviços prestados. Tais aspectos podem ser observados nas variáveis “*A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.*”; “*O visitador contribui no desenvolvimento da criança.*”, “*O visitador deixa claro o motivo das visitas.*” E “*Avalio de forma positiva o visitador do PCF.*”. Já a variável “*Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.*” Tem o intuito de mensurar a percepção dos cuidadores com o resultado do programa Criança Feliz.

Ainda tratando do aspecto Tangibilidade, o fator 5 agrupou as variáveis relacionadas aos aspectos tangíveis dos materiais informativos utilizados nas visitas. O referido fator, apresenta uma variância explicada de 61,27%. além de apresentar o maior nível de confiabilidade dos demais fatores, com alpha de cronbach de 0,878.

O último fator, com a maior variação explicada de 68,648%, foi o fator “Satisfação com o Programa Criança Feliz” é composto por duas variáveis que envolvem o nível de satisfação dos cuidadores com os serviços e atividades do PCF. Para responder aos questionamentos, os entrevistados atribuíram notas de 1 a 10 para a satisfação com o programa e com a contribuição do PCF no desenvolvimento das crianças.

Definido os novos fatores e a fim de avaliar a confiabilidade utilizou-se o coeficiente Alpha de Cronbach. Destarte, pode-se afirmar que todas as dimensões apresentam um nível aceitável de confiabilidade, oscilando de 0,739 a 0,878 entre os seis fatores. Além de analisar a confiabilidade e os níveis de variância explicada dos fatores, faz-se importante verificar também a média, mediana e desvio padrão dos fatores oriundos da pesquisa. A Tabela 12 traz a estatística descritiva dos seis fatores.

Tabela 12- Estatística descritiva dos constructos

FATORES	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Presteza do PCF e visitantes	3,844	4,000	,792	1,00	5,00
Tangibilidade materiais lúdicos	4,426	4,750	,828	1,00	5,00
Empatia e Confiabilidade do visitante	4,602	5,000	,585	2,00	5,00
Segurança e Resultado do programa Criança Feliz	4,596	4,800	,517	1,80	5,00
Tangibilidade materiais informativos	4,022	4,000	1,062	1,00	5,00
Satisfação com o programa Criança Feliz	9,463	10,000	1,018	5,00	10,00

Fonte: Dados da pesquisa.

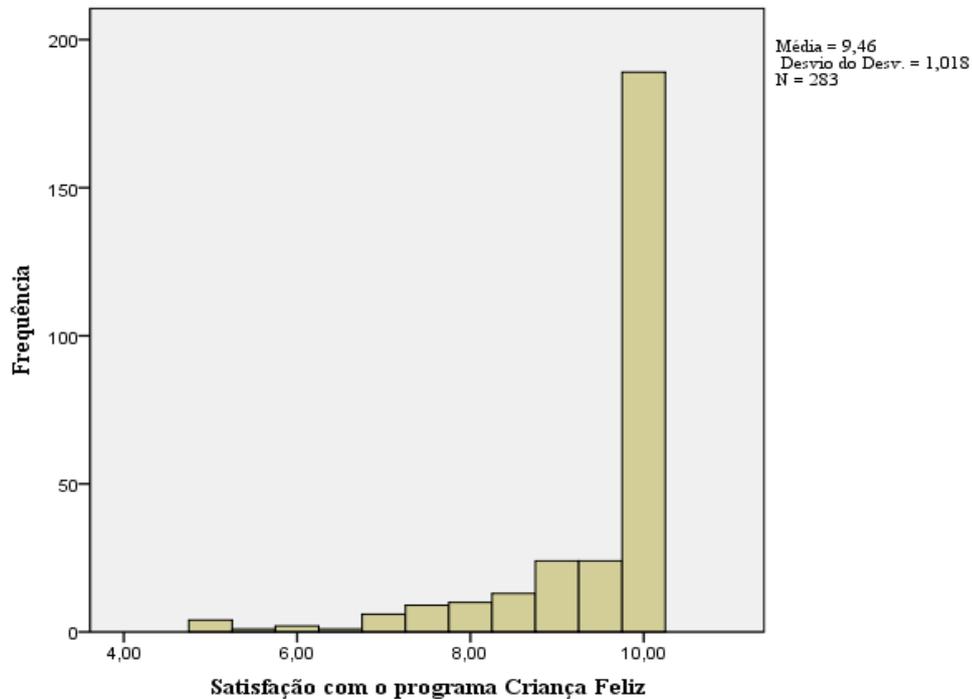
Por meio da Tabela 12 é possível identificar a estatística descritiva dos construtos. O fator Presteza do PCF e visitantes apresenta média 3,84, ou seja, quanto mais próximo a 5, mais os cuidadores possuem uma boa percepção da disposição em ajudar as crianças e fornecer os serviços com presteza e prontidão. Assim, a média mais baixa está relacionada justamente à dimensão Presteza do Programa Criança Feliz e visitantes. Logo, a percepção geral dos respondentes quanto a essa dimensão encontra-se entre indiferente a concordo.

Com média 4,02 e mediana 4,00 o constructo Tangibilidade materiais informativos infere-se que os cuidadores das crianças usuárias do PCF concordam que a aparência dos materiais informativos usados nas visitas está atendendo ao proposto.

As médias dos constructos Tangibilidade materiais lúdicos (4,426), Empatia e Confiabilidade do visitante (4,602) e Segurança e Resultado do programa Criança Feliz (4,596) encontram-se mais próximas da escala 5, inferindo que os cuidadores concordam ou concordam totalmente com as afirmativas sobre os diferentes fatores.

O construto Satisfação com o programa Criança Feliz está alicerçado em questões que visam medir a satisfação dos cuidadores em relação as atividades do PCF e aos serviços prestados. Identifica-se que a dimensão Satisfação com o PCF apresenta média 9,463 e mediana 10,000, o que infere em um alto nível de satisfação com as atividades e serviços do programa Criança Feliz. A Figura 07 sintetiza, através de um histograma a satisfação dos cuidadores com as atividades e serviços do programa Criança Feliz.

Figura 07– histograma fator satisfação com programa Criança Feliz.



Fonte: Dados da pesquisa

Em estudo realizado por Bráz (2020) com cuidadores, do programa Criança Feliz que contemplou a opinião de dez famílias residentes no Estado de São Paulo, acerca da satisfação com o programa Criança Feliz, os dados apresentados através de uma leitura descritiva da mediana, também indicaram um grau de alta satisfação das famílias. Tratando especificamente de serviços públicos, os autores Sobrinho (1996) e Gomes et Al. (1999) revelam que a alta satisfação pode ser refletida pelo receio por parte dos usuários de perder o direito à sua utilização, apesar da possível baixa qualidade do mesmo.

5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS POR MUNICÍPIOS

Com o intuito de atender ao objetivo específico que busca realizar um comparativo das atividades do programa Criança Feliz nos municípios do território investigado. A presente seção buscar apresentar os dados da pesquisa estratificados por municípios, de forma que possibilite uma visão minuciosa da realidade vivenciada em cada um. Para isso, a Tabela 13 expõe os dados referente ao perfil do respondente e da família.

Tabela 13- Perfil do respondente e da família, por municípios.

	ALFA	BETA	GAMA
--	------	------	------

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Nº Respondentes por município		100	100	104	100	79	100
Gênero	Masculino	3	3	1	1	3	3,8
	Feminino	97	97	103	99	70	88,6
	prefiro não responder	0	0	0	0	6	7,6
Cor ou raça	branca	39	39	34	32,7	14	17,7
	preta	16	16	22	21,2	23	29,1
	parda	43	43	47	45,2	42	53,2
	amarela	1	1	1	1	0	0
	indígena	1	1	0	0	0	0,0
Idade	de 15 a 19 anos	4	4	2	1,9	4	5,1
	de 20 a 24 anos	36	36	26	25	23	29,1
	de 25 a 35 anos	47	47	58	55,8	40	50,6
	de 36 a 46 anos	11	11	14	13,5	10	12,7
	a partir de 47 anos	2	2	4	3,8	2	2,5
Qual seu nível de escolaridade?	nunca estudei	1	1	1	1	1	1,3
	nunca estudei, mas sei ler e escrever	0	0	1	1	1	1,3
	Ensino fundamental incompleto	50	50	21	20,2	16	20,3
	Ensino fundamental completo	6	6	13	12,5	9	11,4
	Ensino médio incompleto	15	15	24	23,1	12	15,2
	Ensino médio completo	28	28	44	42,3	40	50,6
Qual seu grau de parentesco com a criança?	sou a mãe	94	94	95	91,3	71	89,9
	sou avó, avô	3	3	5	4,8	4	5,1
	sou cuidadora	0	0	3	2,9	0	0
	sou o irmão	1	1	1	1	1	1,3
	sou pai	2	2	0	0	3	3,8
Quantas pessoas moram na casa da criança participante do programa?	Duas a 3 pessoas	36	36	29	27,9	24	30,4
	4 a 5 pessoas	47	47	65	62,5	41	51,9
	6 a 7 pessoas	14	14	8	7,7	12	15,2
	8 a 9 pessoas	3	3	1	1	0	0
	a partir de 10 pessoas	0	0	1	1	2	2,5
Os residentes do	sim	25	25	13	12,5	5	6,3

domicílio em que a criança habita participam de algum outro programa governamental?	Não	75	75	88	84,6	74	93,7
	não sei responder	0	0	3	2,9	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao número de respondentes, observa-se que Beta obteve um maior número de entrevistados com somatório de 104 respondentes, seguido do município Alfa (100 respondentes) e a cidade de Gama com 79 questionários. Ambos municípios se assemelham nas variáveis gênero dos entrevistados, com predominância do grupo feminino (acima de 88,6%), preponderam pessoas de cor parda e a população entrevista, em sua maioria possui de 25 a 35 anos.

Quanto ao nível de escolaridade dos respondentes, o município Alfa possui 50% dos cuidadores com ensino fundamental incompleto e 28% com ensino médio completo. Já o município Beta é caracterizado com cuidadores com maior grau de escolaridade, onde 42,3% possuem ensino médio completo e 23,1% encontram-se com ensino médio incompleto. Um cenário oposto ao encontrado em Alfa é apresentado por Gama, onde 50,6% dos cuidadores têm ensino médio completo e 20,3% ensino fundamental incompleto.

No que tange ao grau de parentesco dos cuidadores com as crianças, os três municípios se caracterizam pelas cuidadoras serem as mães das crianças, pelo grupo familiar possuir de 4 a 5 pessoas residentes, onde os moradores não participam de outro programa governamental, além do Programa Bolsa Família e do Criança Feliz. De acordo com Campara e Vieira (2016) o Programa Bolsa Família (PBF) foi consolidado no ano de 2003 e tem como objetivo principal combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres.

Ainda com relação ao perfil do respondente e da família, a Tabela 14 traz dados sobre ocupação e renda.

Tabela 14- Ocupação e renda do respondente e da família.

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	ALFA		BETA		GAMA	
		FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Ocupação	Assalariado (com CTPS)	1	1	0	0	1	1,3
	Assalariado (sem CTPS)	0	0	2	1,9	0	0
	desempregado (à procura de emprego)	1	1	3	2,9	4	5,1

	Conta própria/free-lance/bico	8	8	3	2,9	9	11,4
	funcionário público	0	0	0	0	1	1,3
	dona de casa	85	85	91	87,5	63	79,7
	aposentado	1	1	0	0	1	1,3
	estudante	2	2	2	1,9	0	0
	lavrador (a)	2	2	3	2,9	0	0
Renda	R\$ 700 a R\$ 1.000,00 reais	75	75	77	74	62	78,5
	R\$ 1.001,00 a R\$ 1.320,00 reais	12	12	20	19,2	13	16,5
	R\$ 1.321,00 a R\$ 2.640,00 reais	12	12	7	6,7	3	3,8
	R\$ 2.641,00 a R\$ 3.960,00 reais	1	1	0	0	1	1,3
Quantas pessoas que moram com a criança estão trabalhando?	Nenhuma	44	44	57	54,8	49	62
	uma pessoa	48	48	41	39,4	26	32,9
	duas pessoas	7	7	5	4,8	4	5,1
	três a quatro pessoas	1	1	1	1	0	0
Quais são as fontes de renda?	Trabalho	4	4	11	10,6	2	2,5
	aposentadoria/pensões	3	3	1	1	1	1,3
	programas do governo (bolsa família)	77	77	87	83,7	64	81
	outras fontes	16	16	5	4,8	12	15,2

Fonte: Dados da pesquisa.

A principal ocupação das cuidadoras de Alfa, Beta e Gama refere-se à atividade de Dona de casa, o que não influencia na renda familiar. Tal fato pode ser observado ao identificar que a renda das famílias gira em torno de R\$ 700,00 a R\$ 1.000,00 reais nas três regiões investigadas.

Apesar do município Alfa possuir no grupo familiar uma pessoa que trabalhe (48%), tal característica não influencia positivamente na renda da família. O cenário observado em Beta e Gama é bastante semelhante, onde, respectivamente, 54,8% e 62% das famílias possuem todos os membros do grupo desempregados. O que reflete no dado apresentado sobre a principal fonte de renda da população entrevistada nas três cidades ser proveniente de programas do governo, como o Bolsa Família.

Por fim, faz-se importante traçar o perfil dos respondentes com variáveis acerca do programa Criança Feliz, como tempo da criança no programa, forma de entrada no PCF,

periodicidade das visitas em cada município. A Tabela 15 expõe o perfil dos respondentes no Criança Feliz.

Tabela 15- Perfil dos respondentes, variável programa Criança Feliz

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	ALFA		BETA		GAMA	
		FREQU ÊNCIA	PORCENT AGEM (%)	FREQU ÊNCIA	PORCENT AGEM (%)	FREQU ÊNCIA	PORCENT AGEM (%)
Há quanto tempo sua família está no programa Criança Feliz?	menos de 3 meses	17	17,0	8	7,7	14	17,7
	entre 3 a 11 meses	37	37,0	30	28,8	19	24,1
	entre 12 a 24 meses	34	34,0	48	46,2	39	49,4
	entre 25 a 36 meses	6	6,0	10	9,6	5	6,3
	acima de 36 meses	6	6,0	8	7,7	2	2,5
Você participa de qual CRAS no seu município?	CRAS I	50	50,0	42	40,4	26	32,9
	CRAS II	3	3,0	6	5,8	19	24,1
	CRAS III	0	0,0	7	6,7	0	0
	não sei responder	47	47,0	49	47,1	34	43,0
Qual das opções corresponde ao tipo de vínculo que possibilita sua família participar do programa Criança Feliz?	Criança 0 a 3 anos	278	98,2	102	98,1	76	96,2
	criança de 0 a 6 anos	0	0,0	2	1,9	1	1,3
	não sei responder	0	0,0	0	0,0	2	2,5
Periodicidade das visitas	nunca recebi visitas	3	3,0	1	1,0	0	0,0
	uma vez por semana	77	77,0	13	12,5	61	77,2
	Quinzenalmente	15	15,0	48	46,2	15	19,0
	Mensalmente	5	5,0	42	40,4	3	3,8

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao tempo de participação no PCF, observa-se que os municípios Alfa, Beta e Gama possuem um perfil de famílias atendidas que versam entre 3 a 11 meses de programa e 12 a 24 meses de programa, tais famílias representam mais de 70% das crianças atendidas em cada município. Essas crianças atendidas adentraram no PCF através do programa Bolsa Família, pois possuem de 0 a 36 meses de idade. Com exceção de duas crianças em Beta e uma criança em Gama, que são beneficiárias do BPC, possuindo necessidades especiais.

Com relação a periodicidade das visitas, 77% dos respondentes de Alfa e 77,2% dos cuidadores de Gama afirmaram que recebem visitas semanalmente. Já 46,2% e 40,4% dos cuidadores de Beta, indicaram que as visitas acontecem, respectivamente, quinzenalmente e mensalmente, e apenas 12,5 % das famílias são atendidas semanalmente. De acordo com Cavalcanti e Riveros (2020) é preciso que as visitas domiciliares sejam realizadas de acordo com a regularidade prevista no marco legal do Programa que é: uma visita por mês para gestantes; quatro visitas por mês para crianças de 0 a 36 meses e duas visitas por mês para crianças de 0 a 72 meses beneficiárias do BPC. Ainda para os autores, as visitas impactam

diretamente no montante do valor repassado aos municípios, já que todas as visitas precisam estar preenchidas no Prontuário Eletrônico do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, bem como, os municípios podem realizar novo termo de aceite para ampliar as metas e assim o recurso a ser recebido.

5.4.1 Estatística Descritiva Dos Fatores Por Município

A presente seção visa demonstrar a interpretação das dimensões via estatística descritiva, buscando entender às diferenças e semelhanças entre os três municípios pesquisados. Entende-se desta maneira que é possível visualizar através dos resultados quais as dimensões mais relevantes na visão das cuidadoras. Apresentam-se em cada dimensão as tabelas correspondentes com a porcentagem alcançada em cada quesito, a média e a mediana.

Para Feijoo (2010) a média aritmética é o “centro de gravidade” da distribuição, ou seja, o ponto de qualquer distribuição em torno do qual gravitam as discrepâncias positivas e negativas. A média representa o resumo de todos os valores da distribuição.

Ainda segundo Feijoo (2010), a mediana representa o valor médio de uma distribuição ordenada, o qual apresenta a mesma quantidade de valores tanto abaixo como acima deste valor. Desta forma, constitui um ponto de distribuição, tal que a probabilidade de um valor qualquer desta mesma distribuição se situar acima da mediana é igual a probabilidade de se situar abaixo. Para a autora, por intermédio da interpretação do valor mediano, pode-se comparar dois grupos verificando qual apresenta valores mais elevados.

5.4.1.1 Presteza do Programa Criança Feliz e dos visitantes

A tabela 23 traz a análise da dimensão “Presteza do Programa Criança Feliz e dos visitantes” no município Alfa, formada no constructo por 06 perguntas que versam basicamente sobre a disposição do programa Criança Feliz e dos visitantes em ajudar os usuários.

Tabela 16– Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes município Alfa

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Os serviços dos programas ajudam a sua família a transmitir da maneira correta as necessidades da criança.	4,19	4,00	1,0	,0	22,0	33,0	44,0
Os serviços dos programas ajudam a sua família a conhecer e a entender os seus direitos.	4,06	4,00	3,0	0,0	29,0	24,0	44,0

Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu aprendizado.	4,23	5,00	,0	1,0	26,0	22,0	51,0
Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF.	4,29	5,00	,0	,0	22,0	27,0	51,0
Em caso de necessidade, o programa ou o visitador ajuda no encaminhamento para assistência de saúde.	3,63	4,00	12,0	1,0	34,0	18,0	35,0
Em caso de necessidade, o visitador (ou o programa) orienta como você pode conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros.	3,92	4,00	7,0	2,0	29,0	16,0	46,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados de Alfa indicam que 51% dos entrevistados concordam totalmente e 27,0% concordam que “*Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF.*”, apresentando uma média de 4,29. Já o município Beta e Gama, como exposto respectivamente nas Tabela 17 e Tabela 18, possuem uma média semelhante com 4,11.

Tabela 17– Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes município Beta

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Os serviços dos programas ajudam a sua família a transmitir da maneira correta as necessidades da criança.	4,09	4,00	0,0	,0	22,1	47,1	30,8
Os serviços dos programas ajudam a sua família a conhecer e a entender os seus direitos.	3,84	4,00	1,0	1,0	32,7	44,2	21,2
Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu	4,13	4,00	,0	0,0	24,0	39,4	36,5
Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF.	4,11	4,00	1,0	1,9	22,1	35,6	39,4
Em caso de necessidade, o programa ou o visitador ajuda no encaminhamento para assistência de saúde.	3,32	4,00	17,3	2,9	25,0	40,4	14,4
Em caso de necessidade, o visitador (ou o programa) orienta como você pode conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros.	3,13	3,00	22,1	4,8	26,0	32,7	14,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Reitera-se ainda, que as variáveis com menores médias entre nas três regiões investigadas são as relacionadas ao encaminhando para assistência de saúde e encaminhando para escolas, creches, outros. Em Gama, como apresentado na Tabela 18, observa-se que a

questão “*Em caso de necessidade, o visitador (ou o programa) orienta como você pode conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros.*”, possui média 2,99, onde o maior percentual dos cuidadores afirmou discordarem totalmente com tal afirmativa. Já em Alfa (média 3,92) apresenta um panorama mais positivo, onde 46% dos entrevistados concordam totalmente e 29% mostram-se indiferentes com a situação apresentada. Ainda com relação a esta variável Beta apresenta média 3,13, e 32,7% dos cuidadores concordam e 26,0% responderam estar indiferentes com tal situação.

Tabela 18– Estatística descritiva Presteza do PCF e visitantes município Gama

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo totalmente	
Os serviços dos programas ajudam a sua família a transmitir da maneira correta as necessidades da criança.	4,01	4,00	1,3	0,0	39,2	15,2	44,3
Os serviços dos programas ajudam a sua família a conhecer e a entender os seus direitos.	3,89	4,00	1,3	2,5	43,0	12,7	40,5
Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu	4,03	4,00	1,3	0,0	36,7	19,0	43,0
Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF.	4,11	4,00	1,3	0,0	34,2	15,2	49,4
Em caso de necessidade, o programa ou o visitador ajuda no encaminhamento para assistência de saúde.	3,06	3,00	29,1	0,0	34,2	8,9	27,8
Em caso de necessidade, o visitador (ou o programa) orienta como você pode conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros.	2,99	3,00	29,1	5,1	27,8	13,9	24,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale explorar ainda que apenas Alfa obteve medianas máximas nesse constructo, com as variáveis: “*Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu aprendizado.*” e “*Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF*”. Tais variáveis expõem os próprios objetivos do Programa, de acordo com o Guia de Visitas Domiciliares, que evidencia a intenção de colaboração dos visitantes e do PCF no exercício da parentalidade, de forma que as próprias VDs seriam efetivas para fortalecer os vínculos e as competências da família para o cuidado das crianças e para promoção do desenvolvimento infantil. (BRASIL, 2017b).

5.4.1.2 Tangibilidade dos materiais lúdicos

A dimensão Tangibilidade dos materiais Lúdicos busca identificar o nível de aceitação dos cuidadores com a aparência dos materiais lúdicos utilizados nas visitas domiciliares. As Tabelas 19, Tabela 20 e Tabela 21 apresentam através da média, mediana e percentual de frequência as opiniões dos cuidadores das crianças participantes do programa Criança Feliz.

Tabela 19 – Estatística descritiva Tangibilidade materiais lúdicos município Alfa

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo totalmente	
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza nas visitas são úteis.	4,08	5,00	6,0	9,0	15,0	11,0	59,0
Os brinquedos de materiais recicláveis e outros materiais usados pelo visitador desperta o interesse da criança.	4,13	5,00	5	12	11	9	63
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza estão em condições adequadas.	4,16	5,00	6	6	15	12	61
O visitador traz brinquedos ou os elabora a partir de materiais recicláveis que há na residência.	4,06	5,00	7,0	3,0	24,0	9,0	57,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio das medianas, poder-se-ia dizer que os respondentes concordam totalmente quanto as perguntas relacionadas a Tangibilidade dos materiais lúdicos, pois a grande maioria das medianas apresentam valor de 5,00. O que infere que Alfa, Beta e Gama estão elaborando os materiais recicláveis, de forma que desperte o interesse das crianças e ainda se mostrem uteis, ou seja, atendendo a finalidade do uso dos materiais.

Tabela 20 – Estatística descritiva Tangibilidade materiais lúdicos município Beta

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo totalmente	
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza nas visitas são úteis.	4,53	5,00	0,0	0,0	11,5	24,0	64,4
Os brinquedos de materiais recicláveis e outros materiais usados pelo visitador desperta o interesse da criança.	4,46	5,00	1	0	10,6	28,8	59,6
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza estão em condições adequadas.	4,60	5,00	0	0	5,8	25,0	68,3
O visitador traz brinquedos ou os elabora a partir de materiais recicláveis que há na residência.	4,40	4,00	1,0	1,0	2,9	47,1	48,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Reitera-se ainda, que apenas a variável “O visitador traz brinquedos ou os elabora a partir de materiais recicláveis que há na residência” do município Beta apresentou mediana 4,00. Porém, ao analisar a distribuição da frequência, tem-se percentuais positivos quanto a

avaliação de tal questão, de forma que 48,1% dos respondentes concordam totalmente e 47,1% concordam que os visitantes levam ou elaboram materiais lúdicos para as visitas, a partir de materiais recicláveis.

Tabela 21 – Estatística descritiva Tangibilidade materiais lúdicos município Gama

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza nas visitas são úteis.	4,75	5,00	1,3	1,3	3,8	8,9	84,8
Os brinquedos de materiais recicláveis e outros materiais usados pelo visitador desperta o interesse da criança.	4,71	5,00	2,5	0	6,3	6,3	84,8
Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza estão em condições adequadas.	4,76	5,00	2,5	0	6,3	6,3	84,8
O visitador traz brinquedos ou os elabora a partir de materiais recicláveis que há na residência.	4,72	5,00	1,3	0	3,8	15,2	79,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo o Guia de Visitas Domiciliares do PCF, as atividades propostas nas visitas devem atender a quatro dimensões do desenvolvimento infantil, sendo elas: a linguagem, a motricidade, socio afetividade e a dimensão cognitiva (BRASIL, 2017b). O Decreto 8.869 de 05 outubro de 2016, que discorre sobre o Programa Criança Feliz, afirma que o PCF tem dois pilares fundamentais: as visitas domiciliares e a intersetorialidade. O documento ainda expõe que o objetivo do Programa é fortalecer os vínculos entre cuidadores e crianças, usando o lúdico, o brincar como estratégia. Dessa forma, tal afirmativa enfatiza a importância desta dimensão para o estudo.

5.4.1.3 Empatia e Confiabilidade do visitador

Empatia e Confiabilidade do visitador é a dimensão que busca mensurar a forma como o visitador atua nas VDs e como os cuidadores avaliam a atenção dada as crianças e a família, além da sua confiabilidade. Para isso, faz-se pertinente analisar as Tabelas 22, 23 e 24, que trazem o panorama dos municípios Alfa, Beta e Gama, ao considerar a Empatia e Confiabilidade dos seus visitantes.

Tabela 22– Estatística descritiva Empatia e Confiabilidade do visitador município Alfa

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
O visitador está aberto para responder perguntas e tirar dúvidas.	4,60	5,00	0,0	0,0	12,0	16,0	72,0

O visitador dá a atenção que preciso.	4,58	5,00	1,0	0,0	13,0	12,0	74,0
O visitador tem interesse no desenvolvimento da criança.	4,61	5,00	0,0	0,0	12,0	15,0	73,0
O visitador cumpre os horários combinados.	4,47	5,00	0,0	0,0	21,0	11,0	68,0

Fonte: Dados da pesquisa.

As percepções dos cuidadores de Alfa, Beta e Gama acerca da empatia e confiabilidade dos visitantes possuem bastante homogeneidade, de forma que a mediana das quatro variáveis de cada um dos municípios obteve o valor 5,00, o que se presume que as famílias concordam totalmente que os visitantes possuem bons níveis de empatia e confiabilidade.

Tabela 23– Estatística descritiva Empatia e Confiabilidade do visitador município Beta

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
O visitador está aberto para responder perguntas e tirar dúvidas.	4,46	5,00	1,0	1,0	10,6	26,0	61,5
O visitador dá a atenção que preciso.	4,64	5,00	1,0	0,0	2,9	26,0	70,2
O visitador tem interesse no desenvolvimento da criança.	4,64	5,00	0,0	0,0	7,7	20,2	72,1
O visitador cumpre os horários combinados.	4,65	5,00	0,0	1,0	5,8	20,2	73,1

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com Parasuramam et al. (1988) a dimensão empatia avalia a atenção minuciosa e individual, a acessibilidade à informação, a capacidade de ouvir e compreender as necessidades. E o aspecto ligado a confiabilidade mede a capacidade da organização, nesse cenário, do visitador, em cumprir o que é prometido e fazê-lo sem erro, o que pode ser observado na variável “O visitador cumpre os horários combinados.”.

Tabela 24– Estatística descritiva Empatia e Confiabilidade do visitador município Gama

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
O visitador está aberto para responder perguntas e tirar dúvidas.	4,65	5,00	1,3	,0	11,4	7,6	79,7
O visitador dá a atenção que preciso.	4,80	5,00	0,0	0,0	7,6	5,1	87,3
O visitador tem interesse no desenvolvimento da criança.	4,52	5,00	1,3	0,0	19,0	5,1	74,7
O visitador cumpre os horários combinados.	4,63	5,00	1,3	,0	10,1	11,4	77,2

Fonte: Dados da pesquisa

5.4.1.4 Segurança e Resultado do programa Criança Feliz

A dimensão Segurança e Resultado do programa Criança Feliz é formada por 5 afirmativas que versam sobre o sentimento de segurança que o visitador repassa das crianças e cuidadores e a avaliação dos participantes da pesquisa quanto aos resultados do PCF, ou seja,

permite identificar se os cuidadores conseguem perceber alguma evolução nas crianças ou/e família através da participação no programa.

Tabela 25– Estatística descritiva Segurança e Resultado do programa Criança Feliz município Alfa

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.	4,51	5,00	,0	1,0	16,0	14,0	69,0
O visitador contribui no desenvolvimento da criança.	4,71	5,00	0	0	6,0	17,0	77,0
O visitador deixa claro o motivo das visitas.	4,61	5,00	,0	1,0	10,0	16,0	73,0
Avalio de forma positiva o PCF.	4,69	5,00	,0	,0	9,0	13,0	78,0
Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.	4,38	5,00	,0	,0	23,0	16,0	61,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro desse aspecto, faz-se relevante verificar o panorama dos municípios Alfa, Beta e Gama acerca do fator Segurança e Resultado do programa Criança Feliz. É pertinente retomar o pensamento de Torres Fragoso e Luna Espinoza (2017) que mencionam que o aspecto segurança do modelo de SERVQUAL, compreende o profissionalismo, cortesia e a credibilidade dos agentes que fornecem os serviços.

Tabela 26– Estatística descritiva Segurança e Resultado do programa Criança município Beta

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.	4,48	5,00	,0	1,0	11,5	26,0	61,5
O visitador contribui no desenvolvimento da criança.	4,53	5,00	0	0	8,7	29,8	61,5
O visitador deixa claro o motivo das visitas.	4,63	5,00	,0	0,0	5,8	25,0	69,2
Avalio de forma positiva o PCF.	4,66	5,00	1,0	1,0	2,9	21,2	74,0
Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.	4,52	5,00	,0	1,0	8,7	27,9	62,5

Fonte: Dados da pesquisa.

As Tabelas 25, 26 e 27 exibem as respostas dos cuidadores de Alfa, Beta e Gama e indicam, através da mediana 5,00, que as famílias atendidas pelo PCF possuem uma boa percepção acerca das atividades prestadas pelo programa, o que pode ser observado, ao “concordarem totalmente” com a pergunta “Avalio de forma positiva o PCF”. Além de expressarem que concordam totalmente que “A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada”.

Os resultados encontrados na variável “O visitador contribui no desenvolvimento da criança” indicam uma boa avaliação com relação a eficácia dos serviços desenvolvidos pelos

visitadores, corroborando com os achados do estudo de Battistella et. al (2023) em que foi unânime a informação de que as beneficiárias acreditam que as atividades realizadas pelas visitadoras auxiliam no desenvolvimento da criança.

Tabela 27– Estatística descritiva Segurança e Resultado do programa Criança município Gama

	Média	Mediana	Percentual (%)				Concordo totalmente
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	
A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.	4,63	5,00	1,3	6,3	5,1	2,5	84,8
O visitador contribui no desenvolvimento da criança.	4,72	5,00	1,3	0	7,6	7,6	83,5
O visitador deixa claro o motivo das visitas.	4,58	5,00	2,5	3,8	8,9	2,5	82,3
Avalio de forma positiva o PCF.	4,89	5,00	,0	,0	5,1	1,3	93,7
Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.	4,46	5,00	2,5	,0	15,2	13,9	68,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto vale ressaltar o aspecto que indica a necessidade de maior atenção com a relação à percepção dos cuidadores, na Tabela 25, questão “*Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.*”. Embora a mediana da cidade Alfa apresente tendência compatível com o posicionamento “concordo totalmente”, sendo um resultado positivo, a análise das porcentagens demonstra um percentual significativo de 23,0% dos respondentes se mostrarem indiferente com tal variável.

5.4.1.5 Tangibilidade materiais informativos

Ainda com relação aos aspectos tangíveis, o presente constructo busca mensurar a opinião dos cuidadores quanto a aparência e relevância dos materiais informativos, como panfletos, manuais e informativos gerais sobre o programa Criança Feliz entregues ou enviados as famílias participantes do programa.

Tabela 28– Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos município Alfa

	Média	Mediana	Percentual (%)				Concordo totalmente
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	
Os panfletos, papéis, manuais e outros materiais que o visitador apresenta são de fácil entendimento.	4,37	5,00	2,0	3,0	16,0	14,0	65,0
O visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular.	4,42	5,00	2,0	2,0	14,0	16,0	66,0
Os panfletos, papéis, manuais e matérias que o visitador apresenta são atrativos e bonitos.	4,44	5,00	0	3,0	16,0	15,0	66,0

Fonte: Dados da pesquisa.

As três questões do constructo, buscam avaliar se os visitantes e o PCF estão utilizando os materiais informativos e se os mesmos possuem linguagem compreensiva e são atrativos, conforme as variáveis presentes nas Tabelas 28, 29 e 30.

Tabela 29– Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos município Beta

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Os panfletos, papéis, manuais e outros materiais que o visitador apresenta são de fácil entendimento.	4,04	4,00	1,0	0,0	25,0	42,3	31,7
O visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular.	3,64	4,00	5,8	1,9	30,8	45,2	16,3
Os panfletos, papéis, manuais e matérias que o visitador apresenta são atrativos e bonitos.	4,15	4,00	1	0,0	19,2	42,3	37,5

Fonte: Dados da pesquisa.

As famílias usuárias do PCF no município Alfa demonstram um resultado positivo nesta dimensão, tendo em vista que apresentou mediana 5,00 em todas as indagações que a compõe. Os respondentes de Beta também apresentam um resultado positivo, porém diferente de Alfa, as respostas em Beta, refletem um cenário menos favorável como o de Alfa, onde as medianas se concentraram em 4,00 e os percentuais se mostram mais expressivos em “indiferente”, como observado na variável “*O visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular.*”, de forma que os cuidadores “nem discordam e nem concordam” que os visitantes levam os materiais informativos ou encaminham pelo celular. .

Tabela 30– Estatística descritiva Tangibilidade materiais informativos município Gama

	Média	Mediana	Percentual (%)				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Os panfletos, papéis, manuais e outros materiais que o visitador apresenta são de fácil entendimento.	3,63	4,00	24,1	0,0	13,9	12,7	49,4
O visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular.	3,59	4,00	22,8	0	15,2	19,0	43,0
Os panfletos, papéis, manuais e matérias que o visitador apresenta são atrativos e bonitos.	3,67	5,00	21,5	0,0	19,0	8,9	50,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio das medianas, poder-se-ia dizer que os respondentes de Gama concordam totalmente quanto as perguntas relacionadas a Tangibilidade dos materiais informativos, mas observando a frequência, nota-se que há uma dispersão nas respostas. Assim, há boa parte dos cuidadores que discordam totalmente que as atividades referentes a essa dimensão são executadas, o percentual dessas respostas de Gama são bastantes expressivos, ao serem comparados com os de Alfa e Beta. Todavia na mesma amostra observa-se que 22,8% dos cuidadores “discordam totalmente” que os visitantes de Gama apresentam os materiais informativos, 24,1% deles reiteram que os materiais não são de fácil entendimento e 21,5% não os consideram atrativos e bonitos.

Esse último grupo de respondentes, com dados expressos na Tabela 30, encaixa-se em um perfil com atitudes mais desfavoráveis, que merecem uma maior atenção, pois se tornam mais propícios a insatisfação com o PCF. Esclarecendo melhor esse resultado, o Guia de Visitas Domiciliares (2016) expõe que é fundamental cuidar para que o atendimento seja planejado, organizado e pautado por uma postura receptiva e atenciosa dos profissionais, e que as informações sejam repassadas de forma clara e em linguagem acessível para que as famílias se sintam livres e confortáveis para aderir ou não as ações do programa e também se sintam esclarecidas quanto ao cunho não fiscalizatório e não invasivo das visitas domiciliares.

5.4.1.6 Satisfação com o programa Criança Feliz

A dimensão satisfação com o programa Criança Feliz é composta por duas variáveis que versão sobre o grau de satisfação dos cuidadores em relação as atividades do Programa Criança Feliz e a satisfação com a contribuição do programa no desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, Pimentel (2005) corrobora ao informar que os pais são considerados os principais responsáveis pela criança e os mais importantes decisores, logo a opinião destes quanto ao sucesso ou insucesso do programa prestado é imprescindível para o desenvolvimento de serviços de melhor qualidade e prevenção da rejeição do programa. Além disso, a avaliação da satisfação gera dados que podem comprovar a utilidade de um programa.

Tabela 31– Estatística descritiva Satisfação com o programa Criança Feliz município Alfa

	O quão satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?	O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança?
Média	9,46	9,34
Mediana	10,00	10,00
Desvio Padrão	1,243	1,112
Mínimo	4	5

Máximo	10							10					
	4	5	6	7	8	9	10	5	6	7	8	9	10
NOTAS													
Frequência	1	2	1	5	8	3	80	1	1	8	10	13	67
Porcentagem (%)	1,0	2,0	1,0	5,0	8,0	3,0	80,0	1,0	1,0	8,0	10,0	13,0	67,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados nas Tabelas 31,32 e 33 demonstram a média, mediana, desvio padrão e frequência e porcentagem por municípios Alfa, Beta e Gama. Logo, torna-se possível comparar o grau de satisfação dos cuidadores de cada cidades com os seus programas. Quando questionados sobre o quão satisfeitos estão com programa Criança Feliz, os respondentes de Alfa mostraram estar 80,0% totalmente satisfeitos, já os cuidadores de Beta 81,7% e os 77,2% das famílias atendidas pelo PCF de Gama estão totalmente satisfeitas.

Tabela 32– Estatística descritiva Satisfação com o programa Criança Feliz município Beta

	O quão satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?				O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança?					
Média	9,71				9,51					
Mediana	10,00				10,00					
Desvio Padrão	0,69				1,10					
Mínimo	6,00				5,00					
Máximo	10,00				10,00					
NOTAS	6	8	9	10	5	6	7	8	9	10
Frequência	1	8	10	85	3	1	2	7	12	79
Porcentagem (%)	1,0	7,7	9,6	81,7	2,9	1,0	1,9	6,7	11,5	76,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao indagar “O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança?”, observa-se que nos três municípios as notas mínimas foram 5, fato esse que refletiu na avaliação positiva, de forma que 67% dos cuidadores de Alfa estão totalmente satisfeitos, 76% de Beta e 72,2% de Gama também atribuíram nota 10 ao PCF.

Tabela 33– Estatística descritiva Satisfação com o programa Criança Feliz município Gama

	O quão satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?						O quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança?				
Média	9,42						9,28				
Mediana	10,00						10,00				
Desvio Padrão	1,326						1,358				
Mínimo	4						5				
Máximo	10						10				
NOTAS	4	5	7	8	9	10	5	7	8	9	10
Frequência	1	3	3	5	6	61	4	5	9	4	57

Porcentagem (%)	1,3	3,8	3,8	6,3	7,6	77,2	5,1	6,3	11,4	5,1	72,2
-----------------	-----	-----	-----	-----	-----	------	-----	-----	------	-----	------

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos dentro de uma perspectiva geral não demonstram discrepâncias entre as opiniões dos cuidadores dos três municípios, tanto o resultado das médias como o das medianas mostram-se relativamente similares entre os três, demonstrando que ambos tem conseguido satisfazer os usuários do programa Criança Feliz. Tais dados, contrapõem os achados de Bráz (2020), que em seu estudo com as famílias do PCF residentes em São Paulo, demonstraram, no quadro geral do Inquérito de avaliação da satisfação, uma frequência de baixa satisfação de 45%. Logo, a autora concluiu que os níveis baixos de satisfação em algumas áreas específicas do Inquérito demonstram déficits de acordo com o que é previsto pelo próprio material guia do Programa Criança Feliz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades econômicas e sociais constituem-se como elementos integrantes no cenário brasileiro que repercute consideravelmente no crescimento da vulnerabilidade social das crianças e suas famílias. Além disso, setores como educação, saúde, transporte tendem a serem influenciados pelos desafios oriundos dessas desigualdades. Em virtude disso, as políticas públicas procuram minimizar esses desafios e contribuir para melhoria na qualidade de vida, principalmente, das crianças que são participantes dessas transformações. Entre as políticas públicas voltadas para primeira infância destaca-se o programa Criança Feliz que se introduz como forma de auxiliar na construção social através da primeira infância.

O presente estudo propôs responder: qual a percepção dos cuidadores do Programa Criança Feliz acerca da operacionalização da política? Assim, objetivou avaliar a percepção dos cuidadores das crianças usuárias do Programa Criança Feliz quanto as atividades e o resultado do programa no Meio Norte Piauiense. Sob essa perspectiva, discorreram-se 07 objetivos específicos alinhados às dimensões consideradas no modelo aplicado.

Para o cumprimento do referido objetivo adotou-se uma adaptação do modelo SERVQUAL de Parasuraman *et al.* (1988) que avalia a qualidade dos serviços sendo composto por 05 dimensões: elementos tangíveis, Confiabilidade, Capacidade de respostas (Presteza), Segurança e Empatia.

Em relação ao primeiro objetivo específico, conhecer a trajetória histórica das Políticas Públicas para primeira infância no Brasil, notifica-se um percurso pautado por avanços significativos de ações que integram participações de entes públicos e privados como colaboradores de melhorias econômicas e sociais. Enfatiza-se que as políticas públicas representam um elemento agregador de mudança, principalmente, quando foca nas famílias com vulnerabilidade econômica. Isso se confirma a partir da criação de regulamentações entre as quais a Lei nº 13.257/2016 na qual marcou o desenvolvimento da criança, tornando-a prioritária em programas de políticas públicas.

No entanto, evidencia-se que embora haja o desenvolvimento das políticas públicas para a primeira infância, prevalece uma necessidade de estratégias, planos e ações para que se promovam mudanças mais efetivas, considerando as limitações e diferenças sociais existentes entre muitas famílias.

O segundo objetivo específico, entender a estrutura e atividades do Programa Criança Feliz, verifica-se que foi instituído pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016 tendo como propósito a promoção integral das crianças na infância

observando sua situação familiar e vivências. Constatou-se ainda que outro programa em âmbito regional possui estrutura e atividades semelhantes ao Criança Feliz, em particular, o programa Primeira Infância Melhor que é desenvolvido no Rio Grande do Sul. Já na América do Norte, especificamente no Novo México, o programa de Visita Domiciliar dos Serviços de Primeira Infância da Avenues possui uma metodologia semelhante ao do PCF, onde um membro da equipe visita a família regularmente desde o período pré-natal até a criança completar cinco anos para fornecer suporte ao desenvolvimento das crianças e apoio emocional aos pais.

Em relação ao terceiro objetivo, a saber, analisar as características socioeconômicas dos municípios no Meio Norte Piauiense, verificou-se que a região é organizada com base na Lei Complementar nº 87, de 22.08.2007 e atualizada pela Lei nº 6.967/2017 em que o governo do Piauí sancionou medidas referentes ao Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí. As quatro macrorregiões do Estado se definem pelas suas características ambientais, vocações produtivas, dinamismo das regiões, relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades, regionalização político-administrativa e a malha viária existente.

Em particular, a macrorregião Meio Norte Piauiense possui como principal característica ambiental a vegetação composta por carnaúbas e babaçu. Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas na macrorregião obtém destaque a piscicultura, a agricultura irrigada, a produção de grãos, a produção do açúcar e etanol e a indústria de vestuário. O meio norte Piauiense contém 69 municípios e uma área territorial de 56.148,46 km², com uma população de 1.700.890 habitantes, sendo formada pelos territórios de desenvolvimentos dos Carnaubais, Entre Rios e Território de Desenvolvimento do Cocais, microrregião está contemplada pela pesquisa.

No que diz respeito ao quarto objetivo, qual seja, realizar um comparativo das atividades do programa Criança Feliz nos municípios do território investigado, localizados ao leste do TD dos Cocais. As atividades desenvolvidas no PCF nos três municípios, nomeados por Alfa, Beta e Gama, foram analisadas de maneira global e separadamente através dos seis constructos: Presteza do Programa Criança Feliz e dos visitantes; Tangibilidade dos materiais lúdicos; Empatia e Confiabilidade do visitador; Segurança e Resultado do programa Criança Feliz; Tangibilidade materiais informativos e Satisfação com o programa Criança Feliz, afim de apresentar um panorama geral e individual dos municípios investigados.

O resultado da dimensão Presteza do Programa Criança Feliz e dos visitantes mostrou-se favorável a Alfa, onde os cuidadores apresentaram concordam e concordam totalmente com

as assertivas relacionadas a Presteza do PCF e dos visitantes, de forma que o seu público demonstra satisfação com a disposição do programa e dos visitantes em ajudar as crianças e fornecer os serviços com presteza e prontidão, os cuidadores de Gama demonstraram percentuais de satisfação menores, com relação ao de Alfa e Beta.

A dimensão Tangibilidade dos materiais lúdicos infere que Alfa, Beta e Gama estão elaborando os materiais recicláveis, de forma que desperte o interesse das crianças e ainda se mostrem úteis, ou seja, atendendo a finalidade do uso dos materiais, de forma que os respondentes demonstraram um alto nível de aceitação com a aparência dos materiais lúdicos utilizados nas visitas domiciliares.

As percepções dos respondentes quanto a dimensão Empatia e Confiabilidade do visitante demonstraram que os cuidadores de Alfa, Beta e Gama concordam totalmente que os visitantes possuem bons níveis de empatia e confiabilidade. Portanto, reitera-se que a forma como os visitantes atuam nas Visitas Domiciliares e a capacidade de cumprir o que é prometido foram avaliados positivamente nos três municípios pesquisados, apresentando homogeneidade no resultado.

Ainda com a finalidade de realizar o comparativo das atividades do Criança Feliz nas cidades de Alfa, Beta e Gama, a dimensão Segurança e Resultado do programa Criança Feliz refletiu sobre o sentimento de segurança que o visitante repassa das crianças e cuidadores e sua avaliação quanto aos resultados do programa. Através da análise dessa dimensão, conclui-se que as famílias atendidas pelo PCF nos três municípios pesquisados possuem uma boa percepção acerca das atividades prestadas pelo programa, ao concordarem totalmente com as variáveis referentes a credibilidade dos agentes do programa e ao fato dos cuidadores afirmarem perceber evolução nas crianças ou/e família através da participação no programa.

O constructo Tangibilidade materiais informativos mensurou a opinião dos cuidadores quanto a aparência e relevância dos materiais informativos, como panfletos, manuais e informativos gerais sobre o programa Criança Feliz entregues ou enviados as famílias participantes do programa. Dessa forma, os cuidadores de Alfa demonstram um resultado positivo nesta dimensão, ao concordarem totalmente com as indagações referentes a aparência e relevância dos materiais informativos. Já os respondentes de Beta e Gama, apesar de também demonstrarem um resultado positivo, as respostas em Beta e Gama refletem um cenário menos favorável como o de Alfa, onde as medianas se concentraram em “concordo”.

Por fim, a dimensão Satisfação com o programa Criança Feliz é composta por duas variáveis que versam sobre o grau de satisfação dos cuidadores em relação as atividades do Programa Criança Feliz e a satisfação com a contribuição do programa no desenvolvimento da

criança. Tal constructo atende ao objetivo específico e) avaliar a satisfação geral dos cuidadores acerca das atividades do Programa Criança Feliz e dos resultados do Programa Criança Feliz.

Ao comparar o grau de satisfação dos cuidadores de cada cidade com os seus programas. Quando questionados sobre o quão satisfeitos estão com programa Criança Feliz, os respondentes de Alfa mostraram estar 80,0% totalmente satisfeitos, já os cuidadores de Beta 81,7% e os 77,2% das famílias atendidas pelo PCF de Gama estão totalmente satisfeitas.

Ao avaliar o grau de satisfação geral dos cuidadores acerca dos resultados do Programa Criança Feliz, observou-se que nos três municípios as notas mínimas foram 5, fato esse que refletiu na avaliação positiva, de forma que 67% dos cuidadores de Alfa estão totalmente satisfeitos, 76% de Beta e 72,2% de Gama também atribuíram nota 10 ao PCF.

Os resultados obtidos dentro de uma perspectiva geral não demonstram discrepâncias entre as opiniões dos cuidadores dos três municípios, tanto o resultado das médias como o das medianas mostram-se relativamente similares entre os três, demonstrando que ambos tem conseguido satisfazer os usuários do programa Criança Feliz. Tais dados, refletem a semelhança entre os municípios, fato esse que pode ser justificado pela proximidade geográfica, as características econômicas, culturais e sociais da região estudada.

O resultado do estudo, e a sua própria realização, proporcionaram um olhar científico sobre a realidade do programa Criança Feliz dado o recorte analisado, proporcionando reflexões acerca da temática e da realidade da atenção a primeira infância no estado investigado. Quanto aos benefícios do estudo, espera-se que os resultados possam contribuir com avanços científicos sobre o tema, ao resultar em um instrumento de avaliação da satisfação dos agentes cuidadores do programa Criança Feliz, que poderá ser utilizado pelos municípios participantes e pelo Ministério da Cidadania. À vista disso, a investigação acerca da satisfação das famílias usuárias do Programa Criança Feliz, pode representar para os próprios gestores um panorama atual de como estão as atividades do programa perante os seus agentes beneficiários.

Em termos de limitações da pesquisa, o estudo restringiu-se a uma amostra de um dos três Territórios de Desenvolvimento da macrorregião do meio norte Piauiense, o que pode ter levado a semelhança expressiva nos achados da pesquisa, fato esse observado ao realizar o comparativo das respostas entre os municípios Alfa, Beta e Gama.

Por fim, a presente pesquisa não esgota todas as possibilidades de questionamentos, para o referido tema, novas discussões e perspectivas podem e devem surgir para o seu aprofundamento e aperfeiçoamento. Sugere-se como caminhos para pesquisas futuras, que seja

ampliado o cenário da pesquisa para as demais microrregiões do Meio norte piauiense, de forma que seja observado a perspectiva dos municípios dos demais territórios de desenvolvimentos. Além de ser ampliada a amostra e seja realizado uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) para validação individual de cada um dos constructos.

REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, B. de O. et al. **Importância dos vínculos familiares na primeira infância: Estudo II.1a.** ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016. (Série Estudos do Comitê Científico: NCPI: 2).
- ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografia no curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ALMEIDA, Italo Henrique de Cristo. Participação Institucionalizada no Contexto Brasileiro: uma Análise do Programa Criança Feliz. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais-RPPI**, v. 4, n. 1, p. 220-229, 2019.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; MÉLO, Elisa Celina Alcantara Carvalho; DE CARVALHO BEZERRA, Josinete. A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, n. 44, 2019.
- CARVALHO BEZERRA, Josinete. A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, n. 44, 2019.
- BATTISTELLA, Luciana Flores et. Al. **Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus Beneficiários e agentes: análise de Política Pública de atenção à primeira infância.** Santa Maria: UFSM, 2021. p. 167.
- BATISTTELLA, Luciana et al. **Avaliação Qualitativa da Percepção de Resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: Análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.
- BRÁS, Gabriela Maria. **Avaliação da satisfação de famílias vinculadas ao Programa Criança Feliz.** p.104. Dissertação (Pós-graduação em Terapia Ocupacional), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12733/Disserta%20a7%20a3o_fina
- BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.
- BRASIL, **O Criança Feliz.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>. Acesso em: 22 de abril de 2022.
- BRASIL, **Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS – Aditivo 2019.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. p.44. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/crianca_feliz_aditivo_2019/documentos.php Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. **Avaliação de implementação do Programa Criança Feliz**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. p.17. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_0211.pdf. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto 9.855**, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9855.htm. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm Acesso em: 12 abr. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 16 marc. 2022.

BRASIL. **Manual de gestão municipal do Programa Criança Feliz**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. p.44. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Manual%20do%20Gestor.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Criança Feliz: A intersectorialidade na Visita Domiciliar**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersectorialidade_na_visita_domiciliar.pdf. Acesso em: 16 de marc. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Programa Criança Feliz: **Guia para visita domiciliar**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20-%20Programa%20Crian%20C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 – 2030**. Proposta Elaborada pela Rede Nacional Primeira Infância com ampla participação social. Brasília, 2020.. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Portaria Nº. 2.496 de 2018. Dispõe sobre o financiamento federal das ações do

Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9855.htm. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

BRASIL. **Decreto 9.579 de 22 de novembro de 2018**. Consolida os atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018a. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/650707328/decreto-9579-18>. Acesso em: 21 de abr. de 2022.

BRASIL. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial**, p. 13563, 16 jul. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL, **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 22 DE MAIO DE 2017**. Aprova a readequação dos critérios de partilha do financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS para os exercícios de 2016 e 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017c. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/crianca_feliz_aditivo_2019/documentos/resolucao-cn-as_07mai2017.htm. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

BRÁZ, Gabriela Maria. **Avaliação da satisfação de famílias vinculadas ao Programa Criança Feliz**. p.104. Dissertação (Pós-graduação em Terapia Ocupacional), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

CALQUIN DONOSO, Claudia et al. Sujeitos cerebrais: repertórios interpretativos dos usos da neurociência nas políticas pública da infância no Chile atual. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 25-46, 2019.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara da Silva. Beneficiários do programa bolsa família: uma análise sob a óptica comportamental e financeira nos municípios gaúchos. 188f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2016. 2018.

CAMPOS, Rosânia. Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-22, 2020.

CAPILHEIRA, Carolina Dias; MOTA, Maria Renata Alonso; LOCKMANN, Kamila. As Políticas de assistência social à infância na governamentalidade neoliberal: estratégias de investimento em capital humano. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 1, p. 1132-1154, 2021.

CAVALCANTI, Camila Dias; RIVEROS, Jorge Luis Triana. Política social e garantia de direitos: uma análise do Programa Criança Feliz na proteção à primeira infância no contexto do capitalismo dependente. **Caderno Virtual**, v. 3, n. 48, 2020.

CEPRO- CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Perfil territorial dos Cocais**, 2017. Disponível em:<

http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_161_Cocais%20-%20PI.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

CEPRO- CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Piauí em números**, 2013. 8ed. Disponível em:<
http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06_aff9b5f5a6.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

CONYERS, Liza M.; REYNOLDS, Arthur J.; OU, Suh-Ruu. O efeito da intervenção na primeira infância e subsequentes serviços de educação especial: Descobertas dos Chicago Child-Parent Centers. **Avaliação Educacional e Análise de Políticas**, v. 25, n. 1, pág. 75-95, 2003.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. **Implementação da política de creches nos municípios brasileiros após 1988: avanços e desafios nas relações intergovernamentais e intersetoriais**. 2017. Tese de Doutorado.

CUELLAR, E.; DEL PINO, E.; RUIZ, J. **Guía para la evaluación de la calidad de los servicios públicos**. Ministerio de la Presidencia-Agencia Estatal de Evaluación de las Políticas Públicas y la Calidad de los Servicios. 2009.

DE ALMEIDA, Renato Antônio et al. Planejamento e políticas intergovernamentais: o programa criança feliz na perspectiva da governança multinível. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, pág. e7911124788-e7911124788, 2022.

DEDECCA, C. S.; O enfoque Multidimensional da Pobreza no Plano Brasil Sem Miséria, e intersetoriais. Tese (Doutorado). Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2017.

DE PINHO MARKUS, Nathalia; OLIVEIRA, Felipe Resende; NISHIMURA, Fábio Nobuo. **Efeito da Educação Pré-primária no Desempenho Escolar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal de Mato Grosso.2013.

ESMERALDO, M.(org.). **Primeira Infância Melhor: 15 Anos de Histórias**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em:
<http://www.pim.saude.rs.gov.br/site/primeira-infancia-melhor-15-anos-de-historias/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta (Ed.). **Formação familiar e dilemas familiares na Europa contemporânea**. Fundação bbva, 2007.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Elsevier Brasil, 2017.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. **A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação**. 2010.

FERREIRA, Alexsandro Arruda; HONGYU, Kuang. Análise fatorial exploratória aplicada no questionário do cadastro único. **Biodiversidade**, v. 17, n. 1, 2018.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; SHELTON, Terri Lisabeth. Atenção à primeira infância nos EUA e no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, p. 197-205, 2005.

GAIA, Ronan da Silva Parreira; CANDIDO, Thais Peterossi; BARBOSA JÚNIOR, Washington de Bessa. O Programa Criança Feliz e suas contribuições para o Desenvolvimento da Criança na Primeira Infância: Apontamentos sobre o caso de Ribeirão Preto/SP. **Revista Sociais e Humanas, Santa Maria**, v. 32, n. 2, p. 112-125, 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2019.

GUEDES, Terezinha Aparecida et al. Estatística descritiva. **Projeto de ensino aprender fazendo estatística**, p. 1-49, 2005. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et_al_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

HAIR JUNIOR, J. F. WILLIAM C. BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HECKMAN, J. J. The case for investing in disadvantaged Young children. CESifo DICE Report, vol. 8. p. 3-8, 2012.

HOWARD, VF, WILLIAMS, BF, PORT, PD & LEPPER, C.. *Crianças muito pequenas com necessidades especiais: uma abordagem formativa para o século XXI* (2ª ed.). Upper Saddle River, NJ: Merrill/Prentice Hall. 2001

IBGE. **Censo de 2010- Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**.2010. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock> Acesso em: 11 de abr. de 2022

IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira – 2017**. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

IBGE. **Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil – 2018: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tcmb_2018.pdf>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

IPEA. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: Um balanço os primeiros quinze anos** – Textos para discussão 2499. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

IRWIN, Lori G. et al. **Desenvolvimento da primeira infância: um equalizador poderoso**. Vancouver, BC: Human Early Learning Partnership (HELP), 2007. Disponível em: <<https://factsforlife.org/pdf/a91213.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

JURDI, Andrea Perosa Saigh; TEIXEIRA, Patrícia Andrade; DE SÁ, Cristina Santos Cardoso. Vulnerabilidade sócio ambiental e o cuidado na primeira infância: o olhar da terapia ocupacional para o trabalho em creche. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 3, p. 281-289, 2017.

KLEIN, Carin. Maternidades em contextos educativos do PIM/RS. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

LARI, Larissa Vendramini; LOURENÇO, Gersa Ferreira; DELLA BARBA, Patrícia Carla De Souza. Legislações e documentos brasileiros sobre a atenção à criança e suas implicações para o monitoramento do desenvolvimento infantil. **Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**, v. 8, n. 2, p. 4-20, 2018.

LASSALLE, M. M.; CROSO, C.; MAGALHÃES, G. M.. EL DERECHO A LA EDUCACIÓN Y AL CUIDADO EN LA PRIMERA INFANCIA: PERSPECTIVAS DESDE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Educação em Revista**, v. 36, p. e230694, 2020.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: foco na decisão**. Tradução Opportunity Translation. Revisão técnica Maria Cecília Laudísio e Guilherme de Farias Shiraishi. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 492 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASLOW, Abraham H. A dynamic theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, p. 370–396, 1943.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6 Ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no de 2.446, de 11 de novembro de 2014. Brasília, 2014. Meio Eletrônico. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acessado em: 22 de abri. de 2022.

MONTOYA, N.P.; SILVESTRE, R. M.; SOUTO, V. Y. F. **Programa Criança Feliz: um olhar para as ações intersetoriais de primeira infância**. 2018. 198f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2018.

MOROSINI, M. C. Estado de desconhecimento e questões do campo científico. **Revista do Centro de Educação UFSM**, v.40, n.1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MUNHOZ, Tiago N. et al. Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, 2022.

NERIS, Eliane Fernandes; MOMMA, Adriana Missae. Criança Feliz Program and the constitution amendment proposal (PEC) for the ceiling of public spending: once there was a right.... **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 2, p. 659-672, 2019.

NOBRE, Carlos Eduardo; CARVALHO, Kelly Cristina Melo de. Regionalização do Piauí como estratégia de desenvolvimento territorial: considerações a partir da distribuição de recursos orçamentários. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas-(ISSN 1808-2653)**, p. 183-217, 2020.

NORES, M., HARMEYER, E., CONNORS-TADROS, L. & LI, Z. The Developmental Status of Young Children in Indiana. **National Institute for Early Education Research**. New Brunswick, NJ: 2023.

OLIVEIRA, Izabel Lúcia dos Santos ; BRAGA, Andreлина Pelaes; PRADO, Cleidia Maria Nogueira. Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 7, n. 2, p. 33-44, 2017.

PARASURAMAN, A. B. L. L.; ZEITHAML, Valarie A.; BERRY, L. SERVQUAL: A multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. 1988, v. 64, n. 1, p. 12-40, 1988.

PIAUI. **Lei complementar nº 87, de 22 de Agosto de 2007**. Dispõe Sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Santa Maria e dá outras providências. Santa Maria: Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2022.

PIAUI. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Territórios e Potencialidades**. Teresina, PI: Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<http://www.sde.pi.gov.br/potencialidades.php>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

PIMENTEL, J.V.Z.S. Intervenção focada na família: Desejo ou realidade: Percepções de pais e profissionais sobre as práticas de apoio precoce a crianças com necessidades educativas especiais e suas famílias. Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. 2005. p. 506. Lisboa:2005. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1138/1/Livro023.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Ana Paula Cordeiro Marques; CRUZ, Silvia Helena Vieira. PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO A INFÂNCIA NO

BRASIL E OS EFEITOS DESSA POLÍTICA NA GARANTIA DE DIREITOS DAS CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA. Pedagógica: **Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE**, n. 22, p. 1-16, 2020.

QUINTERO VELÁSQUEZ, Á. M.. Modelos de políticas públicas de Colombia, en beneficio de las familias. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 116–125, jan. 2011.

SALOMI, Gilberto Gabriel Eid; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; ABACKERLI, Alvaro José. SERVQUAL x SERVPERF: comparação entre instrumentos para avaliação da qualidade de serviços internos. **Gestão & Produção**, v. 12, p. 279-293, 2005.

SAMPIERI, Roberto Hernnandez.; COLLADO, Carlos Fernandez.; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. . Metodologia de pesquisa. Porto Alegre, RS: **Penso**, 2013. Santa Maria: Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13144>. Acesso em: 29 marc. 2022. Santa Maria: Prefeitura Municipal, 2017. Disponível em:

SANTOS, Iná S. et al. Evaluation of the Happy Child Program: a randomized study in 30 Brazilian municipalities. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4341-4363, 2022.

SASSON, M.D.H. **Políticas públicas de educação para a primeira infância**: concepções dopapel do Estado e do desenvolvimento infantil difundidas pela fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2019. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html/downloadDirect/1502803/Melissa_Daiane_Hans_Sasson.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, Lisandra Almeida da. **Os programas Primeira Infância Melhor, Criança Feliz e o Sistema Nacional de Intervenção Precoce português: aproximações e distanciamentos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p. 115. 2021.

SILVA, P. A. O. Os avanços e os limites da queda recente da desigualdade no brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 15, n. 29, p. 33-57, 2013

SOUZA, Pedro HG de et al. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para discussão, 2019.

ROBLEDO-CASTRO, Carolina; AMADOR-PINEDA, Luis Hernando; NANEZ-RODRIGUEZ, Jose Julian. Public policies and educational policies for early childhood: Challenges of early childhood educator training/Políticas públicas y políticas educativas para la primera infancia: desafíos de la formación del educador infantil/Políticas publicas e políticas educacionais para a primeira infancia: desafios da formacao de professores na educacao infantil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ninez y Juventud**, v. 17, n. 1, p. 169-192, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. **In:** CONGRESSO DE EDUCAÇÃO INFANTIL–EDUCADORES DA INFÂNCIA, 2., 2006, São Paulo: Sindicato de Educação Infantil, 2006.

TRALDI, Daiane Roncato Cardozo; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. **Interações** (Campo Grande), v. 13, p. 23-37, 2012.

TORRES FRAGOSO, Jaime; LUNA ESPINOZA, Ignacio. Evaluación de la percepción de la calidad de los servicios bancarios mediante el modelo SERVPERF. **Contaduría y administración**, v. 62, n. 4, p. 1270-1293, 2017.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisador responsável: Kalinca Léia Becker

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PPGAP

Telefone e endereço postal completo: Tel.(55) 3220-8000

Rua Roraima, 1000, prédio 74A, Sala 2314 – Cidade Universitária Camobi – Santa Maria/RS

Local da coleta de dados: junto às Secretarias de Assistência Social e CRAS dos municípios de Pedro II, Piracuruca e Piripiri, localizados no estado do Piauí.

Eu, *Kalinca Léia Becker*, responsável pela pesquisa, o convido para participar do estudo intitulado “**AValiação DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA SOB A PERCEPÇÃO DOS CUIDADORES.**”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Famílias e Políticas Públicas no Brasil”, sob minha orientação. Este estudo trará contribuições teóricas para o campo de estudos em políticas públicas de atenção a primeira infância.

O objetivo central do estudo é avaliar a percepção dos cuidadores das crianças usuárias do Programa Criança Feliz quanto as atividades e o resultado do programa no Meio Norte Piauiense. O convite a sua participação se deve à adequação de seu perfil com o público-alvo buscado por nossa pesquisa, neste caso, como beneficiário do Programa Criança Feliz. Sua participação consistirá em responder um questionário, cuja a duração é de no máximo uma hora. O objetivo é permitir que você avalie o Programa a partir de suas experiências vividas.

Você tem plena autonomia para decidir se quer participar ou não, bem como desistir da colaboração neste estudo a qualquer momento, sem necessidade de explicação e sem nenhuma forma de penalização. É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: desconforto emocional devido ao cunho pessoal das perguntas. Neste caso, recomenda-se que o respondente interrompa o preenchimento do questionário. Além disso, você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. A confidencialidade e privacidade das informações prestadas por você serão garantidas. Os dados brutos coletados nesta pesquisa serão mantidos nas instalações do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCSH) da UFSM por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão descartados.

Os resultados deste estudo serão divulgados apenas em eventos e/ou publicações científicas, havendo sigilo de seus dados pessoais. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar aos pesquisadores informações sobre a participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio dos contatos explicitados neste Termo. Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue aos pesquisadores.

Desde já agradecemos sua colaboração!

_____, ____ de _____ de 2022.

Prof^a Dr^a Kalinca Léia Becker

Tel. (55) 3220-8848 / E-mail: kalinca.becker@ufsm.br

R. Roraima, 1000, prédio 74A, Sala 2314, Camobi, Santa Maria/RS

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar.

Nome completo do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Apêndice B - Termo de Confidencialidade

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA SOB A PERCEPÇÃO DOS CUIDADORES.

Pesquisador responsável: Professora Dr^a Kalinca Léia Becker

Instituição: Universidade Federal De Santa Maria

Telefone para contato: (55) 3220-8848

Local da coleta de dados: junto às Secretarias de Assistência Social e CRAS dos municípios de Pedro II, Piracuruca e Piripiri, localizados no estado do Piauí.

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de um questionário estruturado aplicado junto aos beneficiários do Programa Criança Feliz nas cidades de Pedro II, Piracuruca e Piripiri. Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74A, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, sala 2314, 97105-970 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Professora Dr^a. Kalinca Léia Becker. Após este período os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em 20/05/2020, com o número de registro Caae 31328120.7.0000.5346 e sua emenda foi revisada e aprovada em 05/07/2022.

Santa Maria, 05 de julho de 2022.

Prof^a Dr^a Kalinca Léia Becker

Apêndice C– Instrumento de Coleta de Dados

QUESTIONÁRIO CUIDADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				
Prezado(a),				
A presente pesquisa está em desenvolvimento como parte do curso do Mestrado em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e tem como objetivo avaliar a percepção dos cuidadores das crianças usuárias do Programa Criança Feliz quanto às atividades e ao resultado do programa na macrorregião Meio Norte Piauiense. Para atingir o objetivos propostos a sua participação é fundamental. Portanto, gostaríamos de convidá-lo (a) a responder o formulário com a sua opinião. Os questionários serão utilizados para fins acadêmicos e o respondente não será identificado, garantindo absoluto sigilo quanto às suas respostas. A pesquisa leva no máximo 10 minutos. Cientes da sua contribuição, reiteramos a importância de sua participação e agradecemos antecipadamente sua colaboração.				
Profª Aline Kárem Santos Carvalho (Mestrando em Administração Pública PPGAP/UFSM e Professora do IEPi Campus Piripiri) Prof. Orientadora Drª Kaline Lúcia Becker (Professora Titular UFSM)				
BLOCO I- PERFIL DOS RESPONDENTES E PERGUNTAS GERAIS				
Instruções: A seguir, são apresentadas perguntas gerais sobre você e sua família				
Há quanto tempo sua família está no Programa Criança Feliz?				
(1) menos de 3 meses (2) entre 3 a 11 meses (3) entre 12 a 24 meses (4) entre 25 a 36 meses (5) acima de 36 meses.				
Sexo: (1) Masculino (2) Feminino (3) Prefiro não responder				
Cor ou raça: (1)branca (2)Preta (3) Parda (4) Amarela (5) Indígena				
Qual sua idade? _____				
Qual município que o seu CRAS está vinculado? _____				
Você participa de qual CRAS no seu município?				
(1) CRAS I (2) CRAS II (3) CRAS III (4) CRAS IV (5) Não sei responder				
Qual das opções corresponde ao tipo de benefício que sua família recebe para participar do Programa Criança Feliz?				
(1) Responsável por uma criança de 0 a 3 anos e sua família está inserida no Programa Bolsa Família (Atual Auxílio Brasil). (2) Responsável por uma criança de 0 a 6 anos com necessidades especiais, que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). (3) Responsável por uma criança de até 6 anos, que está afastada do convívio familiar e participa do programa de acolhimento familiar (4) Não sei responder.				
Qual seu nível de escolaridade?				
(1) Nunca estudei. (3) Ensino Fundamental incompleto (5) Ensino médio incompleto (2)Nunca estudei, mas sei ler e escrever (4) Ensino Fundamental completo (6) Ensino médio completo				
Qual é a sua ocupação? (Podendo marcar mais de uma opção)				
(1) Assalariado (com carteira de trabalho assinada). (5) Conta própria/freelance/bico (8) Aposentado (2) Assalariado (sem carteira de trabalho assinada). (6) funcionário público (9) estudante (3) Desempregado (à procura de emprego). (7) Dona de casa (10) Outra. Qual? _____ (4) Desempregado (não procuro emprego).				
Qual seu grau de parentesco com a criança:				
(1) sou a mãe (3) sou o irmão responsável por cuidar dele (5) sou pai (2) sou avô, avó. (4) sou cuidadora dele, não sou parente de primeiro grau (6) Outro. Qual?				
Quantas pessoas moram na casa contando com você? _____				
Quantas pessoas que moram com você estão trabalhando? _____				
Quantas crianças com menos de 7 anos de idade que moram na sua casa participa do Programa Criança Feliz? _____				
De quanto em quanto tempo a visitadora do Programa Criança Feliz realiza as visitas?				
1) nunca recebi visitas 2) 1x por semana 3) 1x a cada 15 dias 4) 1x por mês 5) outro. Quantas vezes?Nº de vezes: _____				
Qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram no seu domicílio, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, alugueis, bicos? _____				
Quais são as fontes dessa renda?				
(1) trabalho (2) aposentadoria/ pensões (3) programas do governo (bolsa família e outros) (4) outras fontes (alugueis, bicos)				
Os residentes do seu domicílio participam de algum outro programa do governo?				
(1) sim (2) não (3) não sei responder				
BLOCO II – AVALIAÇÃO DO VISITADOR E DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				
A seguir, são apresentadas afirmações sobre os visitantes e as atividades do Programa Criança Feliz. Indique qual das opções está de acordo com seu nível de aceitação das afirmações abaixo , para isso considere o cartão com a representação da escala de cinco pontos: “1” hum significa que você discorda totalmente; “5” cinco significa que você concorda totalmente.				
1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
01 O visitador traz brinquedos ou os elabora a partir de materiais recicláveis que há na residência.				
1	2	3	4	5

02 Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza estão em condições adequadas.	1	2	3	4	5
03 Os brinquedos de materiais recicláveis que o visitador utiliza nas visitas são úteis.	1	2	3	4	5
04 Os brinquedos de materiais recicláveis e outros materiais usados pelo visitador desperta o interesse da criança.	1	2	3	4	5
05 O visitador traz materiais impressos como panfletos, manuais, etc. ou encaminha esses materiais pelo celular.	1	2	3	4	5
06 Os panfletos, papéis, manuais e outros materiais que o visitador apresenta são de fácil entendimento.	1	2	3	4	5
07 Os panfletos, papéis, manuais e matérias que o visitador apresenta são atrativos e bonitos.	1	2	3	4	5
08 O visitador utiliza algum tipo de identificação do programa: crachá, uniforme, ou blusa personalizada.	1	2	3	4	5
10 O visitador deixa claro o motivo das visitas.	1	2	3	4	5
11 Quando você precisa de informações, se ele não a possui, ele consegue explicar na próxima visita.	1	2	3	4	5
12 Em caso de necessidade, o programa ou o visitador ajuda no encaminhamento para assistência de saúde.	1	2	3	4	5
13 O visitador (ou os programas) ajuda a conseguir assistência em geral: como cesta básica, encaminhamento para escola ou creche, outros.	1	2	3	4	5
14 De maneira geral, é fácil entender o que o visitador fala e explica.	1	2	3	4	5
15 O visitador está aberto para responder perguntas e tirar dúvidas.	1	2	3	4	5
16 O visitador dá a atenção que preciso.	1	2	3	4	5
17 O visitador tem interesse no desenvolvimento da criança.	1	2	3	4	5
18 O visitador cumpre os horários combinados.	1	2	3	4	5
19 A duração (o tempo) das visitas é suficiente.	1	2	3	4	5
20 Participo com frequência dos eventos, oficinas e grupos promovidos pelo PCF.	1	2	3	4	5
21 Avalio de forma positiva o PCF.	1	2	3	4	5
22 Se sente à vontade com o visitador.	1	2	3	4	5
23 O visitador contribui no desenvolvimento da criança.	1	2	3	4	5
24 Eu sigo as recomendações e conselhos do visitador em relação à criança.	1	2	3	4	5
25 Avalio de forma positiva o visitador do PCF.	1	2	3	4	5
26 A criança está se desenvolvendo no ritmo e da forma adequada.	1	2	3	4	5
27 Houve melhoria no comportamento da criança com a participação no PCF.	1	2	3	4	5
28 Houve melhoria no comportamento da família com a participação no PCF.	1	2	3	4	5
29 Os serviços dos programas ajudam a sua família a conhecer e a entender os seus direitos.	1	2	3	4	5
30 Os serviços dos programas ajudam a sua família a transmitir da maneira correta as necessidades da criança.	1	2	3	4	5
31 Os serviços dos programas auxiliaram a sua família a ajudar a criança no seu desenvolvimento e no seu aprendizado.	1	2	3	4	5

SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Instruções:

A seguir, são apresentadas afirmações sobre a satisfação com o Programa Criança Feliz. **Indique uma nota de 0 a 10 para as perguntas abaixo**, considerando a régua, onde: "0" zero significa nada satisfeito e "10" totalmente satisfeito.

32 O quanto satisfeito você está com o Programa Criança Feliz?



33 De 0 a 10, sendo 0 a pior nota e 10 a melhor nota, o quanto você acha que o programa está contribuindo para o desenvolvimento da criança que você é responsável?



AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!

